
CAPÍTULO V

Cidade
Transformações
Sociais e
Territorialização
da Indústria

Palavras e Problemas de uma História dos Subúrbios

Uma história vista dos subúrbios? Se a história vista de baixo não teve em Portugal muitos seguidores será uma história vista do subúrbio possível? Se o é quais as metodologias e as fontes disponíveis? Quais os problemas que levanta? Abordar este tema passa por contextualizar adequadamente as palavras que utilizamos. Ao percebê-las, nos seus múltiplos e sucessivos significados, constatamos que têm por detrás números diversos. São números que nos ajudam a perceber a sua história. O estudo agora publicado versa sobre estes tópicos. Poderá vir a integrar um guia de pesquisa da história dos subúrbios de Lisboa.

1. Arrabalde As palavras e as coisas

Até à emergência dos transportes públicos de preço acessível às classes populares, mesmo as maiores cidades, como Londres, podiam ser percorridas a pé. Densamente povoadas e congestionadas eram muitas vezes rodeadas de barreiras fiscais. No século XVIII as antigas muralhas foram em muitos casos deitadas abaixo por razões higiénicas ou outras.

Na periferia destas cidades existiam arrabaldes (*faubourgs*). Uma parte destes arrabaldes era conotada com as classes populares e ou com actividades desprezadas ou poluentes. Nesses casos a periferia espacial era também uma periferia social¹. As próprias barreiras fiscais faziam nascer, do lado de fora da muralha, actividades que pretendiam fugir ao fisco, como as tabernas, ou à polícia de costumes, como a prostituição². Essas periferias eram suspeitas, assim foi visto o *Faubourg* de Saint Antoine, durante a Revolução Francesa. Um *faubourg* cuja população, livre das peias corporativas, há muito se conformara com liberdade de iniciativa³.

Também existiam arrabaldes correspondendo a uma tradição de vilegiatura, de que as categorias sociais que desenvolveram o espírito de lazer, os nobres ou a classe média rica, puderam desde cedo usufruir. Dispondo de tempo livre podiam desenvolver o seu gosto pela caça, pela jardinagem ou pela contemplação das belas paisagens. Dispunham de transporte próprio que lhes permitia chegar ao centro da cidade.

1 Merriman, John, *Aux Marges de la ville, faubourgs et banlieues en France, 1815-1870*, (Paris, Seuil, 1994), p.10/13.

2 Daniel Jalla, «Le Quartier comme territoire et comme représentation: les “barrières” ouvrières de Turim au début du XXème», *Le Mouvement Social*, nº118, 1982, pp.79-97.

3 Steven Kaplan, «Les Corporations, “Les faux ouvriers” et le faubourg Saint-Antoine au XVIIIème» em *Annales Economies Société, Culture*, Março-Abril, 1988, nº2, pp.353-378.

1.1. ARRABALDES DA MARGEM SUL DO TEJO

Em torno de Lisboa as quintas da nobreza eram famosas desde o renascimento. A presença da água e dos divertimentos que o grande mar interior proporcionava, acrescentavam encanto a uma zona algo árida onde porém não faltava a silhueta da serra da Arrábida no horizonte. No sopé da Serra a quinta da Bacalhoa em Azeitão ainda hoje manifesta a fusão entre a horta e o jardim. Este arranjo, de provável origem árabe, tornava as quintas arrabaldinas em locais de recreio apetecido onde a rigidez da vida na Corte se apaziguava.

O endividamento aristocrático fez com que muitas quintas mudassem de proprietários e usos após a extinção dos morgadios em 1863. Algumas transformaram-se em fábricas, outras foram sucessivamente divididas e deram origem a pátios populares com habitações degradadas. Estes edifícios marcaram, com a sua forte presença, os arrabaldes, quer se tenham mantido até tarde com a sua função de lazer, quer se tenham transformado lentamente em ruínas. A sua beleza manteve na paisagem marcos inesquecíveis de muros arruinados, fontes e lagos com os respectivos sistemas de rega, pomares e jardins abandonados.

Desde meados do século XIX o hábito de alugar casas nas vilas da outra banda e tomar banhos no rio tinha-se desenvolvido para uma categoria social mais modesta de pequena e média burguesia. A imprensa local dá-nos testemunho destas novas realidades. O mesmo se passa com a pintura. Dispomos de quadros de Ramalho mostrando a praia de banhos encostada à Real Quinta do Alfeite. Já então se vislumbram no quadro as chaminés das fábricas.

Já em plena ditadura o jornal *O Almadense* ainda se queixava do recente abandono do lazer nas quintas da outra banda pelas elites Lisboaetas agora frequentadoras de termas, praias e viagens ao estrangeiro⁴.

1.2. ESTATUTOS E HABITANTES

No Antigo Regime a margem sul não pertencia ao termo de Lisboa embora os seus habitantes tivessem sido obrigados contribuir para a construção da muralha fernandina no século XIV⁵. Existiam 7 concelhos ribeirinhos em inícios do século XIX e neles a distância entre os vizinhos e os habitantes do termo existia.

As vilas, quer fossem sedes de concelho, quer não, eram elevadas a este estatuto pelo rei. Em Portugal muitas vilas eram maiores do que algumas das cidades do interior. Com a reforma administrativa de 1832 e a nova divisão de 1836 muitos concelhos desaparecem. Na Península de Setúbal foi esse o destino de Azeitão, do Lavradio ou de Coima. O centro urbano de Vila Nogueira de Azeitão mantém ainda hoje uma dignidade que falta ao Seixal que só foi sede de concelho pela divisão administrativa de Passos Manuel.

É aceitável pensar que a população da margem sul do estuário do Tejo decresceu entre as datas dos recenseamentos de 1801 e de 1849. O período assistiu a várias epidemias e a população de Lisboa também terá diminuído, pelo que não custa a aceitar esta hipótese. Em 1842 a

4 *O Almadense*, nº67, 20 de Outubro de 1927.

5 Vieira da Silva, *A Cerca Fernandina de Lisboa*, (Lisboa, CML, 2ª ed., 1987), p.9.

FREGUESIAS	FOGOS	HABITANTES	NASCIMENTOS	ÓBITOS
Almada Concelho	3333	12951	460	458
Santa Maria do Castelo	414	1444	51	61
São Tiago	618	2759	85	99
Amora	180	610	29	17
Arrentela	416	1485	57	41
Caparica	1140	4755	161	154
Corroios	40	107	3	7
Seixal	525	1791	75	79
Coima Concelho	69	228	15	2
Barreiro Concelho	573	2425	86	70
Alcochete Concelho	603	2230	3	63
Alcochete	539	1976	101	49
Samouco	64	254	14	14
Aldeia Galega Concelho	720	2658	117	97
Aldeia Galega	700	2575	113	94
Sarilhos Grandes	20	83	4	3
Lavradio	233	907	40	32
Moita	365	1261	55	20

Quadro nº1: Recenseamento de 1801

Fonte: Luís Espinha da Silveira Recenseamentos de 1801 e 1849, 2001, vol.I, p.192/193, Lisboa, INE.

Revista Universal Lisbonense referia epidemias no Barreiro e tinha uma crítica à Câmara de Almada por causa da falta de higiene nas ruas. A crítica estendia-se à falta de higiene dos habitantes.

Um dos problemas que não pode deixar de se pôr ao estudar estes espaço, os seus habitantes e percursos é que população das vilas não coincidia com a da freguesia ou das freguesias que nela tinham sede. Lisboa tem bairros, as suas periferias têm lugares ou sítios. Os lugares, tal como as vilas, tinham uma existência legal mas sem expressão administrativa no período liberal. A vila tinha o prestígio

FREGUESIAS	FOGOS	HABITANTES	NASCIMENTOS	ÓBITOS	CASAMENTOS
Almada Concelho	2285	6440	248	261	54
<i>Almada Freguesia</i>	964	3388	91	95	15
<i>Caparica</i>	1321	3052	157	166	39
Barreiro Concelho	823	3384	69	128	22
Seixal Concelho	628	2150	131	158	24
<i>Seixal Freguesia</i>	628	2199	67	82	13
<i>Paio Pires</i>	340	620	13	7	3
<i>Amora Corroios</i>	326	893	24	41	6
<i>Arrentela</i>	249	671	27	28	2

Quadro nº2: População Recenseamento de 1849

Fonte: *Espinha da Silveira, Op. Cit., Vol. III, p.738*

de ter tido uma representação em Cortes, e muito antes um foral. Os vilãos, os vizinhos da vila, tinham um estatuto superior aos habitantes do termo no Antigo Regime e algo disso permanecia ainda no arrabalde e transmitiu-se aos subúrbios.

O liberalismo igualizou o estatuto dos cidadãos mas não os seus preconceitos. Ainda que se proclamasse ardentemente igualitária, a vila era um poço de pequenas desigualdades em que todos se mediam nos mais pequenos gestos. Os meios populares também são feitos de diferença. Diferenças que as elites não vêem e que os próprios muitas vezes proclamam não existir. O investigador porém não deve confundir o discurso com a sociedade que o produz. Os lugares podiam ser elevados a vilas como estas podiam ser elevadas a cidades.

Inscrevia-se no registo de nascimento de uma criança o sítio e a freguesia de que era oriunda. Eu, segundo o meu registo de nascimento, sou do lugar de Margueira Velha da Freguesia de Almada. Como não fui baptizada o meu pai deslocou-se ao Registo Civil em Almada para

declarar o meu nascimento. Já o meu avô tem um registo paroquial que refere que foi baptizado na Igreja Paroquial da Vila de Almada em 1898. A maior dignidade de nascer na vila é evidente. As identidades estruturavam-se neste contexto e essa estruturação permaneceu identificável no espaço urbano até à década de sessenta do século XX.



Gravura nº1: Lisbon From the Fort of Almada

Pintado por Lieutent Balty, gravado por N. Miller, Colecção pessoal.

Uma pesquisa no Registo das 137 crianças baptizadas em 1897, em Almada, mostra que dos pais 30,7% tinham nascido no Concelho, mas só 26,3% na freguesia de Almada. 33,6% tinham nascido na Península de Setúbal e 20,4% vinham da Diocese de Coimbra. Já 32,8% das mães eram da freguesia de Almada e 45% do Concelho. Se nos reportarmos à Península de Setúbal dela provinham 54,0% das mães e 16,1% vinham da Diocese de Coimbra. Vemos assim que a Beira era a província de que eram oriundos mais novos vindos. Também podemos ver que os homens de fora casavam frequentemente

com mulheres da freguesia e que a freguesia da Caparica fornecia mais mulheres à freguesia de Almada do que homens.

O Concelho de Almada ainda era em 1864 um concelho rural com apenas duas freguesias. A Freguesia da Caparica (nossa senhora do Monte) era uma freguesia dispersa com sede no lugar de Monte da Caparica e tinha 6.311 habitantes contra os 4.026 da freguesia de Almada, ela própria plena de manchas rurais. As duas freguesias eram constituídas por lugares separados por estradas e azinhagas. A freguesia de Almada estendia-se até aos limites da Sobreda. Em 1890 dedicavam-se à agricultura 38,7% dos que tinham profissão no Concelho.

Ainda no arrabalde antigo começou a nascer uma indústria moderna. O primeiro recenseamento que contém elementos estatísticos sobre a população dos lugares é o de 1911. A freguesia de Almada tinha 38 lugares e a de Caparica tinha 21. A freguesia do Barreiro tinha 10, a do Lavradio 9 e Palhais tinha 21.

FREGUESIAS	FOGOS	HABITANTES
Barreiro Concelho	2612	12203
<i>Barreiro Freguesia</i>	1776	8375
<i>Barreiro</i>	1762	7899
<i>Braamcamps</i>	6	40
<i>Moinho das Lezírias</i>	6	34
<i>Moinho Pequeno</i>	8	39
<i>Paiva</i>	13	66
<i>Palhais Freguesia</i>	286	1194
<i>Lavradio Freguesia</i>	286	1134
Almada Concelho	4070	18111
<i>Almada Freguesia</i>	2163	9962
<i>Almada</i>	811	3767

<i>Cacilhas</i>	387	1648
<i>Margueira</i>	146	146
<i>Mutela</i>	113	500
<i>Piedade</i>	190	958
<i>Caparica Freguesia</i>	1907	8149
<i>Monte da Caparica</i>	92	397
<i>Costa da Caparica</i>	234	1034
<i>Trafaria</i>	260	1136
Seixal Concelho	1966	8475
<i>Aldeia de Paio Pires Freguesia</i>	272	1120
<i>Aldeia de Paio Pires</i>	191	630
<i>Amora Freguesia</i>	603	2480
<i>Amora</i>	394	1573
<i>Arrentela Freguesia</i>	454	1998
<i>Arrentela</i>	226	981
<i>Seixal Freguesia</i>	637	2877
<i>Seixal</i>	614	2769

Quadro nº3: Censo de 1911; População

Fonte: Censo da População 1911 Parte VI. Lisboa 1917 INE, p.208, 209.

Para além da vila, a freguesia de Almada incluía uma série de lugares dos quais se distinguia Cacilhas. Nos lugares de Cacilhas, Mutela, Cova da Piedade, Margueira, Olho de Boi e Romeira concentrou-se a indústria. O subúrbio moderno, na margem sul do Tejo, afirma-se graças ao transporte marítimo. O barco a vapor é precoce. A água é abundante, dois elementos favoráveis ao estabelecimento da nova indústria.

No entanto, no caso de Almada, a vila permanecerá o território dos artesãos. São eles os fundadores da Sociedade dos Artistas Alma-denses em 1858. Esta Sociedade de Socorros Mútuos tinha 123 sócios em 1865. Nesse ano entraram 3 e saíram 4. A Sociedade

socorreu 51 doentes correspondendo a 1.254 dias de doença. A sua receita era 475\$000 e a sua despesa 467\$000⁶. São ainda eles os fundadores da Academia Almadense, como testemunha o túmulo de José Maria Oliveira.



Mapa nº1: A Margem esquerda do Tejo com o primeiro projecto de localização da ponte sobre o Tejo de Miguel Carlos Correia Pais (1879)
Carta Coreográfica dos Terrenos em redor de Lisboa,
Depósito Geral de Guerra, Filipe Folque, 1869, 1/100 000.
Pormenor, Coleção Pessoal.

6 Gerardo Pery, *Geographia Geral e Estatística de Portugal e Colónias*, (Lisboa, 1N,1875), p.261.

Uma das razões para a pequena presença de operários nas associações situadas na vila era a elevada taxa de analfabetos existente entre eles. Em 1911 na freguesia de Almada 55,4% dos indivíduos do sexo masculino e 64,2% dos de sexo feminino eram analfabetos. O Seixal e o Barreiro, concelhos mais industriais tinham taxas de analfabetos superiores. No Barreiro os analfabetos em 1911 representavam 58,5% dos homens e 67,7 das mulheres. Assim a margem sul destacava-se por elevadas taxas de analfabetos integrando-se num padrão próximo do Sul do País muito mais analfabeto do que o Norte.

Os operários de fábrica não seriam ainda muito relevantes na vila de Almada dominada pelo artesanato, o comércio e incipientes serviços. Na classificação publicada pelo recenseamento de 1911 os dados referem-se ao concelho, indústria e artesanato não se distinguem e os que se lhe dedicam representam 38,7% dos que têm profissão. No Concelho, em 1911, a administração Pública e os membros das profissões liberais não atingiam 3,5% da população com profissão. Não dispomos de dados estatísticos sobre os operários da vila, apenas sobre o sector industrial no concelho. Um operariado ignorado escondia-se dentro das pequenas e esconsas casas da vila. Era constituído por mulheres e homens trabalhando a domicílio para vários patrões lisboetas. Podemos encontrá-lo pesquisando os *fait divers* nos jornais locais.

O Seixal era um concelho polinucleado com largas manchas rurais e desertas onde a dominância da sede do concelho era muito inferior à de Almada. Também aqui, o lazer e a indústria já coexistiam antes do início do processo de suburbanização.

O Barreiro porém tinha características diferentes. Sendo um concelho mais pequeno em população e área do que Almada tinha

um núcleo urbano mais importante. Em 1801 só tinha uma freguesia mas em vez de ser amputado em 1836, como aconteceu a Almada, recebeu a população do concelho do Lavradio que então desapareceu. Este último em 1801 só tinha 907 habitantes. Em 1911, a freguesia do Barreiro tinha 68,7% dos habitantes do concelho e a vila 64,7%. Em parte o crescimento da vila ficou a dever-se ao facto de o caminho-de-ferro do Sul aí ter tido a sua testa desde 1861. A permanência dessa situação foi muito contestada no século XIX, mas determinou a construção de oficinas e habitação para trabalhadores, empregados e engenheiros do que, a partir de 1869, foram os Caminhos-de-ferro de Sul e Sueste. Assim a vila cresceu com características diferentes da de Almada. No século XIX, tal como em Almada, o caciquismo existia, sendo evidenciado no cognome de Penicheiros, atribuído à sua Sociedade Filarmónica. Aqui não podemos esquecer a presença dos engenheiros, com as suas narrativas de progresso e a forte influência socialista utópica que acompanhou a acção de alguns deles. O caminho-de-ferro no Barreiro era, em finais do século XIX, uma empresa do Estado em que a acção dos engenheiros não era contrariada pelas administrações oriundas de assembleias de accionistas. O transporte ferroviário e marítimo favoreceu a instalação da indústria corticeira.

2. O Subúrbio moderno

2.1. A PALAVRA E A COISA

A palavra subúrbio, sendo de origem romana, representa uma reintrodução de termos vindos do latim no Português em pleno renascimento. É uma palavra que sempre foi pouco utilizada mas esteve

sempre presente⁷. A realidade do subúrbio moderno deve associar-se à dependência em relação a um centro urbano mais importante onde trabalha uma parte importante dos seus habitantes. Estes utilizam os transportes em comum ou deslocam-se a pé. A sua mobilidade é limitada mas o seu contacto com a grande cidade é permanente, sendo em sua direcção que a maior parte das deslocações se dá.

O subúrbio vai conquistando o território do arrabalde antigo que era dominado pela ruralidade, pelo artesanato urbano produzindo para o mercado local ou exterior, combinados com o lazer aristocrático ou burguês. A suburbanização como processo envolve um crescimento mais rápido das periferias do que do centro urbano, ter-se-á iniciado nas cidades mais desenvolvidas da Europa e dos Estados Unidos, na primeira metade do século XIX⁸.

Convém referir que o local de residência e o local de trabalho podem definir dois tipos diferentes de subúrbio como Annie Fourcaut estudou, no seu livro *Bobigny Banlieue Rouge. Bobigny commune rouge* não era uma municipalidade industrial mas tão-somente um território de loteamentos clandestinos onde os operários parisienses compraram um pedaço de terra para construir as suas “bicoques” lentamente transformadas em habitações definitivas (tecido chamado pavillonnaire).

⁷Magda Pinheiro, «Subúrbio», em *Christian Topalov, L'Aventure des Mots de La Ville – Dictionnaire Historique Plurilingue*, Laboratoire d'Anthropologie urbaine. (Paris, Laffont, 2010), pp.1197/1201

⁸Keneth Jackson, *The Crabgrass Frontier, the suburbanization of the United States*, (Oxford UP, 1985).

2.2. SUBÚRBIOS DA MARGEM ESQUERDA DO TEJO

Na margem Sul em 1911 algumas freguesias já cresciam mais depressa do que Lisboa no seu todo. A freguesia de Almada cresceu a uma taxa de 1,9% ano entre 1900 e 1911 enquanto a cidade de Lisboa crescia a uma taxa média de 1,8%. Podemos ver pela percentagem de novos vindos existentes nas diversas freguesias o carácter atractivo das freguesias mais urbanas da margem sul. Neste contexto o Barreiro já se destacava por ter uma maior percentagem de novos vindos, tal como o seu concelho se destacava por uma superior presença da Indústria. Em 1911 quer a freguesia do Barreiro quer a vila eram muito maiores do que as de Almada. O Seixal era, no entanto então o concelho com uma maior percentagem de população industrial.

% DE POPULAÇÃO NASCIDA NO CONCELHO, NO DISTRITO E NOUTRO DISTRITO				
Lisboa	46,0%	8,8%	40,6%	Σ 95,4
<i>Campo Grande</i>	52,3%	1,2%	34,7%	Σ 88,2
<i>Almada</i>	64,3%	10,6%	24,1%	Σ 99
Freg. S. Tiago	50,9%	13,6%	34,2%	Σ 98,7
<i>Barreiro</i>	53,7%	18,3%	27,0%	Σ 99
Freg. Barreiro	49,2%	17,3%	32,2%	Σ 98,7

Quadro nº4: População segundo o local de nascimento

Fonte: Recenseamento de 1911.

Os Concelhos suburbanos da margem sul tinham lugares que misturavam indústria, comércio e habitação operária e patronal, como Mutela ou a Romeira, lugares onde a indústria era dominante mas existia habitação operária e patronal sendo o comércio quase nulo,

como Margueira. Nestes lugares a presença da casa do patrão permaneceu forte. Outra era a situação do Olho-de-boi onde a indústria pertencia a uma sociedade anónima com sede em Lisboa. A Cova da Piedade teve um crescimento industrial que se traduziu também numa mais forte presença urbana e lhe permitiu suplantiar Cacilhas. Aqui cresceram os pátios operários e as pequenas casas abarracadas. Um patrão adquiriu importância nacional sem deixar de residir no lugar e a sua casa atingiu o estatuto de palacete. A sua acção paternalista estendeu-se à escola e a sua influência às eleições. Assim a Cova da Piedade atingiu a dignidade que lhe permitiu obter o estatuto de freguesia nos anos 20.

No concelho do Seixal, a Amora ou mesmo a Arrentela tinham centros urbanos de dignidade equivalente à da sede de concelho e misturavam grande indústria, residência popular e das elites assemelhando-se bastante à Cova da Piedade.

Já no Barreiro o caminho-de-ferro criou novas possibilidades. Dali se podiam transportar outros produtos para outros locais do Sul do País como veio a acontecer com os adubos, determinando nos anos 10 do século XX a escolha do local pela indústria química e a emergência de um novo tipo de cidade, a *Company Town*⁹. Aqui existiu numa mistura entre o modelo de Crewe e o de Le Creuzot mas

9 Ana Nunes d'Almeida, *A Fábrica e a Família*, (Barreiro, CM Barreiro, 1993), pp.311. Christiane Devillers, Bernard Huet, *Le Creusot, Naissance et Développement d'une ville Industrielle, 1782-1914*. (ChampVallon, Seyssel, 1981), p.287. Diane K. Drummond, *Crewee and its people*, (Oxford, Scollar Press, 1995).

também existiam funções suburbanas. Como *company town* o Barreiro foi alvo de uma política patronal paternalista que moldou fortemente a sua identidade. As funções suburbanas eram mais reduzidas proporcionalmente do que em Almada ou no Seixal pois a travessia do Tejo proporcionada pelo ferryboat era mais longa. A instalação em 1959 da Siderurgia Nacional no Seixal, num contexto de metropolitização, já não gerará um paternalismo comparável ao vivido no Barreiro devido à acção da CUF, entre as duas guerras.

3. A Metrópole

3.1. A PALAVRA E A COISA

A palavra metrópole em Portugal mudou o seu significado mais comum na época contemporânea, passando de significar um bispado de que outros eram sufragantes a ser sinónimo de mãe pátria. Só nos anos setenta urbanistas e sociólogos começaram a aplicar a palavra ao descrever um novo tipo de aglomeração urbana. Orlando Ribeiro aplicara a palavra ao descrever São Paulo, pouco depois da segunda Guerra Mundial definindo-a por uma paisagem em que os arranha-céus já dominavam. A metrópole, no seu sentido moderno, apresenta uma maior diversificação nos percursos dos habitantes. O centro já não recebe a quase totalidade das deslocações e o automóvel privado suplanta o transporte colectivo. A cidade central começa então a perder habitantes e novas centralidades emergem.

A metrópole irá asfixiar as identidades suburbanas até as transformar num produto manipulado por políticos e profissionais da cultura local. Em Portugal emerge lenta mas seguramente no pós

segunda guerra. O seu nascimento é acelerado pelo planeamento domínio do planeamento urbano modernista. Em toda a Europa gera as chamadas “boring landscapes”.

3.2. A MARGEM SUL DA METRÓPOLE DE LISBOA

Em 1939 o Arsenal de Marinha é transferido para o Alfeite, na Cova da Piedade e na vila de Almada, agora designadas por aglomeração leste, aplica-se um planeamento do tipo cidade jardim que pretende diminuir as deslocações pendulares¹⁰. A nova Almada devia ter habitações para a classe média baixa e para os trabalhadores mas também emprego. O objectivo era contrariar a suburbanização existente. Em Almada o novo desenho urbano começou por favorecer a desindustrialização no sector corticeiro ao destruir o acesso aos cais fluviais de zonas industriais como Margueira.

A construção da Siderurgia Nacional em Paio Pires veio porém mostrar o novo caminho industrial centrado no modelo de *import-substitution* até meados dos anos sessenta.

O planeamento só não integrou o crescimento do número dos habitantes muito pobres que a mecanização da agricultura e os maus anos agrícolas vividos durante a Segunda Guerra Mundial, trouxeram. Estes novos vindos, oriundos do Alentejo e Beira Baixa, não

10 Jorge de Sousa Martins, “O arranque da Metropolização na Margem Sul, Factores e modos de urbanização na região de Almada (1935–1947)” em Magda Pinheiro, Luís Vicente Baptista e Maria João Vaz, *A Cidade e a Metrópole, Centralidades e Marginalidades*, (Oeiras, Celta) 2001, pp.53–64.

encontraram lugar nas escolas públicas, nem habitação pois a que foi construída nos anos cinquenta era uma gota de água face às necessidades e destinava-se a trabalhadores com salários estáveis membros das forças armadas ou dos sindicatos corporativos. O crescimento económico permitiu aos muito pobres sobreviver em lamentáveis condições materiais e culturais. A taxa de analfabetismo permaneceu extremamente elevada até aos anos sessenta. Nesta data os analfabetos ainda variavam entre 38% da população no Concelho de Alcochete e 20% no Barreiro e em Almada.



Foto nº1: Desmantelar da Fábrica Buckhnal em 1952, de Alexandrino Pinheiro

Na zona oeste da margem sul a construção da ponte ligando o Pragal a Alcântara, inaugurada em 1966, foi um marco importante. A Ponte contrariou o planeado no tempo de Duarte Pacheco e foi ressentida no Barreiro como um ataque à fonte do seu crescimento, o caminho-de-ferro. A Câmara Corporativa também previu o crescimento desordenado a que daria origem e exigiu, sem êxito, a construção simultânea da via-férrea e da rodovia. A opção de não construir de imediato o caminho-de-ferro teve pesadas consequências urbanísticas para o sistema urbano da margem sul agora a crescer de forma acentuada e com um peso crescente na metrópole em formação. No momento da inauguração da ponte a economia crescia a ritmos nunca vistos no País e a margem sul da metrópole de Lisboa afirmava-se

como um pólo industrial, tanto no que se referia à indústria pesada, como, sobretudo depois de 1968, no que concerne a indústria ligeira de exportação¹¹. O nível de vida popular permitiu finalmente aos operários da nova indústria pesada aceder ao automóvel. Os trajectos dominantes dos habitantes permaneceram ainda em direcção a Lisboa, e houve crescimento da função suburbana nalgumas localidades mas a diversidade foi maior. Local de trabalho e residência deixaram de estar necessariamente ligados como tão bem salientou Maria Alfreda Cruz. Localidades como a Baixa da Banheira manifestam-no. Foi então que a presença de loteamentos clandestinos em terrenos rurais e florestais se afirmou. Estes loteamentos tinham características semelhantes aos da “*marée pavillonnaire*” das cidades francesas de entre as guerras. O Estado Novo não decretou uma lei “*Loucheur*” favorecendo a construção de infra-estruturas e deixou essas zonas sem saneamento básico, escolas ou creches.

Para além destes loteamentos, sinal da falta de alojamento mesmo para moradores com algum capital, cresceram os bairros de lata indiciadores da permanência da miséria. Estes instalaram-se muitas vezes



Foto nº2: Barracas entre Almada e a Cova da Piedade em 1968, de Magda Pinheiro

11 Magda Pinheiro, “The Making of a Metropolis in a Developing country: Lisbon, 1950–2000”, em Lars Nilsson, *The Coming of the Post-Industrial City*, (Estocolmo, 2005), pp. 135–146.

em quintas abandonadas que o planeamento dos anos quarenta, dominado pelo modelo cidade jardim, deixou subsistir para futuros parques urbanos. Como não chegaram a ser expropriados antes do início da Guerra Colonial foram ocupados com bairros de lata situados entre os antigos lugares. A estrutura de lugares foi progressivamente absorvida pela maré urbana, quer se construíssem prédios, quer barracas.

CENTROS / ANOS	1890	1900	1911	1920	1930	1940
<i>Almada</i>						5.724
<i>Barreiro</i>			7.899	10.250	16.130	19.846
<i>Montijo</i>	6.014	6.851	7.899	10.250	16.130	19.846

Quadro nº5: População em Centros de mais 5000 habitantes

Fonte: Anabela Nunes, *idem*, *ibidem*, p.35

Os números que sustentam esta descrição são difíceis de abordar. O estudo de Ana Bela Nunes, sobre a população dos centros urbanos, ao dar este nome às freguesias, gera algumas dificuldades¹². A criação de uma freguesia nova aparece como uma diminuição da população na freguesia desmembrada. No entanto é o único estudo que permite lidar com o problema do crescimento populacional suburbano ultrapassando os dados concelhios. Só um estudo com utilização de Sistemas de Informação Geográfica, pode permitir suplantar estes problemas.

¹² Anabela Nunes, em Maria Eugénia Mata e Pedro Telhado, *Urban Dominance and Labour Market Differentiation of a European Capital City*, Dordrecht, 1996.

CENTROS / ANOS	1890	1900	1911	1920	1930
<i>Almada</i>	11.995	30.688	38.714	42.607	22.550
<i>Amora</i>			9.905		7.122
<i>Baixa da Banheira</i>	5.196	12.525	18.481	21.358	22.933
<i>Barreiro</i>	22.190	30.399	53.200	50.863	47.901
<i>Cacilhas</i>					8.637
<i>Corroios</i>				13.228	10.549
<i>Cova da Piedade</i>		15.270	21.004	28.251	24.906
<i>Cruz de Pau</i>		15.270	21.004	28.251	24.906
<i>Feijó</i>			9.214	13.974	13.238
<i>Fogueteiro</i>					5.122
<i>Laranjeiro</i>			6.933	20.374	23.086
<i>Lavradio</i>				13.896	12.668
<i>Miratejo</i>				5.123	11.392
<i>Moita</i>				8.463	12.146
<i>Montijo</i>	13.306	17.751	25.949	23.017	23.247
<i>Paivas</i>				6.627	10.493
<i>Palmela</i>					5.553
<i>Pinhal Novo</i>				5.708	10.547
<i>Quinta da Lomba</i>				11.223	11.401
<i>Quinta do Conde</i>					5.198
<i>Torre da Marinha</i>				5.302	7.651
<i>Vale da Amoreira</i>				6.735	7.651
<i>Val Milhaços</i>					6.063

Quadro nº 6: População em Centros de mais 5000 habitantes

Fonte: Anabela Nunes, *idem*, *ibidem*, p.42.

A guerra colonial absorveu o que devia ter sido empregue no bem-estar da população e na sua educação. O subequipamento educativo e cultural, num contexto de grande expansão, traduziu-se no fim da aculturação positiva dos novos vindos. As colectividades tradicionais declinaram mesmo antes da luta entre tendências políticas

ANO	TOTAL	LISBOA %	MARGEM NORTE %	MARGEM SUL %
1900	488.774	72,84	17,42	9,74
1911	599.255	72,65	18,00	9,35
1920	662.636	73,40	16,84	9,76
1930	817.340	72,72	17,54	9,74
1940	977.456	71,86	18,10	10,04
1950	1.150.853	67,52	20,77	11,71
1960	1.363.562	58,76	27,62	13,63
1970	1.682.545	46,10	37,10	16,81
1981	2.268.729	35,60	46,09	18,30
1991	2.540.278	26,1	48,6	25,3
2001	2.682.687	21,0	52,8	26,2

Quadro nº7: População na Área da Metrópole segundo a lei de 2003

Fonte: Teresa Barata Salgueiro, *A Cidade Em Portugal, Uma Geografia Urbana*, (Porto, Afrontamento), 1992, p.87, <http://www.aml.pt/AmlemNúmeros> (visited 6/3/2007).

	1911	1920	1930	1950	1960
Almada / Santiago / Paróquia	9.871	11.478	8.529	10.755	31.523
Almada / Vila	3.767				23.325
Cova da Piedade / Paróquia			5.071	7.722	23.585
Caparica / Paróquia					
sede no lugar do Monte da Caparica	8.205	8.813	6.908	8.575	10.363
Aglomeração Este					
planeamento urbano				29.271	55.108

Quadro nº 8: População das Paróquias no concelho de

Almada e da chamada aglomeração Leste

Fonte: Jorge de Sousa Rodrigues, "O arranque da Metropolização na Margem Sul, Factores e modos de urbanização na região de Almada (1935-1947)" em Magda Pinheiro, Luís Vicente Baptista e Maria João Vaz, *A Cidade e a Metrópole, Centralidades e Marginalidades*, (Oeiras, Celta, 2001), p. 63-64.

se ter afirmado. O cinema, que fora um dos seus maiores sustentáculos económicos, foi atingido pelo crescimento do número de postos de televisão. No pós vinte cinco de Abril será notório o apagamento da memória histórica local acompanhado pelo desprezo pelos saberes técnicos. Levará um tempo infelizmente demasiado longo até as novas autoridades se aperceberem da sua importância.

Conclusão

Na metrópole moderna do pós vintecinco de Abril assistiu-se à desindustrialização e a uma quebra da população industrial. O fenómeno foi particularmente sentido na margem sul. A indústria pesada deslocalizou-se tal como as indústrias tradicionais e a mais recente indústria ligeira produzindo para a exportação. A função suburbana cresceu ao mesmo tempo que os serviços se afirmavam criando novas centralidades.



As Comunidades Operárias na Legibilidade Geográfica da Margem Sul do Estuário do Tejo

Propomo-nos traçar, nesta Comunicação, um muito breve quadro da evolução da Margem Sul do Estuário do Tejo (MSET), em torno da sua personalidade geográfica fomentada pelo dinamismo sociodemográfico e socioeconómico, de cuja especificidade se guarda memória. Entendemos que este tipo de especificidade constitui património da identidade cultural quer do país, quer das unidades que compõem a Área Metropolitana de Lisboa, em geral e, em particular, da Península de Setúbal, na medida em que o seu desenvolvimento fomentou práticas de trabalho e laços de socialização, cuja preservação tem direito a ser estimulada, razão pela qual aqui nos encontramos

2. Poliformismo geográfico

Que a MSET é polimorfa é indiscutível e que a sua integração se foi fazendo (e desfazendo?) aos poucos e aos pedaço, também o é.. Vários ciclos deixaram disso testemunho, desde o rural/agrário, ao fabril, ao (sub)urbano, ao da mobilidade, todos eles entrecruzados simultaneamente ou não na identidade regional produzida ao longo de todo o percurso da história portuguesa. na sua diferenciação geográfica básica, ainda expressa na toponímia oral, que atribui a designação-de Outra Banda (O.B.) à região oeste, centrada em Almada,

por ficar em face de Lisboa, e a designação de Borda de Água (B.A.) à região leste, por, desde o Barreiro a Alcochete, incorporar em torno de esteiros e sapais, as aglomerações centradas no rosário de pequenos cais do Mar da Palha, delimitado a leste pelos pauis que prenunciam o Ribatejo de feição alentejana onde se veio a distinguir-se Aldeia Galega do Ribatejo/Montijo, quando passa a rematar a principal via de comunicação terrestre que do Alentejo rumou a Lisboa até ao 3º quartel do século XIX, constituindo por isso, até então, a passagem da B:A que concentrava o maior volume das mercadorias “atravessadas” no Tejo, desde a carne, o trigo e a palha do Alentejo, ao sal e ao vinho da produção regional, sendo esta organizada pelas casas de lavoura com a utilização de mão de obra local durante a maior parte do ano e sazonalmente pela que em ranchos era acolhida nas propriedades para safras específicas.

Com este perfil costeiro contrasta o de Almada, incrustada no pequeno maciço de guarda à transição do golfão do porto para o canal de saída do Tejo para o Oceano e cuja área de influência, que chegava ao esteiro de Corroios, incorporava, ao contrário da Borda de Água, quintas fidalgas, servidas pelos seus próprios cais no atravessamento do rio, tendo por destino frequente não só o mercado da Capital, mas a frequência da própria Corte por parte de alguns dignitários que por aqui habitavam.

Em todo o caso, foi a Ribeira de Coina que, introduzindo a primeira ruptura no recorte do litoral debruado pelos sapais, constituiu a fronteira entre as orgânicas da OB e a BA. A partir do momento em que concentrou estímulos que convergiram num desenvolvimento autónomo em relação às duas outras unidades, com especial pujança

a partir do momento em que o Porto de Lisboa incorpora no seu movimento os terminos das vias férreas do Norte e de Sul e Sueste.

Foi esta zona de contacto que veio a funcionar como área de indução da indústria pesada, cujos casos lapidares viriam a ser precisamente a CUF e a Siderurgia no perímetro da Ribeira de Coima vindo ambas em conjunto com a Lisnave, no litoral do Alfeite, a inserir-se no contexto da fase da industrialização que rompeu com a única tendência de unificação regional promovida neste âmbito: a que se deve à indústria corticeira.

3. Papel da indústria corticeira

Que papel coube então à indústria corticeira? O de, a partir do 3º quartel do século XIX, se plasmar na integração das três componentes básicas da Margem Sul do Estuário do Tejo, a partir da litoralização do perfil territorial da sua distribuição fabril, em torno da rede de cais dos esteiros a que afluía a cortiça pela combinatória do afluxo da matéria prima e de gente ao porto de Lisboa. Por mais de um século, este perfil, combinando-se caso a caso com os outros factores da paisagem regional, conferiu a toda a região um denominador comum que não entrou em litígio, *antes em simbiose*, com a implantação das restantes localizações fabris que, por mais de um século, foram aproveitando circunstâncias diferenciadas desse mesmo litoral, entre Almada e Alcochete

Finalmente, à medida que a procura da cortiça se desenvolve, a própria região intervém no negócio, capitalizando pequenas economias locais nos fabricos que proliferaram à sombra das fábricas, por seu turno interessadas na segmentação dos procedimentos

industriais e no estabelecimento das dependências que, facultando abastecimento de matérias-primas à produção artesanal, deixava as maiores casas corticeiras mais livres para se dedicarem à sua vocação primordial: o comércio externo do sobro, incipientemente preparado e subsidiariamente o das rolhas escoadas para os produtores de vinho, até mesmo em Portugal... Só mais recentemente, a indústria de aglomerados se abalçou a outras perspectivas, introduzindo um novo perfil no conjunto dos antecedentes¹.

E assim os arranjos empresariais da indústria corticeira se diferenciaram ao longo do tempo.

¹ Veja-se, a propósito a biografia da indústria corticeira do Seixal. As suas grandes empresas, Mundet e Wicander, resultam precisamente de investimentos estrangeiros significativos, mas chegaram aos nossos dias com perfis claramente diferenciados. A primeira, de origem catalã, estabeleceu-se em 1906 e a segunda, sueca, em 1911, datas que participam numa época de instabilidade financeira, com reflexo manifesto na indústria corticeira... Com motivações específicas – uma correspondendo a uma unidade fabril condicionada pela abundância local de matéria-prima, até que a mesma ameaçou esgotar-se, outra condicionada pelo mercado de revestimentos e isolantes, com interesse para os equipamentos de habitabilidade dos países de clima menos clemente do que o mediterrânico – ambas se cruzaram, em frente do porto de Lisboa, na procura de abastecimento livre de intermediários e capaz de subestimar custos alfandegários de importação para os respectivos países. Foi neste condicionalismo que ambas surgiram. Mas enquanto a Wicander se instalou no Seixal e não se envolveu significativamente na indústria corticeira corrente, a Mundet, com instalações repartidas pelo Seixal e pelo Montijo, diversificou os seus perfis produtivos, como forma de defrontar a concorrência dos vedantes de plásticos, que apenas deixaram incólume o mercado de vinhos de qualidade. O investimento na produção de aglomerados foi uma alternativa para o declínio anunciado.

4. A relevância do papel político de Lisboa na indústria pesada

É neste contexto unificador da industrialização corticeira no desenvolvimento da identidade regional, que se enraízam os casos da indústria pesada durante a fase de amadurecimento das perspectivas abertas pelas vias de comunicação ferroviária e viária no relacionamento multidimensional do país com Lisboa e com o seu porto.

5. Recrutamento geográfico e social da mão de obra

5.1

Partindo dos casos concretos para a explicação geral, é lícito garantir com que gente se edificou a dinâmica transversal à constituição das comunidades operárias em presença. A mão de obra fabril edificou-se com gente de todo o país, com relevo para a do Sul do Tejo que se caldeou com as populações locais que a precederam nas safras e nas fábricas de todo o jaez que aqui se implantaram.

5.2

É na viragem dos anos 40/50 que os alentejanos passam a predominar na procura do emprego fabril das grandes indústrias. Provindos sobretudo do interior e acolhidos como mão de obra fabril inqualificada, como a das afluências precedentes à indústria corticeira, são sempre designados nos registos que compulsamos simplesmente como “trabalhadores”.

5.3

Foi a generalização da camionagem que permitiu que a extensão da via captasse trabalhadores braçais nos mais recônditos

locais atraídos pelas perspectivas de emprego regional, mas foi o carácter de indiferenciação de muitas rotinas de trabalho fabril que permitiu a sua abertura a gente que especificamente não seria suposto dirigir-se-lhes.

5.4

Ao concentrar o essencial do emprego fabril, em função do seu porto marítimo e da sua praça bancária, Lisboa passa também a redistribuir a gente que lhe chega, para as periferias suburbanas, onde os promotores fabris encontram chão onde se instalar... A Campanha do Trigo (que arrancara de 1927–32) nas charneças dos frágeis solos do Alentejo) acabou por dar novo alento ao êxodo das suas gentes, garantindo espessura aos trajectos que, desde os anos 40, acompanhavam a migração das firmas corticeiras para os cais do Tejo, incluindo o de Coima, sem que a agricultura local lhe tivesse podido constituir alternativa credível.

5.5

Por isso, a incorporação maioritária de rurais e de trabalhadores da construção civil na génese da mão de obra nas várias unidades da indústria pesada revela ter-se mantido com muito ligeira alteração à situação que a CUF patenteava mesmo na época de ouro da sua expansão (1921–1937), quando mais de 50% da mão de obra manifestava possuir um nível de instrução ínfimo ou mesmo nulo. A magreza do contingente detentor dum curso técnico (3,2%, sendo 2,5% industrial) era suficientemente sugestiva do modo como a política pública de educação da época nem minimamente investia numa formação de base que permitisse mais do que a empiricidade das aprendizagens. A produtividade resultava apenas da duração e da intensividade das

jornadas de um trabalho rotineiro, que tão mal pagava, com fundamento na iliteracia, o envolvimento do operário numa prática moldada em esforço e atenção ilimitados.

Nisso a Siderurgia só se destacou na formação intensiva do pequeno número de quadros indispensáveis ao arranque e enquadramento dos demais, pelo que, para o efeito, terão sido integrados em estágios de siderurgias europeias. Mas, quanto às origens geográficas do operariado do aço o facto é que muita da sua proveniência constituiu a geração derivada da primeira vaga de sulistas que entretanto se tinham caldeado com a população seixalense, começando por encontrar porto de abrigo na Mundet e nos seus fabricos mais ou menos satélites.

5.6

Todas as comunidades operárias encontraram um povoamento disponibilizado pela reconversão agrícola desses tempos; mas que muito rapidamente se foi deslassando ao ritmo da extensificação suburbana que submergiu a MSET no fenómeno arrabaldino de Lisboa. Aqui se caldearam as culturas de origem dos imigrantes, numa dinâmica lenta e persistente de onde emergiu a cultura operária da região. Se (parafraseando Touraine), “tudo na vida é trabalho e sentido” foi ao trabalho que os construtores da identidade regional da MSET deram mais sentido. E é nessa a matriz da cultura fundada nas práticas quotidianas que se enraízam os anos das lutas que aqui nos convocam.

5.7

Em todo o caso, foi no convívio dos imigrantes que se caldearam na região, que deve buscar-se a génese da profunda aculturação de posturas, hábitos e instrumentos da vida material da Margem Sul

do Estuário do Tejo. Como toda a aculturação, traduz-se em perda de genuinidade das realidades originais em presença, mas também na emergência de factos e instrumentos novos da vida material e mental. A densa rede de colectividades locais e a forte atractividade que as suas práticas culturais sempre exerceram nos residentes enraizados nos diversos locais de povoamento, demonstram-no ainda, ao acompanharem de modo crítico, particularmente expresso na imprensa e na actividade teatral da região, dos palcos à animação do espaço público, processos de transformação das relações da produção económica e da propriedade da terra.

6. A MSET em contexto de perda da soberania económica de Lisboa

A perda de “peso” da região e do país na indústria, acompanhou assim todo o perfil evolutivo da produção fabril portuguesa, ainda que a formação básica do capital fixo tenha resistido mais do que o emprego ao acelerado declínio registado desde o final do século passado – o que se entende pela relativa inércia dos imobilizados no património financeiro e fundiário dos proprietários industriais... à espera de novas vocações dos solos, ou melhor, à espera de novas recidivas de “urbanização”, situações mais rentáveis para o florescimento do capital do que qualquer produção de matriz económica, sobretudo desde que a globalização a tornou mais ou menos dispensável em face da primazia do capital financeiro... Agora que o desenvolvimento regional, aqui e em qualquer parte “ não pode ser mais visto em termos de factores de localização, mas sim de capacidade criativa e de gestão empresarial”, a questão da revitalização de qualquer

sistema económico passa por uma intervenção pública que seja capaz de garantir as infra-estruturas necessárias à melhoria da qualidade de vida e à eficiência da *cidade* – o que implica ampliar a sua fruição, combater a poluição, modernizar o sistema de transportes e criar uma rede funcional de equipamentos que contrariem as deseconomias do congestionamento e a repulsão demográfica dos quadros técnicos, dos operários” e – acrescente-se – dos construtores da cidade que a ela continuam a afluir em fuga das terras de origem, as quais, aquém e além mar, tão frequentemente lhes nega o direito à subsistência.

Isso passa sobretudo por um sistema educativo que, apostando na formação de competências e na certificação de capacidades ao longo da vida de todos, conte com a pluralidade de instituições que nisso possam intervir, difundindo e produzindo conhecimento e estimulando a curiosidade e a reflexão, que é aliás o que todos aqui estamos procurando fazer. Difundir esta prática, reconfigurando-a de acordo com os públicos, em todos os azimutes, é uma necessidade vital. Só então, os promotores industriais investirão, em face do *know-how* disponível, as inovações tecnológicas possíveis para imporem no mercado global, aberto à estimulação publicitária real e virtual dos nossos dias os segmentos de excelência da indústria portuguesa, como sejam os das várias aplicações possíveis da cortiça mediterrânica, única no mundo.

A Autoeuropa gerada nos últimos decénios no coração da Península de Setúbal aí está a demonstrar qual é o caminho. A exploração da sigla no Google e o contacto com o site <http://www.net-empregos.com> demonstram à saciedade quanto o perfil da mão de obra qualificada pelo sistema de educação/formação que se lhe ajusta, bem como

às actuais circunstâncias de exigência e de ritmo de produção para o mercado global de onde provêm o financiamento e as encomendas do produto final e como estas geram a constelação de unidades subsidiárias que funcionam em rede com a fábrica mais poderosa da indústria transformadora sediada em Portugal, replicando, embora a outra escala o paradigma da constelação em rede que a indústria corticeira assumira na MSET e que as grandes indústrias pesadas da CUF e da Siderurgia pela natureza concentracionária da sua concepção empresarial e fabril não assumiram.

Remate

No arco ribeirinho do Tejo evoca-se o condicionalismo fulgurante dos anos 60, com o Plano Marshall e a base da Nato a mitigarem o isolacionismo de um país impreparado para defrontar a economia que já então se ia globalizando, no rescaldo da devastação da Europa pelas guerras do século XX que entretanto, pela neutralidade propalada pelo salazarismo, não envolveram esta finisterra europeia. O patronato industrial apoiara no entanto o lado ideológico afim do de Salazar de modo mais subliminar do que politicamente assumido, designadamente na guerra civil de Espanha, com o envolvimento dos capitães da indústria no apoio activo ao lado franquista, até que, fechado o ciclo das guerras europeias do século XX, Salazar desencadeou a sua própria guerra em territórios de África.

A manifesta inviabilidade da manutenção do Império português de onde provinham, aliás, matérias-primas para a vertente da indústria química da CUF, terá justificado a distanciação desta relativamente à política estatal. Trinta anos de crescimento constante no

quadro abrangente dos Acordos EFTA, de que Portugal foi co-fundador, garantiram à MSET, onde entretanto se tinham instalado os maiores grupos económicos de matriz industrial ligados ao sector bancário de Lisboa e ao capital estrangeiro, um cariz de eldorado sintetizado na mobilidade da gente que tomando Lisboa por “norte”, abandonava o resto do país de Norte a Sul em busca de trabalho em falta nas terras de miséria que os vira nascer. As taxas de crescimento económico da economia portuguesa de então que dir-se-iam hoje de tipo asiático² não invalidaram que perdurasse até aos nossos dias o atraso do desenvolvimento integral, o único de entre os 3D assumidos na proposta de Abril de 74 que se manteve abaixo do limiar então previsto. Do tempo mítico da MSET, onde o capitalismo português teve então a sua expressão mais sintomática, resta o património pobre das “polis” em reconstrução extensiva e a memória social de um tempo em que a cultura operária se fundou na solidariedade activa contra a repressão da liberdade, tão mal amada por um regime significativamente sustentado pela rapacidade dos grandes capitães da indústria. O Outro lado da CUF – o do operariado que se qualificava não na escola nem em acções de formação formal, mas na experiência fabril em que se caldeavam os trabalhos e os dias - passa porém pela resistência à aliança da grande indústria com o “poder soberano” do Estado, apesar da capacidade desta para ter gerado um bairro operariado (no Lavra-dio) vigiado pelas polícias nele aquarteladas ou em vigília longínqua, consoante a tipologias das suas funções no “regime de excepção” à

2 Brandão de Brito na intervenção simultânea no âmbito da Conferência assim designada.

vivência comunitária livremente assumida. E porque toda a vida corre sempre o risco de se encontrar desprotegida³, desde que a democracia seja letra morta, é que o ganho mais significativo do regime de hoje é a possibilidade de esta se aprofundar Assim sendo, tudo está em aberto na MSET, porque “a geografia não é apenas uma questão de latitude e de longitude, de fronteiras e recursos, de exércitos e de restrições (...). Ela é também e sobretudo uma questão de política e de decisão”⁴... Que a Autoeuropa sirva de norte e de ponderação à política económica do país e que o estudo das comunidades operárias da península de Setúbal demonstre a sua sustentabilidade no quadro do estado poliárquico da democracia é um repto regional que, em meu entender, a investigação social não poderá deixar de ponderar.

3 Agamben chamar-lhe-ia “vida nua”, no âmbito do conjunto de conceitos correlativamente enunciados neste mesmo texto e que fazem parte da teoria de Biopolítica que o autor subscreve.

4 Mensagem insistentemente difundida pelo *Courrier International* em aliança com o Programa da TVCabo intitulado *Sociedade das Nações*

Áreas Industriais e Comunidades Operárias:

O CASO DE ESTUDO DA PENÍNSULA DE SETÚBAL
NO DEBATE HISTORIOGRÁFICO

E. P. Thompson, ao inaugurar, há meio século, uma *nova história social*¹, induziu um notável investimento científico na análise diacrónica das complexas relações sociais dentro e fora da produção, nos locais de trabalho e nos espaços de lazer, nas redes formais e informais de entreajuda e previdência. Sob o impacto desta rotura com a historiografia tradicional, que privilegiava a evolução política e ideológica dos dirigentes e organizações formais dos trabalhadores, uma espantosa produção de estudos monográficos veio ilustrar as metamorfoses dos espaços e das sociabilidades operárias durante o longo, irregular e heterogéneo processo de desenvolvimento do capitalismo.

A confrontação dos dados recolhidos em diferentes contextos europeus e norte-americanos induziu as seguintes conclusões: a partir da última década de oitocentos, a deslocalização da indústria para a periferia, não sendo acompanhada de um progresso dos transportes urbanos suficientemente rápido, terá dado origem a áreas industriais e bairros operários que se tornaram centros de uma intensa

1 The Making of the English Working Class (1963).

vida comunitária, desenvolvida a partir da sobreposição física das esferas da produção, consumo, lazer e acção colectiva².

A partir da segunda metade dos anos oitenta, em reacção à perspectiva *culturalista* que hegemonizou a história dos *de baixo* durante décadas, diversos autores centraram a sua atenção na mobilidade e na estratificação das classes trabalhadoras, procurando demonstrar a diversidade de itinerários daqueles que participaram neste processo. Os estudos da mobilidade tornaram-se então uma verdadeira moda historiográfica, pondo em causa a formação de comunidades homogéneas social e culturalmente³.

Nas últimas décadas, considerando quer o impacto da concentração capitalista na vida de largas camadas da população europeia quer a agência humana neste processo, os historiadores têm vindo a analisar as estratégias individuais, mas sobretudo as colectivas⁴, que os industriais e os trabalhadores gizaram, respectivamente para modernizar os processos produtivos e lidar com as transformações estruturais que marcaram as *relações sociais industriais*⁵ desde então.

2 Cronin, James. Labor Insurgency and Class formation: Comparative perspectives on the crisis of 1917-1920 in Europe. In: *Work, Community and Power*. Filadélfia: Temple University Press, 1983, p36

3 Magri, Susanna; Topalov, Christian. *Villes Ouvriers: 1900-1950*. Paris: L'Harmattan, 1989.

4 Marcel Van der Linden, «Introduction». In: Kok Jan (ed.) – *Rebellious Families: household strategies and collective action in the nineteenth and twentieth centuries*. International Studies in Social History, Vol. 2. New York; Oxford: Berghahn, 2002, p7-9

5 «Relações entre trabalhadores e o processo de produção, entre os trabalhadores e os empregadores e entre os trabalhadores entre si», segundo Michael Hanagan e Charles Stephenson, *Confrontation, class consciousness and the labor process: studies in proletarian formation*. Westport, Conn.; London: Greenwood Press, 1986, p.1-2

Se estudos como o de Roger Gould sobre a Comuna de Paris vieram chamar a atenção para as relações de vizinhança⁶, recentemente, os investigadores tendem a recusar a compartimentação dos estudos sobre a fábrica e o território, relacionando as relações familiares e sociais, os percursos migratórios, a relação com a comunidade de origem, a mobilidade residencial, ocupacional e social com as relações de produção e particularmente com o mercado de trabalho.

Os resultados destas múltiplas investigações demonstram como o trabalho industrial, mesmo quando precário e ocasional, influenciou na vida quotidiana, na organização da família, do espaço e tempo de sociabilidade, assim como a relação com a hierarquia das empresas e com os companheiros de trabalho foi condicionada pelas conexões comunitárias, começando desde logo pelo recrutamento de mão-de-obra que percorria os fios das redes sociais, pessoais, de parentesco e vicinais⁷. O redireccionamento da pesquisa para a *Fábrica* veio também resgatar antigos debates em torno do papel dos artesãos durante

6 Cit. por Mike Savage – «Classe, História do Trabalho e da Classe Trabalhadora na Europa». In: C. H. M. Batalha, F. T. da Silva e A. Fortes, *Culturas de Classe: Identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004, p25-48

7 Stefano Musso, «Gli operai nella storiografia contemporanea. Rapporti di lavoro e relazioni sociali», *Annali*, XXXIII (1999), p.IX–XLVI

o processo de industrialização⁸, marcados agora pelas questões de género destacadas nos estudos feministas⁹.

Finalmente, é de referir, que para além dos locais de trabalho e residência, os espaços de lazer têm vindo a assumir uma crescente importância nos estudos sobre o universo operário. Como defendeu Charles Tilly, estes tiveram um papel fundamental na acção colectiva, uma vez que a existência de «espaços seguros», onde os trabalhadores pudessem discutir e organizar-se «seja qualquer for a sua forma, são condição *sine qua non* dos movimentos sociais»¹⁰.

Testando diferentes quadros interpretativos que marcaram a historiografia social, e tendo como caso de estudo a Península de Setúbal, este artigo analisa a evolução das proximidades espaciais e sociais, num período de aceleração dos processos de urbanização e industrialização – entre 1890 e 1930 – através de uma investigação que incidiu na territorialização das unidades de produção fabril e nas áreas de residência operária, na formação e estratificação dos

8 Michael Hanagan – The logic of solidarity: artisans and industrial workers in three French towns, 1871-1914. Urbana: University of Illinois Press, 1980; Michael Hanagan e Stephenson, Charles – Confrontation, class consciousness and the labor process: studies in proletarian formation. Westport, Conn.; London: Greenwood Press, 1986; John Breully, «Artisan economy, ideology and politics: the artisan contribution to the mid-nineteenth-century European labour movement». In: John Breully (coord.), Labour and liberalism in nineteenth-century Europe: essays in comparative history. Manchester: Manchester University Press, 1994. P76-114; Keith Mann, Forging political identity: silk and metal workers in Lyon, France, 1900-1939 France 1900-1939. New York; Oxford: Berghahn, 2010.

9 Cristina Borderías (coord.), Género y políticas del trabajo en la España contemporánea, 1836-1936, Barcelona: Publicacions i Edicions de la Universitat de Barcelona, 2007

10 Charles Tilly, Contention over space and place, *Mobilisation*, 8/2 (2003)

mercados de trabalho industrial e urbano, na mobilidade e nas redes sociais dos trabalhadores.

Esta análise foi escorada pela confrontação de metodologias e dados provenientes de estudos monográficos diversos, incidindo noutros *espaços* onde se reflecte a lenta e tardia modernização económica e social da Europa Meridional. Recorrendo a fontes diversas, desde as iconográficas às demográficas, foi possível cartografar a transfiguração dos espaços de trabalho, residência e lazer e mapear a metamorfose das relações entre artesãos, trabalhadores qualificados, semiqualificados e indiferenciados.

1. A organização espacial do trabalho

Enquadrando o caso de estudo da Península de Setúbal nas tendências gerais meridionais, verificou-se desde logo que a forma como se implementou uma nova organização espacial da indústria na capital portuguesa encontra paralelos em diversos contextos da Europa meridional, onde a industrialização decorre da interacção entre uma ou mais cidades e o seu *hinterland*, prolongando os antigos *faubourgs*¹¹ – bairros populares periféricos onde o trabalho artesanal se implantava desde a medievalidade¹².

11 Pierre Merlin – Les banlieues des villes françaises, Paris: La documentation française, 1998. p6–15

12 Eulália de Medeiros e Paulo Guinote, A banda d'além Tejo» na História: roteiro histórico da margem do estuário do Tejo das origens ao fim do Antigo Regime. Lisboa: Grupo de Trabalho do Min. da Ed. para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000, p31–46

A partir de finais do século XIX, aos tradicionais eixos da indústria lisboeta, acresce o desenvolvimento de espaços industriais modernos na margem Sul do Tejo e na dependência do porto de Setúbal. Na sua produção agiram variados actores, entre os quais se destaca o Estado na construção de caminhos-de-ferro, estruturas portuárias, entre outras infra-estruturas. No contexto nacional, quando em 1861 é decidida a localização da estação terminal da linha ferroviária que atravessa o Sul de Portugal no Barreiro, fica traçado o destino industrial da Península de Setúbal, desde aí estrategicamente localizada entre os montados alentejanos, onde se produzia a matéria-prima de uma das mais importantes indústrias nacionais – a corticeira –, e um dos maiores portos comerciais da Europa do Sul – Lisboa.

O mais antigo subúrbio industrial português foi alvo de avultados investimentos. Grandes empreendimentos cercaram os antigos enclaves rurais, transformando radicalmente a paisagem e o quotidiano das populações locais. No entanto, a principal inovação que a transferência da indústria para a periferia comportou foi uma nova reorganização do trabalho nas fábricas¹³. Mais do que tecnologicamente inovador, este processo impunham uma nova repartição das tarefas concentrando na *oficina grande* – designação da primeira instalação da Mundet no Seixal – várias operações, que com a ajuda de maquinaria rudimentar permitiam ao empresário enfraquecer estruturalmente o papel do artesão ou trabalhador qualificado na produção.

13 John M. Merriman (dir.), *Consciousness and class experience in nineteenth-century Europe*, Teaneck: Holmes & Meier Publishers, 1979, p93

Por outro lado, a fábrica abria caminho para a introdução do sistema salarial, mais adequado à regulação do tempo e da produtividade¹⁴.

O número crescente de trabalhadores empregues em cada estabelecimento industrial atesta a modernização do sector secundário. O aumento da escala das unidades de produção, no contexto nacional, ocorre precisamente nos sectores predominantes na região em análise – as indústrias conserveira e corticeira. Na última década de oitocentos e nas primeiras de novecentos, surgem novas indústrias, resultantes das inovações tecnológicas que marcam a 2^a Revolução Industrial. Entre estas destaca-se a indústria cimenteira (a segunda fábrica de cimento artificial estabeleceu-se no concelho de Setúbal em 1906) e a química, com o seu expoente máximo no complexo fabril da CUF que em 1920 ocupava 20 hectares e empregava 2000 operários¹⁵.

A historiografia portuguesa tem subestimado este processo com base nos inquéritos e censos operários (1890, 1917 e 1930). Estes, todavia, ignoram a maioria do proletariado fabril, constituído por trabalhadores adventícios, na sua maioria mulheres. Não contabilizando o trabalho feminino, os inquéritos e censos operários fornecem uma visão truncada do trabalho industrial em Portugal durante o período em análise. Os recenseamentos gerais da população, agrupando homens e mulheres e, a partir de 1930, revelando o seu vínculo

14 Michelle Perrot, «On the formation of the French working Class». In: Ira Katznelson e Aristides Zolberg, *Working-Class Formation: Nineteenth-Century Patterns in Western Europe and the United States*. Princeton: Princeton University Press, 1986, p90–103

15 Manuel Ferreira Rodrigues e José M. Amado Mendes, *História da indústria portuguesa da Idade Média aos nossos dias*, Mem Martins: Europa-América, 1999, p241–273

laboral, fornecem dados imprescindíveis para estimar o peso da mão-de-obra feminina no sector industrial, demonstrando que as mulheres, embora consideradas *membros da família auxiliando o respectivo chefe*, eram mais de metade dos operários em praticamente todos sectores, incluindo a construção civil, os transportes e até a metalurgia. É possível concluir que, contabilizando esta fracção do operariado, os níveis de concentração industrial seriam substancialmente superiores aos revelados nos inquéritos.

É de considerar, porém, que se o investimento do capital na intensificação e divisão do trabalho reduziu o papel do trabalho artesanal, a diminuição do número de oficinas em alguns sectores foi largamente compensado com o aumento noutros. As fábricas necessitavam de certos bens e serviços que estas providenciavam – componentes, manutenção, entre outros. De facto, mesmo nos complexos industriais meridionais marcados pela grande indústria, as unidades de pequena e muito pequena dimensão persistiram. A introdução do sistema fabril, longe de extinguir a oficina irá contribuir para a sua proliferação¹⁶.

Na Península de Setúbal, os designados *fabricos* desempenharam um papel complementar fundamental na expansão dos principais sectores. A implantação de grandes empresas induziu uma dinâmica de desenvolvimento imparável. As quintas e os terrenos destinados à exploração agrícola em torno dos pequenos enclaves rurais e piscatórios foram loteados para a implantação de mais

16 John Breuilly, *Labour and liberalism in nineteenth-century Europe: essays in comparative history*. Manchester: Manchester University Press, p82–89

unidades de pequena e média dimensão que trabalhavam de subem-
preitada para as grande fábricas estrangeiras.

Por outro lado, «as paredes da fábrica não criam o proletário
moderno»¹⁷. A reunião de um grande número de trabalhadores no
mesmo lugar não significava obrigatoriamente uma mudança no tra-
balho em si, mas apenas nas qualificações e na distribuição. Os tra-
balhadores passaram da oficina para a fábrica sem perder a sua iden-
tidade de trabalhadores de ofício.

Os antigos artesãos continuaram a trabalhar como na oficina,
controlando os seus próprios horários, fazendo os intervalos que
achavam adequados e exigindo ser tratados como iguais pelos seus
supervisores¹⁸. Na Península de Setúbal, o melhor exemplo deste
fenómeno é sem dúvida o dos soldadores da indústria conserveira.
Sobre a sua resistência à imposição de uma nova organização do tra-
balho importa citar o relatório dos Serviços Técnicos da Indústria,
segundo o qual, os soldadores «recusavam-se ao trabalho em certas
horas e não admitiam desigualdades»¹⁹.

Os altos salários dos trabalhadores qualificados e a sua auto-
nomia eram obstáculos ao controlo do processo produtivo, pelo que
o aumento progressivo da escala das unidades de produção tornou

17 Yves Lequim, «Le Monde des travailleurs manuels». In: Histoire de la France Urbaine. Tomo
IV. Paris: Editions Seuil, 1985

18 Michael Hanagan, The logic of solidarity: Artisans and Industrial Workers in three french
towns, 1871-1914. Urbana: University of Illinois Press, 1980, p2-11

19 Luís Feliciano Marrecas Ferreira, «Relatório da 3ª Circunscrição dos Serviços Técnicos da
Indústria», Boletim do Trabalho Industrial, n.º 2 (1906), p132-133

cada vez mais rentável o investimento em maquinaria²⁰, mesmo em países onde a mecanização foi tardia, como nos latinos²¹. As novas grandes fábricas deixam de ser aglomerados de artesãos, sendo possível observar a lenta aparição dos operários indiferenciados e semiqualeificados²².

Desta forma, a resistência do trabalhador de ofício é cada vez mais eficazmente confrontada pelo grande industrial, o que produziu uma larga massa de «artesãos descontentes»²³. Michael Hanagan classifica o processo marcado pelo esforço dos empregadores em controlar o processo produtivo e a resistência dos artesãos como uma verdadeira *guerra industrial* que se arrastou entre 1890 e 1914²⁴.

As questões de género tiveram um papel importante neste processo. A expansão do trabalho feminino na indústria está intimamente ligada à alteração do conceito de qualificação que se desenvolveu ao longo do período em análise. No entre guerras, quando a segregação de género era ainda profunda, as mulheres ocupavam este novo segmento, do trabalho semiqualeificado, enquanto os homens

20 Pierre de Peretti, *Saint-Denis 1870–1920*, p12–14

21 Angel Smith, *Anarchism, revolution and reaction: Catalan labour and the crisis of Spanish state, 1898–1923*, p32

22 Yves Lequim, «Le Monde des travailleurs manuels», In: *Histoire de la France Urbaine. Tomo IV.*

23 William H. Sewell, «Artisans, factory, and class formation of French working class, 1789–1948». In: Ira Katzenelson and Aristide Zolberg, *Working-Class Formation*, p45

24 Michael Hanagan, *The logic of solidarity: Artisans and Industrial Workers in three French towns, 1871–1914*. Urbana: University of Illinois Press, 1980, p2-11

continuavam a preservar o monopólio do trabalho especializado, nos sectores onde este ainda era relevante²⁵.

Como noutros contextos similares, os conflitos industriais na Península de Setúbal a partir de finais de oitocentos opõem sobretudo artesãos e industriais em torno da organização do trabalho dentro das fábricas, mas a resistência artesã baseada na qualificação perdeu progressivamente eficácia, à medida que aumentava a escala das unidades de produção e emergia o trabalho semiqualeficado. As fichas de inscrição nos sindicatos nacionais fundados nos anos trinta revelam um universo maioritariamente feminino, em que as operárias se distinguem pela maquinaria rudimentar que manejam – surgindo como broquista manual, broquista mecânica, garlopista, etc. Os artesãos ainda muito presentes no inquérito industrial de 1890 são, à data, um estrato residual.

Desde finais de oitocentos que a estratificação dentro da fábrica se baseava sobretudo no género e na idade. Os dados recolhidos nos fundos empresariais da Península de Setúbal, referentes aos salários e à periodicidade de cada tarefa, mostram que existiam diferenças salariais entre trabalhadores qualificados e indiferenciados, mas estas não eram tão acentuadas como as determinadas pelo género²⁶.

Pelo menos até à Guerra, em determinados sectores, os trabalhadores lograram manter uma estrutura salarial baseada no valor

25 Keith Mann, *Forging political identity: silk and metal workers in Lyon, France, 1900–1939* France 1900–1939. New York; Oxford: Berghahn, 2010, p137–183

26 Livros de ponto da Cork Company Limited de 1895 e 1896. Fundo da Casa Reynolds. AMB

do trabalho manual masculino, não obstante a crescente pressão dos industriais. O esforço dos trabalhadores masculinos monopolizarem as tarefas melhor remuneradas relaciona-se sobretudo com a dramática dependência das economias domésticas face aos salários masculinos. As famílias trabalhadoras, ocupadas sobretudo em trabalhos não qualificados e instáveis, foram obrigadas a envolver todo o grupo doméstico no trabalho industrial²⁷.

A família emergia com a função prioritária de garantir a sobrevivência económica, sendo os seus membros altamente interdependentes, contribuindo com os seus salários para o orçamento familiar global, na medida em que as suas responsabilidades domésticas permitiam²⁸. O trabalho continuava a organizar-se de acordo com as hierarquias do trabalho ao domicílio e na oficina – com base na idade, no sexo e na posição no seio da família. As mulheres e as crianças eram remuneradas com salários muito baixos, sendo consideradas parte duma unidade familiar²⁹.

Esta estratégia familiar foi largamente aproveitada pelos industriais para baixar ao máximo o custo do factor trabalho, induzindo

27 Louise Tilly, *The working class of Milan, 1881–1911*, Oxford: University Press, 1992, p98–99

28 Leslie Page Moch and Louise A. Tilly, «Joining the Urban World: Occupation, Family, and Migration in Three French Cities». *Comparative Studies in Society and History*, 27/ 1 (Jan., 1985) p33–56; Louise Tilly, *The working class of Milan, 1881–1911*, Oxford: University Press, 1992, p98–99

29 Em Janeiro de 1921, no distrito de Lisboa, na indústria das conservas, um homem auferiria cerca de 3\$87 ao passo que uma mulher receberia apenas 1\$92. Boletim do Trabalho Industrial, n.º 14, Julho a Dezembro de 1923, p94–97; Entre Julho de 1914 e Dezembro de 1920 os salários masculinos subiram, na indústria das conservas, 524% e os das mulheres 463%. Boletim do Trabalho Industrial, n.º 14, Julho a Dezembro de 1923, p142–144

a agudização da contenda em torno da feminização do trabalho, durante o período em análise. Segundo o relatório da 3^a Circunscrição dos Serviços Técnicos da Indústria, em 1906, muito embora a maior parte do trabalho seja executado por mulheres, «para o trabalho das máquinas, dos cofres para a cozedura fritura, bem como para a soldagem, só há homens (...). Em França por ser a soldagem feita por mulheres não há este perigo, mas entre nós se quiséssemos num meio, como o de Setúbal, introduzi-las, a sua entrada seria uma declaração de guerra, acentuando-se desde logo viva hostilidade da parte dos soldadores e rebentaria uma greve geral, podendo suspender-se imediatamente a laboração em trinta fábricas»³⁰.

De facto, a mais significativa conclusão que estes dados permitem confirmar, bem como os relatórios oficiais e os recolhidos além-fronteiras, é o facto da resiliência das relações sociais artesanais ter permitido sobretudo retardar a redução dos salários masculinos, não obstante a efectiva desqualificação do mesmo. Por exemplo, a indústria da cortiça comportava um amplo conjunto de tarefas, diferenciadas no seu grau de especialização, as associações da classe da Península de Setúbal, todavia, defendiam que todos os trabalhadores integravam «a grande família corticeira»³¹. Pelo contrário, os representantes da produção procuravam acentuar a divisão entre trabalhadores

30 Luís Feliciano Marrecas Ferreira, «Relatório da 3^a Circunscrição dos Serviços Técnicos da Indústria», Boletim do Trabalho Industrial, n.º 2 (1906), p132-133

31 J. de Oliveira Simões, «Inquirição pelas associações de classe sobre a situação do operariado», In: Boletim do Trabalho Industrial, n.º 49 (1910) p404-405

qualificados e indiferenciados. Segundo os mesmos, «entre a família corticeira contam-se por milhares os trabalhadores que desempenham misteres de facilíma execução, que qualquer um desempenha desde o primeiro dia (...)», defendendo que estes não deveriam ser, como eram, remunerados como aqueles, poucos, que devido às «exigências já maiores do serviço que praticam, carecendo por isso de aprendizagem mais larga», são «os verdadeiros operários da classe»³².

Por outro lado, se se perpetuava a divisão sexual do trabalho dentro da fábrica, entre os homens as hierarquias não eram estanques e, particularmente, na região meridional, a mobilidade ainda caracterizava os mercados de trabalho das áreas urbanas e anexas, compostos por vários segmentos, entre os quais os trabalhadores fluíam ciclicamente – os trabalhos domésticos, os trabalhos indiferenciados e ocasionais, os trabalhos qualificados ou artesanais³³. Mesmo nos subúrbios industriais em formação era possível utilizar estrategicamente esta diversidade, particularmente no que respeita aos trabalhadores indiferenciados³⁴, contribuindo para a preservação

32 José António d'Oliveira Soares, Carlos Amaral Neto, Joaquim Nunes Mexia, *Produção e Indústria Corticeira: o que pensam os representantes da produção membros da comissão encarregada de estudar este assunto*, Lisboa: Typographia de A Editora, 1912, p35-38

33 Flemming Mikkelsen, *Working-class formation in Europe: in search of a synthesis*, p11. Disponível em linha: <http://www.iisg.nl/publications/mikkelse.pdf>

34 Stefano Musso, «Political tension and labor union: working-class conflicts in Turin during and after the First World War». In: Leopold Haimson e Giulio Sapelli(coord.), *Strikes, social conflict and the First World War*, Milão: Fondazione Giangiacomo Feltrinelli, 1992, p224-229

do valor do trabalho masculino e para a mitigação das hierarquias baseadas na qualificação.

Para além da mobilidade ocupacional descrita nos relatórios oficiais e reflectida nos fundos empresariais, é de referir ainda que, ao longo deste período, a mobilidade social ainda aproxima as diferentes camadas das classes trabalhadoras. O caso de estudo da Península de Setúbal ilustra que, enquanto o mercado de trabalho industrial e urbano se expandiu, até meados da década de vinte, a estratificação coexistiu com uma significativa fluidez, verificável a partir das taxas de mobilidade social entre os diferentes estratos do universo operário. Ou seja, a entrada de largos contingentes de trabalhadores indiferenciados nas fábricas não pôs imediatamente em causa a posição social dos trabalhadores qualificados, mas entre os trabalhadores indiferenciados e jornaleiros regista-se uma variação acentuada quer da taxa de auto-recrutamento, que desce 17 pontos percentuais entre 1890 e 1910, quer da mobilidade entre o trabalho indiferenciado e qualificado ou semi-qualificado, que sobe 21 pontos percentuais³⁵.

De facto, é possível apreender que no contexto nacional, como noutros meridionais, é somente no período entre guerras que a nova organização do trabalho exerce uma maior pressão sobre as hierarquias e as mobilidades entre os trabalhadores masculinos. Até à guerra, assiste-se à progressiva concentração dos operários em

35 É possível observar que 19% (1890-1891) 13% (1909-1910) e depois 9,8% (1929-1930) dos filhos de artesãos experienciam a mobilidade descendente, tornando-se trabalhadores indiferenciados, enquanto 17,8%, 38,1% e depois 31,3% dos filhos de *trabalhadores* aprendem um ofício.

grandes unidades de produção, à reorganização do trabalho e à introdução de maquinaria rudimentar, mas apenas nos anos vinte, à medida que se contrai o mercado de trabalho, devido mais à redução das vendas e da produção, é que a mecanização impõe uma generalizada redução salarial³⁶.

A historiografia tem sublinhado a lentidão deste processo e a persistência das hierarquias do mundo trabalho artesanal como factores de desagregação entre os trabalhadores. Todavia, os dados recolhidos na Península de Setúbal indiciam que mais do que as hierarquias é a fluidez e a mobilidade que caracterizam a repartição do trabalho nas fábricas. Como defende Stefano Musso, no que se refere ao caso de estudo turinense, para além da experiência profissional e dos laços sociais, a expectativa de melhores condições de trabalho em diferentes áreas profissionais a que a flutuação ciclicamente os reconduzia, levou os trabalhadores a solidarizar-se com interesses que não apenas os corporativos e a eleger reivindicações gerais de base classista³⁷.

Por outro lado, a resistência dos artesãos não implicou a distanciação face ao proletariado fabril. Pelo contrário, ameaçados pela introdução de maquinaria e pela emergência do trabalho semiqua-lificado, optaram por defender o valor do trabalho masculino, integrando os recém-chegados na estrutura salarial artesanal, em detrimento apenas das mulheres e crianças. A importância do salário

36 Segundo as estatísticas oficiais publicadas em vários números do Boletim do Trabalho Industrial.

37 Stefano Musso, «Gli operai nella storiografia contemporanea. Rapporti di lavoro e relazioni sociali» in *Annali*, XXXIII (1999), pIX–XLVI

masculino nas economias domésticas, porém, determinou que também estas muitas vezes defendessem a estratégia eleita. Durante a greve conserveira de Março de 1911, em entrevista ao sindicalista, as operárias das fábricas reclamam que «o industrial para ganhar mais, obriga-nos a fazer trabalhos que pertencem aos trabalhadores, como mouras, pregar caixas e trabalhar com ferramentas e isto porque ganhamos menos e porque temos mais horas de trabalho do que os nossos camaradas trabalhadores»³⁸.

2. A divisão social do espaço

Numa parte considerável dos estudos urbanos meridionais é sublinhado que o processo de periferialização das manufacturas e fábricas, entre os finais do século XIX e a I Grande Guerra, induziu uma progressiva segregação sócio-espacial das classes trabalhadoras. O desenvolvimento industrial, beneficiando da localização materialmente próxima dos vários elementos de produção e reprodução do trabalho – as fábricas, os armazéns, as matérias-primas, os pontos de escoamento e a mão-de-obra – assume um padrão de territorialização que favorece a sobreposição entre as áreas produtivas e residenciais, introduzindo pela primeira vez o critério de «zonamento»³⁹.

38 «Ao povo e ao operariado: o movimento grevista em Setúbal», *O Sindicalista*, 26 de Fevereiro de 1911, p1 do Suplemento

39 Augusto Ciuffetti, *La Città Industriale, Un percorso storiografico*. Crace: Strumenti e documenti, 2002, p44

O Estado desempenhou um papel relevante na divisão social do espaço. As principais cidades europeias, durante o século XIX, foram palco de programas de obras públicas que, embora limitados na sua acção, tiveram um impacto determinante sobre a organização territorial. Mesmo nos aglomerados urbanos de pequena e média dimensão, os centros foram embelezados, construindo-se grandes lojas, hotéis e teatros. A cidade reforçou o seu papel enquanto sede de negócios e comércio, espaço cada vez mais reservado à burguesia, sendo expulsas das áreas centrais as classes populares⁴⁰. Os ciclos construtivos expandiram sucessivamente a coroa suburbana, onde emergiram parcelamentos operários em localizações cada vez mais periféricas⁴¹.

O processo de expulsão para as periferias das camadas populares foi limitado na Europa do Sul, mas a expansão do mercado de trabalho nestas áreas não deixou de atrair as classes trabalhadoras que se fixaram junto das fábricas e fabricos e progressivamente reproduziram o movimento geral das populações laboriosas dos centros para as periferias⁴².

Na capital portuguesa, o processo de periferialização, reflectido num crescimento demográfico e urbano desigual, esteve subordinado à localização e concentração das unidades de produção

40 Pierre Merlin, *Les banlieues des villes françaises*, Paris: La documentation française, 1998. p18

41 José Luis Oyon, «La ruptura de la ciudad obrera y popular. Espacio urbano, inmigración y anarquismo en la Barcelona de entreguerras, 1914–1936», *Historia Social*, n.º 58 (2007) p134–136

42 Teresa F. Rodrigues e Olegário A. Vieira Ferreira, *As cidades de Lisboa e do Porto na viragem do século XX. Comunicação apresentada no Congresso «O Porto de Fim do Século (1880–1910)»* (Ateneu Comercial do Porto, 31 de Janeiro a 6 de Fevereiro de 1991)

industrial. A progressiva segregação sócio-espacial, que se desenvolve desde finais de oitocentos através de um processo de expulsão para as periferias dos sucessivos movimentos migratórios «do campo para a cidade», é indissociável da expansão do mercado de trabalho nos subúrbios industriais em formação⁴³.

Mais do que a renovação urbanística⁴⁴, actuou no desenvolvimento de áreas residenciais periféricas a necessidade que as classes trabalhadoras tinham de habitar junto dos seus locais de trabalho. A habitação operária concentrou-se junto das unidades de produção durante todo o período em análise⁴⁵, muito devido ao preço dos transportes, totalmente inacessíveis para o uso quotidiano das classes trabalhadoras⁴⁶. Os estudos demográficos realizados na margem Sul do Tejo e Norte do Sado confirmam a persistência do vínculo entre locais de trabalho e residência⁴⁷.

43 Victor Matias Ferreira, *A cidade de Lisboa: de capital do império a centro da metrópole*, Tese de doutoramento em Sociologia apresentada ao Inst. Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa da Univ. Técnica de Lisboa. Lisboa: [s.n.], 1986, p120

44 Magda Pinheiro, «Crescimento e modernização das cidades no Portugal oitocentista», *Ler História*, n.º 20 (1990) p105

45 José Luis Oyon Bañales, «La ruptura de la ciudad obrera y popular. Espacio urbano, inmigración y anarquismo en la Barcelona de entreguerras, 1914-1936», *Historia Social*, n.º 58 (2007) p123-151

46 Magda Pinheiro, «Transportes e urbanização na margem Sul do Estuário do Tejo: o concelho de Almada». *Ler História*, 43 (2002) p157 e seguintes

47 Maria Paula Diogo, *População e Indústria na margem Sul do Tejo da Regeneração ao Estado Novo*, p140; Maria de Lurdes Reizinho e Silva, «A Dinâmica populacional do concelho de Setúbal na segunda metade do século XIX», *População e Sociedade*, 5 (1999), p61-79

O desenvolvimento das periferias é, desta forma, acompanhado por uma mais nítida divisão social do espaço. James Cronin, ao comparar o fenómeno em diversas cidades europeias, defende que nas novas periferias a homogeneidade social é mais nítida. Os operários surgem aqui mais segregados das outras categorias sociais do que nos bairros populares da cidade antiga⁴⁸. Porém, nas cidades do Sul da Europa, a segregação espacial não era tão marcada entre os diferentes estratos da classe trabalhadora, pelo menos até à eclosão da I Guerra. Nestes, a homogeneidade social era menos nítida, coexistindo o operariado com outras camadas sociais, nas quais se destacavam os artesãos, os trabalhadores domésticos e de colarinho branco e os pequenos comerciantes⁴⁹. Não obstante, como revelam quer os recenseamentos gerais da população quer, mais detalhadamente, os registos de casamento analisados na Península de Setúbal, nestas áreas periféricas, e particularmente nos aglomerados urbanos onde se concentra a indústria, os diferentes estratos do universo operário constituem a esmagadora maioria da população⁵⁰.

48 Cit. por Susanna Magri e Christian Topalov, *Villes Ouvrières 1900-1950*, Paris: Harmattan, 1989, p17-40

49 José Luis Oyón Bañales, «Historia urbana e historia obrera: reflexiones sobre la vida obrera y su inscripción en el espacio urbano, 1900-1950», *Historia Contemporánea*, n.º 24 (2002) p28-31

50 Entre 1890 e 1911, a percentagem de população do concelho de Almada a depender da indústria e dos transportes cresce de 31% para 45%. No Barreiro, soma 53,8% da população, em 1890, para ascender a 63,4%, em 1911. No Seixal, em 1890, estava dependente da indústria e dos transportes 46,1% da população do concelho, e em 1911, 57,2%. Finalmente, no concelho de Setúbal, verifica-se que apenas 23% em 1890, e 40,2%, em 1911, se empregavam nestas actividades. Se considerarmos

Para além da divisão social do espaço, tem vindo a ser analisada, em diferentes contextos nacionais, a germinação, ao longo dos séculos XIX e XX, de novas áreas de residência operária e sua relação com as políticas imobiliárias e urbanas, concluindo-se que a especulação dos senhorios e a permissividade das autoridades determinaram o desenvolvimento de condições de habitabilidade degradantes para o operariado⁵¹.

Mesmo nos arredores da cidade de *Hausman*, a intervenção urbanística oficial foi limitada nas áreas suburbanas de vocação industrial. A periferia urbana desenvolveu-se numa clandestinidade consentida, permitindo-se ao proprietário individual usufruir livremente das vantagens da localização, dos preços, dos espaços disponíveis e dos acaços do mercado imobiliário⁵². A lógica especulativa determinou o nascimento de estruturas cada vez mais autónomas, em comparação com o resto do tecido urbano, quer no que respeita à sua composição social quer no que concerne ao tempo e modalidade da vida quotidiana»⁵³.

a rubrica *pesca e caça*, que como vimos estava, naquele aglomerado, largamente ligada à indústria conserveira, obteremos então um total de 35,8% em 1890, e 72,7% em 1911.

51 Manuel C. Teixeira, «A habitação popular no século XIX — características morfológicas, a transmissão de modelos: as ilhas do Porto e os cortiços do Rio de Janeiro», *Análise Social*, vol. XXIX/127, (1994) 555–579

52 Marcel Roncayolo, «Une croissance non maîtrisée». In: Georges Duby (coord.), *Histoire de la France Urbaine*. Vol. IV, Paris: Editions Seuil, 1985, p119 e seguintes

53 Augusto Ciuffetti, *La Città Industriale. Un percorso storiografico*. Crace: Strumenti e documenti, 2002, p76

Como foi verificado noutros contextos similares na Europa Meridional⁵⁴, o crescimento de vastas áreas de residência operária na Península de Setúbal, durante o período em análise, decorre da iniciativa privada, estimulada pela possibilidade de especulação decorrente da necessidade dos trabalhadores se fixarem junto aos locais de trabalho, e da permissividade e abstenção das autoridades oficiais, que permitiu um desenvolvimento desregrado e sem as mínimas condições de salubridade. Os primeiros planos de urbanização da margem Sul, que apenas se concretizaram na década de quarenta, descrevem «verdadeiros casebres», «cavalariças humanas» e «áreas habitacionais que estão colocadas entre fábricas ou atrás de outras casas más e deitam sobre um corredor de dois metros de largo ou mesmo mais estreito»⁵⁵.

Na maioria dos casos, eram os donos dos terrenos que construíam «pequenas casinhas de tijolo e madeira, abarracadas, à retaguarda das suas habitações (ou para lá dos seus muros de vedação), constituindo minúsculos pátios com serventia para a rua»⁵⁶. São excepcionais os casos de trabalhadores melhor remunerados e com uma situação mais estável, como os ferroviários, que induzem

54 Jacques Girault, «Industrialisation et ouvriérisation de la banlieue parisienne». In: Jacques Girault, *Ouvriers en banlieue XIXe–XXe siècles*, Paris: Éditions Ouvrières, 1998; Annie Fourcaut, *Bobigny: banlieu rouge*, aris: Presses de Sciences Po, 1985; Augusto Ciuffetti, *La Città Industriale*, , Un percorso storiografico. Crace: Strumenti e documenti, 2002; José Luis Oyón Bañales, «Historia urbana e historia obrera: reflexiones sobre la vida obrera y su inscripción en el espacio urbano, 1900–1950», *Historia Contemporánea*, n.º 24 (2002) p26

55 Etienne Gröer, «Urbanização do concelho de Almada: 1946». *Anais de Almada*, 7–8 (2006) p215

56 Armando da Silva Pais, *O Barreiro Contemporâneo: a grande e progressiva vila industrial*. Barreiro: Câmara Municipal do Barreiro, 1965, p306

maiores investimentos ou de empresas como a CUF, que construiu habitações para albergar os sectores mais estáveis da sua mão-de-obra⁵⁷. A mão-de-obra flutuante acomodava-se em bairros clandestinos, semelhante que cresciam nos arredores das vilas⁵⁸.

Estes bairros duplamente periféricos «são esquecidos pelas entidades» públicas. Aqui, «o problema da habitação apresenta-se de uma forma verdadeiramente assustadora; em casas pequenas sem higiene, sem luz, mal construídas, vivem dezenas de criaturas; casos há, que, num pequeno quarto dormem dezenas de criaturas conservando neste ambiente os seus dejectos»[□]. São de facto muito comuns os testemunhos da proliferação de «casas onde mediocrementemente poderiam habitar 4 ou 5 pessoas, e residem pelo menos 7, 8 ou mais»⁵⁹.

A expansão urbana da cidade de Setúbal vai também ao encontro do padrão de localização da habitação operária junto das unidades de produção, neste caso das fábricas de conservas, que conheciam neste período um grande incremento e desenvolvimento na periferia da urbe. Pescadores e operários conserveiros viviam em casas mais ou menos *abarracadas*, em pequenas *ilhas* e *bairros da lata*. A imprensa da época fornece eloquentes e dramáticas descrições do que eram estes *bairros excêntricos*. Na urbanização de Setúbal, as autoridades públicas pouco interferiam. Construtores e agências privadas

57 Rosalina Carmona, *Do Barreiro ao Alto do Seixalinho: um passado rural e operário*, Alto do Seixalinho: Junta de freguesia de Alto do Seixalinho, 2005, p71–85

58 «A nossa Vila: e os seus novos bairros», *Eco do Barreiro*, 15 de Junho de 1924, p1

59 Cit. por Ecomuseu, *O abastecimento público de água no concelho do Seixal*, p6

gerem os investimentos na habitação operária, criando projectos tipo – *renques e vilas*⁶⁰. Os proprietários dos bairros onde se concentrava a mão-de-obra das fábricas de conservas transformaram ou construíram habitações abarracadas, a que chamaram *pátios*, muitos autorizados como *armazéns* pela Câmara Municipal⁶¹.

Neste mesmo período, a temática da habitação operária e popular irá destacar-se nos debates internacionais sobre a questão social. No âmbito da exposição universal de 1889 tem lugar um congresso sobre alojamento social onde é defendida a intervenção dos poderes públicos neste domínio. No entanto, será apenas no período entre guerras que esta se efectivará. As políticas públicas tendentes a melhorar as condições de habitabilidade das classes trabalhadoras são indissociáveis da expansão da acção colectiva neste domínio – a organização dos inquilinos em ligas, as greves de inquilinos e a politização das relações inquilino-senhorio abalaram diversas cidades europeias imediatamente antes, durante e após a I Grande Guerra⁶².

Também em território nacional, a política do Estado no que se refere ao inquilinato foi confrontada com uma ampla contestação

60 Paulo Eduardo Guimarães, *Setúbal: A cidade na História e na Arte: A era Industrial*, . [S.l : s.n.], 1993, p7–26

61 Joaquina Soares, «Alguns aspectos da produção do espaço urbano de Setúbal nos anos vinte», *Movimento Cultural*, nº 6 (1989) p122

62 Jacques Girault, «Industrialisation et ouvriérisation de la banlieue parisienne». In: Jacques Girault, *Ouvriers en banlieue XIXe–XXe siècles*. Paris: Éditions Ouvrières, 1998, p97 e 179–180

por parte do movimento sindical⁶³. A habitação estava no centro das preocupações e reivindicações das organizações operárias. As mulheres eram particularmente sensíveis às questões relacionadas com os espaços residenciais⁶⁴. A questão do inquilinato foi das mais mobilizadoras e politizadas durante o período em análise, sentida como «uma inqualificável violência das classes ricas sobre as classes pobres». No primeiro grande ciclo de agitação social em Portugal, «um dos assuntos postos na ordem do dia após os últimos acontecimentos é o das rendas das casas. Tanto é certo que o nosso povo não encara a República como simples questão de mudança de regime político. Assim num grande brado se reclama contra o pagamento adiantado do aluguer das habitações aos semestres e trimestres, exigindo-se do parlamento uma lei que regule o pagamento aos meses». Era exigido que se condenasse «as moradias ruins» através da intervenção das câmaras municipalizando o serviço das habitações e fazendo construir casas higiénicas e baratas»⁶⁵.

As populações operárias empenharam-se ainda na contestação à falta de equipamentos e serviços públicos. No Barreiro, a falta de escolas era constantemente sublinhada por um dos mais importantes jornais locais nos anos vinte, editado sobretudo por ferroviários⁶⁶.

63 David Pereira, *As políticas sociais em Portugal (1910–1926)*, Tese de Doutoramento em História defendida na FCSH da UNL, 2012, p20, 41 e 463

64 «A mulher no movimento operário», *O Corticeiro*, 5 de Fevereiro de 1910, p4

65 «Actualidades», *O Trabalho*, 6 de Novembro de 1910, p1

66 «Instrução em geral no país e na vila do Barreiro», *Éco do Barreiro*, 25 de Agosto de 1925, Suplemento.

No *Eco do Barreiro* defendiam ser «ao Estado que compete mandar construir um edifício escolar na nossa vila»⁶⁷. A inação do mesmo induzia a mitigação destas carências por parte das associações locais. Foi verificado, nos fundos próprios conservados e na imprensa regional, que as mais de quatro centenas de agremiações voluntárias que germinaram na Península de Setúbal, entre 1890 e 1930, asseguravam um amplo conjunto de serviços ligados à educação, à previdência, à saúde, ao consumo, etc.

De facto, a concentração da indústria, a especulação imobiliária mas também a deficiência de equipamentos urbanos, tornaram indispensável não só a prossecução de estratégias de sobrevivência diversificadas mas também a acção colectiva dos trabalhadores na produção social do espaço. Os testemunhos materiais da agência das classes subalternas no território têm vindo a constituir fontes essenciais para compreender a experiência colectiva nestas comunidades, mas também o significativo papel do espaço. A necessidade de assegurar serviços básicos, bem como de criar espaços de sociabilidade secundária, teve um papel fundamental na reconfiguração, formalização e consolidação das redes sociais que atravessavam o mundo do trabalho industrial em formação⁶⁸. A base social das colectividades da Península de Setúbal, analisada a partir das fichas de sócios conservadas,

67 «A instrução primária no Barreiro: falta de escolas», *Éco do Barreiro*, 15 de Outubro de 1925, p1

68 Margaret Kohn – *Radical Space: building the house of the people*, Ithaca: Cornell University Press, 2003, p2, 23 e 46

reflete esse processo, bem como uma tendência evolutiva no sentido de agregar diferentes grupos profissionais fora da fábrica.

A produção destes espaços beneficiou da filantropia de particulares integrados em estratos bem posicionados na pirâmide social, mas nos países latinos, e numa percentagem significativa dos casos analisados na Península de Setúbal, resultou sobretudo do empenho colectivo de elementos enquadráveis nas classes trabalhadoras, nomeadamente operários empregues nas novas unidades de produção industrial, mas também antigos artesãos, pescadores e outros trabalhadores ligados às actividades locais tradicionais.

3. A configuração das proximidades sociais

Vários autores, ao analisar as áreas industriais e as comunidades operárias construídas neste período, sublinham que estes socio-espacos correspondem antes de tudo a pessoas e a relações de vizinhança, de solidariedade e de identidade. Só assim é compreensível a distância entre a realidade material observada e os testemunhos orais recolhidos em diferentes contextos. «A vida era bela nessa época...», frisava um residente no *Borgo de San Paolo* nas primeiras décadas do século XX⁶⁹. Também no contexto francês, como sublinha Yves Lequim, prolifera em torno do quarteirão operário o discurso das intimidades, do calor das vizinhanças, da familiaridade das ruas e dos pátios, através das camaradagens dos terrenos baldios, das fraternidades das escadas,

69 Danielle Jalla, «Les Barrières ouvrières de Turin», *Mouvement Social*, Vol. XXXII/1 (Janvier 1982) p92–97

dos companheirismos de percurso, em resumo de todas as ocasiões de encontro e de trocas da vida quotidiana⁷⁰.

Na Península de Setúbal, são também conhecidos abundantes testemunhos orais, principal fonte utilizada na análise das sociabilidades espontâneas e informais, confirmando a indiscutível força das relações que atravessavam estes bairros operários, particularmente no que se refere às sociabilidades mais primárias⁷¹.

Para além dos testemunhos orais, os registos de casamento têm vindo a ser eleitos como fonte privilegiada para analisar a evolução das relações de parentesco e amizade. Entre as interpretações possíveis destes frutuozos dados, foi verificado, no período em análise, uma destacadíssima endogamia geográfica⁷², vestígios de antigas redes de ofício, trazidas pelos artesãos e mestres expulsos dos centros da cidade, bem como pelos camponeses e jornaleiros recém-chegados dos campos⁷³. Estes diferentes percursos e relações interagiram nos sócio-espacos operários em formação numa fase de grande crescimento industrial e urbano, facilitando a integração das famílias no denso tecido de conexões organizadas que se formavam nas cidades e seus subúrbios.

70 Yves Lequin, «Ouvrières dans la ville». *Mouvement Social*, Vol. XXXII/1 (Janvier 1982)

71 Fundo oral do Museu da Cidade de Almada; Ana Nunes de Almeida, *A Fábrica e a família: famílias operárias no Barreiro Lisboa*: [s.n.], 1990.; Sónia Ferreira, *Mulheres e Fabricantas: resistência operária em Almada* Tese de doutoramento em Antropologia, FCSH, 2008; entre outros.

72 José Luis Oyon, «La ruptura de la ciudad obrera y popular. Espacio urbano, inmigración y anarquismo en la Barcelona de entreguerras, 1914–1936», *Historia Social*, n.º 58 (2007) p138–139

73 Gabriella Bonacchi e Alessandra Pescarolo, «Cultura della comunità e cultura del mestiere alle origini della «resistenza» proletária italiana», *Movimento Operaio e Socialista*, ano III (1980) p46

Com efeito, a noção de êxodo rural e desenraizamento repentino determinado pela industrialização tem vindo a ser matizada, tendo em conta os laços de reciprocidade das comunidades provinciais que se reconstituíram em torno das cidades⁷⁴. Neste processo, que envolveu movimentos demográficos massivos do campo para a cidade, as antigas redes comunitárias rurais e as de ofício desempenharam um papel fundamental. Os migrantes tendiam a escolher os mesmos destinos dos seus vizinhos e colegas de trabalho e a reproduzir a sua teia de relações no novo habitat, dando origem a bairros que se caracterizam pela mesma origem geográfica e profissional da sua população. As redes de migração e integração asseguravam recursos de subsistência e expectativas de emprego. Em muitas cidades, a migração e o acesso ao mercado de trabalho eram funções das mesmas redes sociais⁷⁵.

As sondagens realizadas nos registos paroquiais e nas fichas dos sindicatos nacionais da Península de Setúbal permitiram aferir esta tese, demonstrando que durante o período de desenvolvimento industrial, verificado entre finais do século XIX e meados da década de vinte da centúria seguinte, as redes migratórias, organizadas a partir da província, permitiram aos forasteiros uma efectiva integração nos contextos de chegada. Estas fontes comprovam o peso das redes familiares e comunitárias na organização dos fluxos migratórios a partir de concelhos e freguesias específicas e demonstram que

74 Yves Lequim, *La formation de la classe ouvrière régionale. Les Ouvriers de la région lyonnaise (1848–1914)*. Lyon: Presses universitaires de Lyon, 1977

75 Louise Tilly, *The working class of Milan, 1881–1911*, Oxford: University Press, 1992, p77

esta estratégia facilitava o ingresso nas grandes fábricas, pesando os naturais destes mesmos concelhos e freguesias entre os forasteiros inscritos nas empresas onde o *jornal* era mais estável. A proveniência de várias famílias de uma mesma freguesia, a sua recomposição à escala do lugar pelo casamento entre conterrâneos e a repartição do trabalho artesanal e fabril entre naturais e forasteiros, são dados que vão ao encontro das teses gerais, destacando o peso das redes de migração e integração na estruturação das relações sociais.

No entanto, como foi ilustrado, a fábrica e a sua envolvente, onde habitavam os trabalhadores, estimulava a germinação de novas relações que superavam os conhecimentos familiares ou originários do meio camponês. À medida que estes poderosos vínculos completavam a integração urbana, as redes de migração diluíam-se e passavam a ser as proximidades profissionais e vicinais a determinar as relações sociais urbanas⁷⁶.

Contabilizando-se a percentagem de casamentos entre famílias forasteiras e locais na Península de Setúbal, verificam-se diferentes padrões, mas uma evolução geral tendente à integração dos migrantes através do matrimónio. Apesar das redes de migração terem mantido um peso ainda assinalável onde e quando os movimentos

76 Yves Lequim, La formation de la classe ouvrière régionale. Les Ouvriers de la région lyonnaise (1848–1914), La formation de la classe ouvrière régionale. Les Ouvriers de la région lyonnaise (1848–1914). Lyon: Presses universitaires de Lyon, 1977 p22; Maurizio Gribaudi, Itinéraires ouvriers: espaces et groupes sociaux à Turin au début du XX siècle, Turin: G. Einaudi, 1987, p234–235; Angel Smith, Anarchism, revolution and reaction: Catalan labour and the crisis of Spanish state, 1898–1923, New York: Berghahn, 2007, p61–62

migratórios são mais intensos, o que é facto é que os casamentos entre naturais têm uma proporção pouco expressiva sendo perceptível que a tendência para segregar os forasteiros é menor do que aquela que permite a sua integração nas redes locais.

As proximidades e distâncias sociais nestas comunidades são profundamente condicionadas pela convivência nos espaços residenciais – a esmagadora maioria dos noivos e noivas foram escolhidos na mesma divisão administrativa ou no mesmo bairro –, mas também indissociáveis da inserção das famílias migrantes no mercado de trabalho. Para além da comunidade de residência, os dados disponíveis apontam para o papel dos locais de trabalho e do ofício como estruturadores das redes de relação.

Nos finais de oitocentos, era ainda muito ténue a ligação entre os estratos superiores e inferiores da classe operária. Era maior a proximidade dos artesãos e trabalhadores qualificados aos *marítimos*, uma classe profissional com um peso muito significativo nas comunidades de residência. No mesmo período, os *trabalhadores* constituíam um grupo relativamente fechado sobre si próprio. As suas relações de amizade eram marcadas por altas taxas de auto-recrutamento. Os dados recolhidos sugerem ainda que, antes do arranque industrial, os elementos destes estratos não se sentiam particularmente próximos dos seus colegas qualificados, preferindo escolher membros melhor posicionados na hierarquia social para testemunhar os seus casamentos.

Esta realidade altera-se substancialmente nas décadas seguintes, devido às transformações já descritas na organização do trabalho. Analisando as proximidades sociais destas classes profissionais,

entre 1909–1910, podemos verificar que os ofícios tradicionais que se mantiveram relevantes no quadro da produção industrial mantiveram os seus laços de ofício, comprovados em altas taxas de endogamia profissional, mas também aprofundaram as suas relações com outras camadas com as quais partilhavam os espaços de produção. É o caso dos *soldadores* de Setúbal que reforçam a proximidade com os *trabalhadores* ou dos *corticeiros* que aprofundam os laços nos locais de trabalho com os seus congéneres, mas também com serralheiros, operários e trabalhadores indiferenciados.

O mesmo se poderá dizer em relação aos *ferroviários* do Barreiro. Muito embora os contratados pela companhia dos CFSS dificilmente se possam considerar uma classe, tendo em consideração a estratificação interna aos diferentes serviços nas oficinas e nas linhas, a verdade é que os laços entre maquinistas e operários, entre chefes de estação e factores são muito fortes.

É de destacar que, neste recorte temporal, os *trabalhadores* surgem entre os mais escolhidos como testemunhas dos matrimónios de todos os profissionais da indústria, sugerindo que, não obstante as hierarquias dentro da fábrica, entre 1890 e 1910, esta camada se integrou efectivamente nas redes de relação aí desenvolvidas.

As configurações profissionais que analisámos permitiram verificar os comportamentos regulares mas também os atípicos. Esta é uma ferramenta metodológica importante para descortinar os limites dos universos relacionais, bem como a maior ou menor abertura dos meios sociais. No entanto, obscurece de alguma forma a relação entre categorias mais alargadas que tiveram um papel importante no processo histórico.

Tendo em consideração a composição social dos aglomerados urbanos de vocação industrial em análise, são sobretudo relevantes as ligações entre *artesãos*, *trabalhadores qualificados*, *semiquilificados* e *indiferenciados*, sendo pertinente reconstruir historicamente e à escala do lugar, a evolução das proximidades e distâncias entre estes estratos, num período marcado pela transformação profunda das actividades económicas e das estruturas sociais.

Apesar da persistência das relações de tipo clientelista, o que estes dados apontam como inédito na alvorada do século XX são as proximidades desenvolvidas nos espaços industriais, entre os diferentes protagonistas do trabalho na *Fábrica*. O ingresso massivo de trabalhadores indiferenciados nestes novos espaços, a emergência do trabalho semi-qualificado graças à maquinaria introduzida e a consequente erosão do papel do artesão na produção induziram a secundarização das redes de ofício e a germinação de laços mais abrangentes.

Com diferentes nuances, estruturadas pelas dinâmicas migratórias, pelas funções urbanas de cada sócio-espaço, actividades dominantes e consequente composição social, observa-se uma evolução dos padrões de proximidade e distância social, que a par da mitigação da segregação entre naturais e recém-chegados, tende a esbater a estratificação entre os trabalhadores industriais.

Não obstante a percentagem daqueles que procura unir-se a elementos melhor posicionados na hierarquia social, são mais aqueles que se relacionam com os seus congéneres ou com outros grupos com quem partilham locais de trabalho, de residência e condição. Esta endogamia social, que durante aquele período tende a mitigar a barreira da qualificação, estará na base da criação de fortes laços de

reciprocidade entre as classes trabalhadoras, o que ajuda a explicar os ciclos de agitação social que marcaram a segunda década do século XX.

De facto, antes do embate da crise dos anos vinte, que determinou uma contracção significativa do mercado de trabalho, as proximidades e distancias sociais testemunhadas nas relações de matrimónio e compadrio, atestam que nos aglomerados suburbanos de vocação industrial as relações entre os vários estratos do operariado se estreitam. Não obstante a presença e a convivência com outras camadas sociais, é sobretudo entre os trabalhadores manuais e assalariados que se sedimentam as mais profundas ligações.

Os Operários na Cidade:

IDENTIDADES PROFISSIONAIS E RELAÇÕES DE VIZINHANÇA
EM ALCÂNTARA NO INÍCIO DO SÉCULO XX.

Compreender melhor as formas de estratificação social numa população urbana heterogénea mas profundamente marcada pelo processo de industrialização, foi o principal objectivo do meu estudo sobre os habitantes do bairro de Alcântara em Lisboa, no início do século XX¹. A ideia era questionar o alto nível de diferenciação social das sociedades contemporâneas e as formas locais de coesão social, tentando identificar as “estruturas sociais subjacentes” com base na reconstituição de universos relacionais². Em parte, essa investigação inscrevia-se na continuidade dos numerosos estudos que têm escolhido o bairro como espaço privilegiado para a análise “de perto e de dentro” (José Guilherme Magnani) de práticas e percursos

1 Este estudo foi o objecto de uma tese de doutoramento defendida na Université Lumière Lyon 2 em 2003 e publicada mais tarde numa versão abreviada. Vidal, Frédéric. 2006. *Les habitants d'Alcântara. Histoire sociale d'un quartier de Lisbonne au début du XXe siècle*. Villeneuve-d'Ascq: Presses Universitaires du Septentrion.

2 Grendi, Eduardo. 1977. «Micro-analisi e storia sociale». *Quaderni Storici*, nº35: 506–520. Este trabalho situava-se também no quadro teórico da sociologia configuracional de Norbert Elias. Para uma apresentação geral ver: Elias, Norbert. 1991. *Qu'est-ce que la sociologie?* La Tour d'Aigues: Éditions de l'Aube (*Was ist Soziologie?*, 1ª edição 1970)

individuais ou colectivos, de formas de viver ou de investir o espaço urbano, nomeadamente no contexto das cidades industrializadas³. Reconsiderarei a problemática do bairro do ponto de vista de uma história social da cidade, atenta às formas de relação social quotidianas: relações efectivas entre indivíduos ou famílias que partilham um mesmo espaço residencial. O bairro era para mim, antes de mais, um meio específico de relações e de interacções sociais.

Foi a questão clássica da relação entre proximidade espacial e proximidade social que me preocupou⁴. Como interpretar as diferenças de estatuto socioprofissional entre os indivíduos envolvidos nas interacções sociais quotidianas num bairro industrializado? Será que existem linhas de partilha facilmente identificáveis e relativamente estáveis entre grupos de indivíduos que, em parte, são determinadas pelas pertenças sociais ou socioprofissionais? Que fontes e metodologias podem ajudar a identificar essas dinâmicas sociais que operam à escala do espaço residencial (o espaço do bairro ou da rua)? Tendo em conta a natureza do meio social em análise, essas questões têm conduzido a uma reflexão mais geral em torno da relação entre um

3 Os estudos de bairro conheceram um importante desenvolvimento na historiografia francesa dos anos 1980 e 1990. Para um balanço crítico: Burdy, Jean-Paul. 1992. «Les quartiers et la ville industrielle en France (XIXe siècle–XXe siècle): une approche thématique et bibliographique des dynamiques sociales et culturelles». *Historiens et Géographes*, n.º 335: 213–236; Burdy, Jean-Paul. 1994. «La monographie de quartier en histoire urbaine: quelques éléments de bilan sur une recherche stéphanoise». *Histoire Economie et Société*, n.º 3: 441–448; Saunier, Pierre-Yves. 1994. «La ville en quartiers: découpages de la ville en histoire urbaine». *Genèses*, n.º 15: 103–114.

4 Magri, Susanna. 1993. «Villes, quartiers: proximités et distances sociales dans l'espace urbain», *Genèses*, n.º13: 151–165.

mundo operário – definido enquanto grupo socioprofissional específico – e o universo mais diversificado da cidade.

A diversidade socioprofissional da população de Alcântara

Nos anos 1930, a imagem do bairro de Alcântara remete para a ideia tradicional do bairro popular onde vivem operários mais ou menos qualificados, empregados de comércio e pequenos comerciantes, artesãos, alguns empregados do Estado (policías, militares, nomeadamente). Apesar de já se notar sinais do recuo da actividade industrial, a componente operária deste meio social costumava ser ainda bastante destacada nessa época.

Durante a segunda metade do século XIX, o vale de Alcântara conhece uma profunda e rápida mutação. O subúrbio periférico transforma-se num bairro popular e urbano. Neste período, a população de Alcântara cresce com um ritmo nitidamente superior ao da população lisboeta. Segundo o censo de 1900, a freguesia de Alcântara – cujos limites correspondem mais ou menos ao território tradicionalmente identificado como sendo o “bairro” de Alcântara – tem 22.745 habitantes, o que corresponde nessa altura a 6,4% da população total do concelho de Lisboa. Em 1864, essa mesma proporção era de 4,4%. Durante as primeiras décadas do século XX, o crescimento da população de Alcântara torna-se mais brando. Em 1940, a proporção em relação à população total de Lisboa regressa

aos valores registados na metade do século XIX: 4,9%, para uma população total na freguesia de 34.903 habitantes⁵.

A estrutura social da população também se altera ao longo dessas décadas. Desde metade do século XIX, Alcântara ganha uma vocação predominantemente industrial. Na viragem do século XX, o bairro acolhe ainda algumas das mais importantes empresas do país. A actividade é relativamente diversificada, prevalecendo todavia a produção em pequena escala. Apenas algumas dezenas de empresas chegaram a atingir uma maior dimensão: no sector têxtil, da mecânica, ou da química. Uma das mais conhecidas é a CUF que nasce da fusão, em 1898, da União Fabril e da Companhia Aliança Fabril, duas empresas sedeadas no bairro. Desde a sua fundação em 1865, a União Fabril, situada da Rua das Fontainhas e controlada pelo grupo de investimento Burnay, destacou-se na área então embrionária da química: fabricação de sabões, velas, óleos. Em poucos anos, a CUF viria a tornar-se o principal grupo industrial português mas, a partir dos anos 1910, desenvolve-se essencialmente na área do Barreiro, na margem Sul do Tejo. Durante a década de 1930, a economia local de Alcântara continua a ser marcada pela actividade industrial. Em relação ao final do século XIX, regista-se no entanto um declínio dos sectores tradicionais, tais como o têxtil e os curtumes. A metalurgia, por seu lado, pouco se desenvolveu. Em suma, na primeira metade do século XX, Alcântara é sobretudo um lugar de expansão de uma

5 Fontes: Censos. Estes valores têm em conta a evolução das divisões administrativas (limites da freguesia e do concelho) ao longo do período.

economia urbana cuja actividade industrial está intimamente ligada ao mercado local: uma actividade de transformação, de transporte ou de comercialização de bens de consumo imediato.

As fontes disponíveis nem sempre permitem caracterizar com grande precisão a evolução económica e social do bairro. Os inquéritos industriais ou os dados estatísticos são muito mais ricos em finais do século XIX, período de apogeu da vocação industrial de Alcântara, enfatizando a componente operária da população do bairro. Por outro lado, com o desenvolvimento das redes de transportes – a linha do eléctrico entre Cais do Sodré e Algés, via Alcântara, é inaugurada em 1901 –, as actividades presentes no bairro dão uma ideia cada vez mais aproximativa da composição socioprofissional da população residente.

O estudo das representações do bairro e da circulação das “imagens urbanas” associadas a Alcântara permite repensar o objecto de estudo⁶. Surge então a imagem de um meio social mais compósito e intimamente ligado às dinâmicas sociais e políticas envolventes. Entre os finais do século XIX e os anos 1940, os discursos sobre Alcântara veiculam vários tipos de representações: a imagem do subúrbio operário, do bastião republicano e, por fim, a imagem do “bairro popular” que incorpora os discursos tradicionalmente associados aos outros bairros “típicos” da capital⁷. É possível estabelecer

6 Lepetit, Bernard. 1988. *Les villes dans la France moderne (1740–1840)*. Paris: Albin Michel.

7 Cordeiro, Graça Índias e António Firmino da Costa. 1999. «Bairros: contexto e intersecção».

In *Antropologia urbana*, dir. Gilberto Velho. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 58–79.

uma cronologia mais precisa deste processo de construção identitária: a imagem de subúrbio operário está mais presente no fim do século XIX; Alcântara torna-se uma zona de forte implantação do movimento republicano antes de 1910; a imagem de “bairro popular” cristaliza-se nos anos 1930. Mas a análise das representações do bairro de Alcântara permite sobretudo assinalar a diversidade social do povoamento desta zona de Lisboa. As referências identitárias ligadas a Alcântara estão sempre empenhadas por uma forte componente operária e industrial. Mas elas vão-se complexificando durante as primeiras décadas do século XX, integrando a presença de uma população mais heterogénea. É essa diversidade de povoamento, essa tensão ou conjugação entre mundo operário e mundo urbano que constituíram o principal objecto do meu estudo. Deixando de lado a história de uma comunidade urbana, passei então a analisar um conjunto de itinerários individuais e de práticas relacionais.

Os registos paroquiais e civis constituem uma fonte quase única para acompanhar a evolução da composição socioprofissional da população de Alcântara. O meu trabalho baseou-se na recolha das declarações registadas pelos habitantes de duas ruas de Alcântara por ocasião de um baptismo ou de um nascimento. Recolhi as declarações dos casais que moravam na Rua da Cruz e na Rua Feliciano de Sousa, entre 1900 e 1910 (registos de baptismo) e entre 1930 e 1939 (registos de nascimento). Trabalhei com base num total de 1082 declarações que correspondem a 809 casais, para as duas ruas e os dois períodos.

Não vou aqui expor os pormenores do método de análise utilizado⁸. Distanciei-me das abordagens habituais da demografia histórica que costuma utilizar estes registos para reconstituir grupos populacionais ou comunidades de habitantes, e as suas evoluções diacrónicas. Tentei analisar e interpretar esta fonte de duas maneiras. Primeiro, fiz uma análise sistemática dos procedimentos de declaração e de redacção das actas. O vocabulário e as expressões utilizadas para enunciar a morada ou a profissão testemunham dos processos de construção das identidades sociais. As declarações nesses registos são na realidade fruto de um grande número de mediações. O facto é bastante claro quando se trata de analisar as declarações profissionais. Um primeiro elemento chamou rapidamente a minha atenção: as mulheres não têm profissão (nos anos 1900) ou são quase todas domésticas (nos anos 1930). Estamos aqui obviamente na presença de um discurso construído. Não é o trabalho feminino que surge nessa fonte mas sim um olhar da sociedade portuguesa sobre a actividade profissional das mulheres. A segunda interpretação desta fonte foi mais experimental. Estes documentos dão conta de uma grande variedade de relações sociais entre indivíduos que partilhavam um mesmo espaço residencial. Coloquei a hipótese que, através

8 As questões metodológicas foram tratadas em dois artigos: Vidal, Frédéric. 2004. «Factores de diferenciação social em Alcântara no início do século XX: a análise de uma lista de declarações profissionais». *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº45: 53–70; Vidal, Frédéric. 2004. «As relações de compadrio na cidade: tradição ou rede?», *Ler História*, nº46: 223–238.

das ligações entre os pais e os padrinhos, seria possível reconstituir fragmentos de redes de relações sociais.

Lógicas declarativas e diversidade das identidades profissionais

A lista das declarações profissionais masculinas recolhidas nos registos paroquiais e civis permite registar os rastros de uma paisagem social bastante diversificada (quadro 1). Foram recolhidas, para os dois períodos, 166 declarações. Obviamente, a frequência de cada declaração é bastante irregular. A declaração de “trabalhador” é a única que ultrapassa sistematicamente o limiar dos 20%, em cada rua e em cada época. Na Rua da Cruz e nos anos 1930, os “empregados de comércio” correspondem a mais de 10% das declarações. Uma pequena dezena de profissões corresponde a entre 2% a 5% das declarações: caldeireiro, marítimo, pedreiro, serralheiro, carpinteiro, operário, etc. Por fim, cerca de um terço das profissões declaradas são desempenhadas por um ou dois indivíduos. Reencontramos aqui a imagem das ruas populares onde se cruzam operários mais ou menos qualificados, membros do mundo do pequeno comércio, artesãos, empregados do sector privado ou do Estado, membros do exército ou dos diferentes serviços de segurança pública (bombeiros, polícia, guarda fiscal, etc.).

Obviamente, com um pouco mais de atenção, é possível elaborar um retrato mais complexo das características da composição socioprofissional da população e da sua evolução: a predominância de sectores de actividade relativamente bem definidos (a metalurgia, a construção civil, o comércio); a forte presença de indivíduos sem qualificação

1900-1019			1930-1939		
DECLARAÇÕES	N.	%	DECLARAÇÕES	N.	%
<i>Caixoteiro</i>	3	0,9	<i>Caixoteiro</i>	3	1
<i>Soldador</i>	3	0,9	<i>Ferroviário</i>	3	1
<i>Vendedor de hortaliça</i>	3	0,9	<i>Marceneiro</i>	3	1
<i>Caldeireiro de ferro</i>	4	1,2	<i>Marinheiro da Armada</i>	3	1
<i>Canteiro</i>	4	1,2	<i>Militar</i>	3	1
<i>Cocheiro</i>	4	1,2	<i>Motorista</i>	3	1
<i>Marinheiro da Armada</i>	4	1,2	<i>Barbeiro</i>	4	1,3
<i>Polícia civil</i>	4	1,2	<i>Empregado da Carris</i>	4	1,3
<i>Empregado no comércio</i>	5	1,5	<i>Empregado de escritório</i>	4	1,3
<i>Comerciante</i>	6	1,8	<i>Funileiro</i>	4	1,3
<i>Ferreiro</i>	6	1,8	<i>Marinheiro</i>	4	1,3
<i>Marítimo</i>	6	1,8	<i>Descarregador</i>	5	1,7
<i>Carroceiro</i>	7	2,2	<i>Estivador</i>	5	1,7
<i>Sapateiro</i>	7	2,2	<i>Sapateiro</i>	5	1,7
<i>Tecelão</i>	7	2,2	<i>Comerciante</i>	6	2
<i>Caldeireiro</i>	8	2,5	<i>Operário</i>	6	2
<i>Carpinteiro</i>	8	2,5	<i>Pedreiro</i>	6	2
<i>Fundidor</i>	8	2,5	<i>Ajudante de caldeireiro</i>	9	3,1
<i>Pedreiro</i>	9	2,7	<i>Serralheiro</i>	9	3,1
<i>Serralheiro</i>	16	4,9	<i>Carpinteiro</i>	12	4,1
<i>Operário</i>	21	6,4	<i>Marítimo</i>	14	4,7
<i>Trabalhador</i>	123	37,6	<i>Caldeireiro</i>	20	6,7
			<i>Empregado no comércio</i>	25	8,4
			<i>Trabalhador</i>	70	23,5
<i>Outras declarações *</i>	61	18,7	<i>Outras declarações *</i>	68	22,8
Total	327	100	Total	298	100

* Menos de três ocorrências

Quadro 1: As declarações profissionais dos pais da Rua da Cruz (efectivos e percentagens)

profissional (os “trabalhadores”, cuja proporção parece diminuir entre os dois períodos); a emergência, nos anos 1930, dos empregados do sector terciário que se nota com a presença mais numerosa dos “empregados”, “empregados de escritório” ou “dactilógrafos”. Se compararmos as listas das declarações recolhidas nos anos 1900 com as dos anos 1930, a repercussão de algumas mutações técnicas é também visível: surgimento de novas profissões (os “electricistas”) e desaparecimento de outras (“condutor dos americanos”, por exemplo).

Declarar ou mandar registar a sua profissão não é um processo simples. Um serralheiro, um caldeireiro, um carpinteiro, um empregado da Carris, um empregado da câmara municipal ou um militar não declaram a sua profissão na mesma maneira. Em função dos casos, pode ser declarado um saber-fazer, uma qualificação, a pertença a um grupo socioprofissional (uma classe), um conhecimento técnico, um estatuto profissional, ou uma posição numa hierarquia social. Ao responder à questão “qual é a sua profissão?”, cada indivíduo pode escolher privilegiar um desses modos de identificação.

É possível estabelecer uma tipologia grosseira das lógicas declarativas, como acabei de o fazer. Todavia, a partir da terminologia ocupacional utilizada nesses documentos, raramente pode ser determinado com precisão o estatuto profissional ou o nível de qualificação. Um mesmo termo pode designar um operário ou um artesão independente. A um nome específico não corresponde sistematicamente uma qualificação real, etc. Por exemplo, algumas denominações ocupacionais designam a especialidade de um estabelecimento industrial e não a qualificação dos trabalhadores: como saber se os “bolacheiros” possuem um real saber-fazer ou são simplesmente operários pouco

qualificados de uma fábrica de bolachas? Existe também o problema da evolução dos usos do vocabulário e da terminologia ocupacional. Nos anos 1930, um *chofer* conduz um veículo. No século XIX e, provavelmente, ainda nos anos 1900, este termo designa geralmente a pessoa encarregada do abastecimento de uma máquina a vapor. Como ter a certeza dos usos em curso em Alcântara e no meio social estudado durante a primeira metade do século XX?

Temos também de ter em conta as condições e o contexto do acto declarativo. A maior parte dos registos são assinados pelos declarantes. Podemos considerar que as declarações são efectuadas pelos indivíduos em questão. Isso não significa que a natureza da informação declarada não possa variar em função dos indivíduos e das suas intenções no momento de declaração. Em função dos percursos individuais, do momento do ciclo de vida, do modo de inserção no meio urbano, a qualidade e a natureza da informação fornecida podem ser bastante variáveis. Por exemplo, podem existir diferenças entre as declarações das pessoas nascidas em Alcântara e as pessoas que chegaram posteriormente ao bairro. Na ausência de documentação comprovativa da exactidão das declarações, as formas de autocontrolo são mais eficientes para as pessoas conhecidas e inseridas nas redes locais de relação social. Pierre Bourdieu resume uma parte do problema com a fórmula inspirada por um velho provérbio francês: “quem se casa longe de casa, ou engana ou está enganado”⁹.

9 Bourdieu, Pierre. 2002. *Le bal des célibataires*. Paris: Seuil.

Uma grande parte destes fenómenos ficou fora do meu alcance. As informações recolhidas nesses registos permitem frisar todo um conjunto de relações e de negociações em torno das quais se constroem as identidades sociais e profissionais que são intrinsecamente instáveis. Estas listas de declarações podem ser aparentadas com uma taxinomia indígena. Testemunham lógicas afectivas descritas por Émile Durkheim e Marcel Mauss¹⁰. Caracterizam-se pelo facto de serem redundantes, flutuantes, e incluírem uma ordem hierárquica, mas apenas de uma maneira implícita, parcial e mais ou menos aleatória¹¹. No entanto, dois elementos parecem ser determinantes na definição das identidades profissionais: o nível de qualificação e o estatuto profissional, definido em termos jurídicos: o facto de ter ou não uma relação de tipo contratual com uma empresa ou ser funcionário público, por exemplo. Para perceber a relação entre esses dois elementos, há que ter em conta as características gerais do mercado do trabalho em Lisboa durante as primeiras décadas do séc. XX. Queriria aqui realçar duas dessas características. Nessa época, o tipo de produção e a natureza do tecido industrial implicavam, geralmente, uma especialização limitada das profissões. Este contexto reflecte-

10 Durkheim, Émile, e Marcel Mauss. 1903. «De quelques formes primitives de classification», *Année Sociologique*, 6: 1–72.

11 Guerreau, Alain. 1993. «À propos d'une liste de fréquences des dénominations professionnelles dans la France du XIXe siècle», *Annales ESC*, 4: 979–986. Ver também: Blum, Alain, e Maurizio Gribaudi. 1990. «Des catégories aux liens individuels: l'analyse statistique de l'espace social», *Annales ESC*, 6: 1365–1402; Blum, Alain, e Maurizio Gribaudi. 1993. «Les déclarations professionnelles: pratiques, inscriptions, sources», *Annales ESC*, 4: 987–995.

-se, em particular, na fraca diversidade da nomenclatura ocupacional vulgarmente utilizada, nomeadamente no sector da metalurgia mas também em domínios mais novos na época, como a manutenção de instalações eléctricas ou a condução de veículos. Uma especialização em tarefas raramente leva à formação de uma identidade profissional específica que se manifeste pelo uso comum de uma denominação apropriada. Em muitos sectores de actividade, a paisagem ordena-se em torno de algumas profissões chave – serralheiro, caldeireiro – que reencontramos em vários espaços de produção. Estes sectores podem, no entanto, ter adoptado modos de organização do trabalho bastante diferentes: a pequena oficina independente, a grande fábrica, a oficina de manutenção de uma companhia como a Carris.

Uma segunda característica do mercado de trabalho remete para uma outra imagem das formas de trabalho assalariado em Lisboa nesta época. Domina uma impressão de grande diversidade e complexidade dos estatutos. Mais do que a natureza do “ofício”, é o tipo de “emprego” que define claramente a posição social. Podemos tomar por exemplo, a organização interna da companhia Carris e, sobretudo, das suas oficinas de Santo Amaro. Nos anos 1940, a Carris empregava cerca de 4000 pessoas. Até aos anos 1950, nas oficinas de Santo Amaro, trabalharam várias centenas de pessoas, na construção e na manutenção dos eléctricos¹². Os serralheiros, os caldeireiros, os electricistas que faziam parte do quadro do pessoal da Carris

12 Ver: António Paes de Sande e Castro, *A Carris e a Expansão de Lisboa – Subsídios para a História dos Transportes Colectivos da Cidade de Lisboa*, Museu da Carris, 1956 (estudo dactilográfico).

tinham, tal como os condutores dos veículos, direito a numerosas regalias. Alguns – quais? Isto fica por estudar – tinham possibilidade de fazer carreira no seio da companhia com base em tabelas estritamente definidas. O exemplo da companhia Carris é sem dúvida paradigmático da diversidade das formas de emprego em Lisboa na primeira metade do século XX. Não é o único, como o testemunha um documento publicado pelo INE em 1945, que dá conta das variações nas taxas de remuneração então estabelecidas, em função dos estatutos profissionais ou do sector de actividade¹³. Num meio urbano como o de Alcântara, o ofício pode ter um papel essencial na construção das identidades individuais, mas já estamos numa época onde o importante é ter um “bom emprego”¹⁴.

As práticas relacionais

Gostaria de acabar este texto com algumas reflexões acerca da influência dos estatutos profissionais na configuração das redes de relações sociais. A escolha dos padrinhos pelos pais das crianças registadas é considerada como um indício das práticas relacionais das famílias¹⁵. A presença dos padrinhos ao lado dos pais da criança

13 Instituto Nacional de Estatística. 1945. *Taxas de Remuneração de Trabalho oficialmente estabelecidas 1934–1944*, Lisboa: INE.

14 Lequin, Yves. 1986. «Le métier». In *Les lieux de mémoire*, org. Pierre Nora. Vol 3 (2). Paris: Gallimard, 377–419.

15 Esta análise baseia-se em duas fontes distintas: os registos paroquiais e os registos civis. Neste estudo, considereei estes dois registos como fontes semelhantes. Em bom rigor, isto é apenas uma convenção. Os “padrinhos de baptizado” e os “padrinhos de registo civil” ocupam lugares essenciais mas

recém-nascida pode levar a vários tipos de interpretação. As relações de compadrio derivam de uma prática secular que tem a sua própria história e cujas regras evoluíram no tempo e em função dos contextos sociais locais ou nacionais. Neste caso, é legítimo interrogar-se sobre o significado que podemos dar a estas relações no contexto específico de um bairro industrializado de uma grande cidade da Europa do sul, onde as formas tradicionais de compadrio (relação entre os pais e os padrinhos) e de apadrinhamento (relação entre os padrinhos e o afilhado) poderiam ter perdurado. Defendo a hipótese da existência de uma informalização das relações de compadrio em Alcântara durante as primeiras décadas do século XX. As escolhas dos habitantes são o resultado de um processo claramente individualizado. Não existem padrinhos omnipresentes, escolhidos por várias famílias, como é costume nas comunidades onde o compadrio tem mantido a forma de uma relação de tipo clientelar¹⁶. Tudo indica que os padrinhos fazem

nem sempre semelhantes. Nos anos 1930, a menção da identidade dos padrinhos pode parecer duvidosa. Neste período, embora não existisse qualquer tipo de obrigatoriedade legal, a identidade do padrinho e da madrinha das crianças declaradas consta sempre dos registos de nascimento. No que se refere ao primeiro período, podemos interrogar-nos acerca da eventualidade de uma selecção involuntária de uma certa categoria de população. Pois, antes de 1911, os não católicos que queriam apenas declarar um nascimento sem para isso baptizar a criança, podiam teoricamente recorrer aos “livros da administração” instituídos em 1878. Em Alcântara, estes livros foram pouco utilizados e podemos considerar que os registos paroquiais tinham na prática a função de registo civil. Sobre a função do registo civil antes de 1911 ver a introdução ao decreto de 1878 por Thómas Antonio Ribeiro Ferreira, então secretário de estado dos negócios eclesiásticos e de justiça: *Decreto de 28 de Novembro de 1878*, Lisboa, 1878.

16 Uma única excepção, nos registos de baptismo do início do século: o padrinho “empregado na igreja”. No decorrer do estudo, estes casos foram tratados à parte.

parte do quotidiano dos pais: não existem grandes distâncias, nem sociais nem residenciais, entre os pais e os futuros padrinhos.

O estudo destas relações de compadrio baseia-se apenas em indícios muito parcelares. As relações entre os pais e os padrinhos podem ser caracterizadas com base nas eventuais afinidades profissionais, familiares (quando o grau de parentesco é conhecido, ou através de indícios de tipo patronímico), e residenciais (mas apenas para os anos 1930, nos anos 1900 a residência dos padrinhos não consta nos registos). Como havia muito mais informações sobre os homens (os nomes completos, as profissões) do que sobre as mulheres, acabei por estudar essencialmente relações masculinas, entre homens¹⁷. Todavia, uma visão de conjunto dos resultados obtidos permite detectar os rastros de redes de relacionamentos bastante complexas que dão uma ideia das diferenças de posição e desigualdades de situações que contribuem para estruturar um meio social como Alcântara. Estas relações podem ser então utilizadas como indícios da existência de uma proximidade social entre indivíduos ou grupos de indivíduos, no quadro de relações clássicas nas sociedades contemporâneas, isto é, de relações livres e espontâneas que se estabelecem em função de critérios sociais ou culturais, não ligados a regras jurídicas ou costumeiras previamente definidas.

17 O estudo assenta na análise das correlações entre os dados seguintes: nome, profissão, lugar de nascimento, filiação e morada dos pais; nome, profissão e, para os anos 1930, também a morada dos padrinhos.

À escala de uma rua ou de um bairro, existem formas relativamente consistentes de estratificação social (quadro 2). Em função dos estatutos sociais ou dos itinerários individuais, as famílias evoluem em universos relacionais diferentes. A profissão ou o estatuto socioprofissional aparecem como factores determinantes neste processo de distinção. Os “trabalhadores” são de facto os indivíduos que têm redes de relações menos diversificadas. Pelo contrário, as pessoas que declaram um “emprego” beneficiam de uma posição mais favorável¹⁸. Nomeadamente, em comparação com as pessoas

PADRINHOS		PAIS		
		SEM QUALIFICAÇÃO	QUALIFICADO	EMPREGO
1900–1910	<i>Sem qualificação</i>	53,2	31,0	15,2
	<i>Qualificado</i>	30,4	59,3	42,4
	<i>Emprego</i>	16,4	9,7	42,4
	<i>Total</i>	100,0	100,0	100,0
	<i>N.</i>	214	248	59
1030–1939	<i>Sem qualificação</i>	35,7	7,1	2,1
	<i>Qualificado</i>	54,0	79,7	62,5
	<i>Emprego</i>	10,3	13,2	35,4
	<i>Total</i>	100,0	100,0	100,0
	<i>N.</i>	126	310	48

Quadro 2: Lógicas relacionais entre os pais e os padrinhos (em percentagem)

18 É aqui considerado “emprego”, declarações que especificam a empresa ou a entidade empregadora (ex. da Carris, da CUF), assim como todas as actividades ligadas ao Estado ou à administração pública (policías, militares, correios etc.).

que declaram simplesmente uma “qualificação”. A influência do estatuto profissional torna-se mais forte nos anos 1930.

Todavia, essas práticas relacionais não se ordenam apenas em função dos estatutos profissionais individuais. Outras observações permitem sublinhar o papel da cidade e do meio urbano na orientação das práticas relacionais¹⁹. Ter ou não nascido em Alcântara, casar-se com uma pessoa de Alcântara, a antiguidade da presença em Alcântara, as mobilidades residenciais individuais ou familiares à escala da cidade, as estratégias matrimoniais, os modos de articulação entre relações de vizinhança e de parentesco: estes parâmetros contribuem também para a definição de graus de proximidade e de distância social. Darei aqui apenas um exemplo. Nos anos 1900, uma relação forte com o bairro de Alcântara está geralmente associada a um fechamento do universo relacional das famílias. Ou seja, quando o pai e a mãe nasceram os dois em Alcântara, raramente escolhem padrinhos fora do meio socioprofissional paternal de origem. Pelo contrário, quando os pais são lisboetas de raiz mas não nasceram em Alcântara – o que designo ao longo do meu estudo por “ter uma relação forte com a cidade” –, nota-se frequentemente um alargamento do universo relacional. Aqui temos ainda de sublinhar o papel das mulheres no processo de enriquecimento das redes sociais do casal. Quando as mães nasceram em Lisboa, os universos relacionais do casal alargam-se muitas vezes para além do meio socioprofissional

19 Sobre a metodologia aplicada neste fase do estudo, ver os capítulos 7 e 8 do meu livro: *Les habitants de Alcântara...*, op. cit.

do marido/pai. Por sua vez, o lugar de nascimento do pai não surge como um factor tão benéfico de alargamento das redes.

No início do século XX, um meio como o de Alcântara não corresponde de facto a um agrupamento de populações indiferenciadas. É um meio social tipicamente urbano, no sentido em que é um espaço social dinâmico sempre em transformação, como o comprova a diversidade das situações e dos percursos individuais e familiares. No entanto, à escala da rua ou da vizinhança, aparecem factores que contribuem para aproximar ou afastar indivíduos ou grupos de indivíduos. A análise das listas de declarações feitas nos registos paroquiais e civis põe nitidamente em evidência a existência de tais factores. Cheguei a uma imagem de um meio social bastante estruturado mas onde existem também margens de liberdade e tentativas de alargamento dos “campos dos possíveis”, para retomar uma noção chave da abordagem da micro-história²⁰.

20 Ginzburg, Carlo, Edoardo Grendi, Jacques Revel. 1994. «Sulla Microstoria», *Quaderni Storici*, nº86: 511-575.



Indústria e Industrialização em Portugal nos Séculos XIX e XX

CONTRIBUTO PARA UM CONHECIMENTO GERAL E
APLICADO AO CONCELHO DO SEIXAL

O artigo apresenta resumidamente alguns resultados de uma pesquisa histórica sobre a industrialização do concelho do Seixal¹ realizado no âmbito do projeto «inventário e estudo do património industrial do concelho». Dele destacamos os principais objetivos: traçar uma panorâmica da evolução da indústria no concelho do Seixal (1831–1961), contextualizando essa evolução no quadro mais geral da industrialização de Portugal; avaliar até que ponto o processo de crescimento do sector industrial no concelho se inscreveu nas orientações gerais do crescimento industrial do país, por elas foi moldado e concorreu para a sua matriz; criar uma base de conhecimento para avaliação e seleção de testemunhos relevantes relativos à história da indústria e processos tecnológicos (património industrial).

¹ Estudo em que participámos e foi realizado, entre 2003 e 2005, pela Equipa de Estudo e Inventário do Património Industrial do Ecomuseu Municipal do Seixal sob a coordenação de Graça Filipe. *EMS DCA 3 SEIXAL. Ecomuseu Municipal Industrialização no concelho do Seixal [Texto polí-copiado]: séc. XIX e XX*: documentos de apoio, Graça Filipe [et al.] – [Seixal]: [Ecomuseu Municipal], 2005. 2 vol., pag. var.; 32 cm. Acessível no Centro de Documentação e Informação do Ecomuseu Municipal do Seixal.

Nele se tomaram como ponto de partida as obras de autores de história económica, que se debruçaram sobre o período cronológico em estudo e sobre as fases de crescimento/desenvolvimento industrial que o percorrem e fornecem linhas de interpretação para esse processo. Complementou-se esse trabalho com a pesquisa e estudo de fontes de história local no Arquivo Histórico Municipal do Seixal e na imprensa local, conseguindo-se, desse modo, a caracterização da indústria no concelho do Seixal para cada uma das fases identificadas.

Adotou-se como conceito de industrialização o “aumento do peso da indústria transformadora nos níveis de atividade e de emprego, acompanhado de mutações tecnológicas profundas e de transformações na estrutura de produção e da procura». (CONFRARIA, 1999: 262).

As fases de industrialização do concelho, que analisaremos seguidamente, estão delimitadas por acontecimentos de natureza económico-financeira ou política, que se repercutiram no processo de desenvolvimento industrial, são marcadas pela continuidade, mas impregnadas de características que as particularizam.

1. Da vitória liberal à Regeneração

1.1. A HERANÇA PROTO-INDUSTRIAL

Na década de 1830, a agricultura era a atividade económica predominante no concelho do Seixal². Ela ocupava a maioria dos habi-

² O concelho do Seixal, criado, em 1836, pela reforma administrativa de Passos de Manuel contava, então, com 1.218 fogos. NABAIS, António J., *História do Concelho do Seixal: Cronologia*, p. 57.

tantes das freguesias de Amora, Arrentela e Paio Pires, enquanto os do Seixal se dedicavam sobretudo à pesca³. Neste ambiente rural tinham lugar atividades artesanais relacionadas com as práticas agrícolas, a pesca e o tráfego fluvial entre o território concelhio, as povoações ribeirinhas e sobretudo Lisboa.

A herança proto-industrial englobava moinhos de vento e de maré, estaleiros navais, lagares de vinho e de azeite, oficinas de calçado, fornos de cal e de tijolo, tanoarias e oficinas de ferreiro.

Os fornos de cal na Quinta da Palmeira (dos frades Jerónimos) e os fornos cerâmicos de António Brandão, na Arrentela, eram conhecidos no século XVIII⁴.

As posturas de 1837 também atestam essa herança. A postura n.º1⁵ assinala a importância económica dos moinhos, estabelecendo o valor do imposto a pagar à Câmara pelo cereal moído⁶ e destinado, em primeiro lugar, a Lisboa. A postura n.º8 refere-se aos estaleiros e às madeiras enterradas nas praias e utilizadas na construção e reparação naval. Os lagares de vinho não sendo objeto de regulamentação, mas apenas o vinho (postura n.º6) existiriam num concelho que, em 1853, era essencialmente vinhateiro⁷. Esta característica alterou-se

3 *Archivo Pittoresco*, Vol. V, 1862, p.166.

4 «Ceramistas do século XVIII», *Arquivo Histórico Português*, Vol. XI, 1910, ed. Anselmo Braamcamp Freire.

5 NABAIS, António J., *História do Concelho do Seixal: Cronologia* p. 55

6 Correspondência expedida pela Administração, 04/12/1846. Documento reproduzido. Acessível no EMS/CDI.

7 AHMS, CMS/B/A/03/Lv.01 – Acta da reunião ordinária de Câmara, 17 de Janeiro de 1853.

devido à praga de oídio, que destruiu grande número de vinhas⁸, mas os lagares permaneceram.

Quanto aos lagares de azeite, sabe-se que havia um, em 1862, na freguesia de Paio Pires⁹. Neste contexto, presumimos a existência de oficinas complementares da atividade agrícola: tanoarias que produziam vasilhame para os vinhos; oficinas de ferreiro para o fabrico de alfaias agrícolas ou utensílios usados na reparação/construção naval.

1.2. O “ARRANQUE” INDUSTRIAL

No concelho do Seixal, o “arranque” industrial foi, à semelhança do que se verificou no resto do país, tímido e de fraca dimensão.

Os estabelecimentos industriais criados no período de 1831 a 1850, integravam os setores: têxtil – estampania, calçado, curtumes e reparação naval.

Dos 4, só a *Fábrica de Estampania de Algodões* teria alguma dimensão e concentraria um montante relativamente elevado de trabalhadores e de maquinismos que justificassem o nome de fábrica. As restantes unidades industriais seriam pequenas oficinas e um estaleiro de reparação naval.

A *Fábrica de Estampania de Algodões* instalada na Torre da Marinha (Arrentela) tinha antecedentes industriais que remontavam ao início do séc. XIX. Nesse local, estabeleceu André Durrieu um

8 *Idem.*

9 *Archivo Pittoresco*, vol. V, 1862, p.166.

lavadouro de lãs a que acrescentou armazéns. Em 1831, o governo de D. Miguel comprou aquelas instalações e os terrenos adjacentes e edificou uma fábrica de mantas para o exército. Em 1834, João R. Blanco comprou-a para montar a fábrica de estampania de algodões que se manteve próspera até à introdução da pauta aduaneira de 1852, a qual favorecia a importação de fio de algodão em detrimento dos tecidos de pano-cru ingleses. A nova legislação provocou a decadência da empresa, que encerrou.

As suas chitas, vendidas principalmente em Espanha, não seriam de grande qualidade. A empresa recusou o convite do Governador do Distrito de Lisboa para a participação na 1.^a Exposição Universal em Londres (1851), alegando «serem um tanto inferiores as fazendas que hoje tem prontas»¹⁰.

A oficina de curtumes estabelecida no Seixal, possivelmente desde 1838, que empregava três trabalhadores também declinou o convite para participar naquela exposição¹¹. Uma oficina de calçado iniciou o seu funcionamento em 1850¹². A *C.^a de Navegação do Tejo e Sado*, proprietária de barcos a vapor, possuía (1849) uma oficina onde consertava os seus barcos¹³.

Partilhando da ideia de Rui Ramos de que o país, “Estruturalmente pouco tinha variado em relação à situação típica do séc. XVIII”

10 AHMS, ACS/D/B/01/Lv005, 30 de Dezembro de 1850.

11 *Idem*.

12 Inquérito Industrial de 1881, I parte, p. 296-297.

13 AHMS, CMS/B/A/03/Lv.001 – Acta da reunião ordinária de Câmara, 30/04/1849.

(RAMOS, 1990: 189), diremos que a estrutura económica predominante do concelho do Seixal se mantinha. A instalação da *Fábrica de Estamparia de Algodões* não esconde a falta de investimentos em capital intensivo que pudessem dar dimensão e capacidade tecnológica aos estabelecimentos industriais recém-criados, onde a concentração de trabalhadores a par da divisão técnica do trabalho, se tornassem realidade.

Do início da Regeneração à crise da década de 1890

Nos 40 anos que medeiam o início da Regeneração e a crise de 1890 existiram no território concelhio 49 empresas. No Inquérito Industrial de 1890 registam-se 44 estabelecimentos industriais. Trinta e oito são classificados como “pequena indústria” 5 como oficinas e uma fábrica, a *C.^a de Vidros na Amora* (CVA). A *C.^a de Lanifícios da Arrentela* (CLA) (encerrada, devido a um incêndio, no ano anterior) não consta no inquérito tal como uma fábrica de sabão, uma moagem a vapor e uma seca de bacalhau.

Organizando-as por setores industriais constata-se, pela primeira vez, a referência a 7 deles: vestuário, indústrias subsidiárias da reparação naval, moagem, panificação, seca de bacalhau, sabão e vidro, mas só os 3 últimos seriam realmente “novos”.

Os setores têxtil e do vidro eram os que tinham maior relevância, em termos de capital social, apetrechamento tecnológico e número de trabalhadores.

O setor têxtil evoluiu da estampagem de tecidos para a sua produção em lã. Em 1858, Júlio Caldas Aulete, que formara uma parceria comercial (1855) para adquirir a *Fábrica de Estamparia e*

fundar uma fábrica de lanifícios, deu início à laboração. A fábrica, que empregava 160 operários, estava dotada de uma máquina a vapor de 48 c/v (*Fundição Pedro Collares Júnior & Irmãos*) 6 máquinas de fiar, 32 teares mecânicos e teares manuais¹⁴. Contava com um carril estreito para circulação interna de matérias-primas e produtos¹⁵. Produzia uma grande variedade de panos aveludados, casimiras e castorinas de diversas cores, distinguidos com a atribuição da medalha de prata na Exposição Industrial do Porto (1861)¹⁶.

No ano seguinte, transformou-se em sociedade anónima sob a designação *C.^a de Lanifícios da Arrentela, SARL*. Integrada no mais importante ramo industrial do país, que no Inquérito de 1852 representava 57% dos estabelecimentos industriais e 61% da mão-de-obra (RAMOS, 1990: 221), a empresa continuou a crescer tornando-se na maior unidade industrial do concelho até à crise de 1890.

Segundo o Inquérito Industrial de 1881, laboravam aí 420 trabalhadores (quase o triplo de 1862); tinha 3 máquinas a vapor com a potência total de 200 c/v, 3 geradores de vapor, 79 teares mecânicos (2 Jacquard) 25 teares manuais Jacquard, 9 máquinas de torcer fio, 3 máquinas de encher canelas com 60 fusos cada uma, 1 estufa a vapor e 1 prensa hidráulica, numa demonstração clara de que a empresa continuara a equipar-se e a intensificar a mecanização do trabalho.

14 *Archivo Pittoresco*, Vol. V, 1862, p.167.

15 AHMS, CMS/B/A/03/Lv 002 – Acta da reunião ordinária de Câmara, 16/03/1857.

16 *Archivo Pittoresco*, Vol. V, 1862, p.167.

O Inquérito Industrial de 1890 permite compará-la com a CVA. Fundada, em 1888, com o nome de *Empresa da Fábrica de Vidros da Amora* e constituída por José Lourenço da Silva Gomes, Justino Guedes e James e William Gilman, transformou-se no ano seguinte em sociedade anónima, tendo como principal acionista António Centeno¹⁷.

Em 1890, construiu um forno contínuo a gás do sistema Siemens, dotou a fábrica de 12 máquinas de produção de gás pobre e 2 máquinas a vapor de 4 c/v cada uma, elevando para 8 mil a produção diária de garrafas em contraponto às 2.400 anteriores. Esteve na origem da indústria portuguesa do vidro de embalagem. Fabricava garrafas para vinho, cerveja, gasosa e águas minerais, garrafões e frascos. Tal produção sustentava-se sobretudo na exportação do vinho, que registou um forte crescimento a partir de 1885 (Barosa, 1996:7).

Na CLA o número de trabalhadores ultrapassava o triplo da CVA (133). O seu capital social era superior em 40.000\$000 réis. Na CLA só o azeite, a oleína e o grude eram portugueses. As restantes matérias-primas, incluindo grande parte da lã, eram importadas. Na CVA, o sulfato de soda, o manganês, a areia, o barro e a pedra calcária eram nacionais.

Em ambas, o pessoal técnico tal como a tecnologia era estrangeira; o carvão que alimentava as caldeiras e o forno gás pobre era importado de Inglaterra; produziam para o mercado nacional

17 António Centeno: Jurista, deputado do Partido Progressista entre 1884 e 1910, jornalista, proprietário do Diário Popular e homem de negócios, ligado sobretudo ao sector da energia, tendo sido administrador da Companhia do Gás e, depois, das Companhias Reunidas do Gás e da Electricidade, durante 56 anos (desde a fundação até à sua morte, em 1947).

(centrado em Lisboa e no Porto), onde a competição com produtos congêneres nacionais ou estrangeiros, lhes reduzia em muito a capacidade de obterem grandes lucros.

Conscientes das fragilidades, os administradores de ambas as empresas enunciaram reivindicações praticamente idênticas que, satisfeitas, fariam crescer as suas empresas: extinção da dívida flutuante do Estado, o concorrente por excelência dos raros capitais disponíveis, que atingiam juros elevados (6 a 10%); redução dos direitos fiscais sobre as matérias-primas; construção da ligação do caminho-de-ferro Seixal–Barreiro, abertura do mercado colonial aos tecidos portugueses, até aí dominado pelos europeus.

Os restantes setores industriais concelhios estão classificados no Inquérito Industrial de 1890 como “pequena indústria” e oficinas. A “pequena indústria” incluía estabelecimentos com 1 ou 2 trabalhadores. As oficinas (3 de curtumes e 2 estaleiros) contavam com 5 a 12 homens. Os moinhos de maré estavam equipados com 12 rodas hidráulicas. Havia 27 motores mecânicos, um deles pertencendo à moagem a vapor da Amora¹⁸, atestando a adaptação da indústria da moagem à modernização tecnológica. Também a fábrica de sabão de *Henry Borguet*¹⁹ adquirida à *Pradel e C.^a* em 1867 – possuía um

18 Em 1862, esta fábrica estava em funcionamento. *Archivo Pittoresco*, Vol. V, 1862, p.166.

19 AHMS; Alvará concedido pelo Governo Civil de Lisboa a *Henry Borguet* para fábrica de sabão na Quinta da Bella Vista, no Seixal, a 4 de Fevereiro de 1876. Enquanto esteve na posse da *Pradel & C.^a*, ela era identificada como fábrica de produtos químicos. *Archivo Pittoresco*, Vol. V, 1862, p.165. O sabão era uma indústria em crescimento nessa época, após o termo do exclusivo estadual, em 1858.

motor a vapor de 16 c/v e empregava 18 operários²⁰. Mas a “pequena indústria” disporia apenas de ferramentas manuais.

Dos 654 trabalhadores referidos nos Inquéritos Industriais de 1881 e 1890, as duas maiores empresas do concelho ocupavam 553, o que corresponde a 84,5% da mão-de-obra do setor transformador, revelando que o avanço da industrialização estava a processar-se lentamente. Embora se note algum crescimento e diversificação industrial, muito poucos setores tinham sido tocados pela mecanização e pela moderna organização fabril. A mecanização por via da máquina a vapor tocara apenas o setor têxtil, o do sabão e o da moagem (parcialmente), pois o fabrico das garrafas era manual.

Da crise da década de 1890 à 1.ª Guerra Mundial

Os impactos da crise económico-financeira de 1891 terão sido pouco significativos nas empresas de maior dimensão do concelho: CLA e CVA. Esse facto coloca-as em sintonia com os dados apurados para o setor industrial, a nível nacional, que manteve, o mesmo nível de importação de matérias-primas e de produtos intermédios. (LAINS, 1995: 157)

Em plena crise financeira, a CLA mandou reconstruir, reequipar e dotar de energia elétrica as oficinas de cardação, fição e tecelagem, justificando a visita do rei D. Carlos e sua esposa, em 1892²¹.

20 Supõe-se que seja a “fábrica de azeite e sabão” referenciada no Inquérito Industrial de 1881, I parte, p. 296–297.v

21 NABAIS, António J., «História do Concelho do Seixal: Cronologia», p. 72. Reportagem na *Revista Ilustrada*, n.º 52, 1892, p. 111–113.

A qualidade da sua variada gama de tecidos, inclusive tecidos para fardamentos militares, valeu-lhe o reconhecimento como «principal fábrica de lanifícios de Portugal»²² e a atribuição da medalha de Grande Mérito na Exposição Industrial de Belém (1893)²³ e a de Ouro na exposição do Porto (1897).

Na 1.^a década do séc. XX, prosseguiu com melhoramentos, construindo uma nova tinturaria (1903) e substituindo os geradores de vapor.

A CVA, em 1892, ganhou a medalha de ouro na Exposição Industrial Portuguesa realizada no Porto. Contudo, nesse mesmo ano, a empresa viu-se em dificuldades para escoar a sua produção de garrafas pretas, pois o mercado interno era diminuto e a absorção pelos exportadores de vinho comprometida com a pauta de 1892. Esta pauta isentava de direitos alfandegários as garrafas que fossem reexportadas (75% das garrafas anualmente consumidas no país) favorecendo a utilização das garrafas estrangeiras. Apesar desta cedência do governo, a empresa resistiu e singrou.

Em 1895, a administração propôs a distribuição de um dividendo de 8% sobre o capital realizado e de 1891–1898, a fábrica teve um crescimento médio da produção de 14,8% (BAROSA, 1996: 53).

O êxito da empresa despertou o interesse do grupo Burnay, que, ambicionando deter o monopólio do setor vidreiro, comprou a fábrica (1902) (BAROSA, 1996: 55). A nova gerência introduziu as máquinas

22 SOUSA, A.E. e CAVALEIRO, F., *A Exposição Industrial de Belém em 1893*, p. X–XI

23 *Idem*, p. 117

semi-automáticas Boucher de soprar e moldar garrafas, uma revolução na técnica de fabrico, mas que terá funcionado com problemas.

O relativo falhanço da CVA sob a direcção do grupo Burnay levou os antigos acionistas José da Silva Gomes e António Centeno a reabrirem, em 1904, a primitiva fábrica de vidros sob a designação *Empresa da Fábrica de Vidros nas Lobatas*. As duas empresas coexistiam lado a lado, mas concorrentes num mesmo mercado, fundiram-se, em 1909. Ambas continuaram a manter a sua produção autónoma e sem percalços até ao início da I Guerra Mundial.

Outros setores industriais surgiram no concelho: explosivos e cortiça. O primeiro instalou-se em Vale de Milhaços (Corroios). O perigo de explosão levou à construção da fábrica de pólvora naquele local arborizado e pouco povoado, mas com acesso, por estrada de macadame, ao porto do Rouxinol, a partir do qual interagia com Lisboa, o seu porto exportador para as colónias africanas, sobretudo Angola, onde substituía as pólvoras estrangeiras.

A fábrica foi edificada por Libânio Augusto de Oliveira, em 1895²⁴, vendendo-a, no ano seguinte, à firma *Francisco Carneiro & Comandita*, que o manteve como seu diretor técnico.

Em 1897, uma explosão destruiu as oficinas de produção e a fábrica foi reedificada com novo projecto encomendado à *Krupp Grusonwerk*, a empresa alemã fornecedora de toda a tecnologia produtiva.

24 *O Puritano*, 7.º Ano, n.º 555, 03/03/1895, p.2

Um ano depois, foi adquirida pela *C.^a Africana de Pólvora, SARL* (CAP)²⁵, que substituiu a primitiva máquina a vapor por uma outra de maior potência (125 c/v, do fabricante francês Joseph Farcot) em 1900, mais em consonância com a força motriz requerida para o funcionamento da sua maquinaria. Com ela se produziram, em 1911, 300 mil Kg de pólvora, dando trabalho a 70 operários²⁶.

Em 1913, a proibição de venda de pólvora em Angola²⁷ provocou uma crise que implicou o seu funcionamento irregular, com despedimentos.

O setor corticeiro surgiu, no distrito de Lisboa, na década de 1880. Em 1900, contava com 43 empresas. Das firmas criadas no concelho²⁸, a *Salvador Antão* (1904), a *Arps & C.^a Lda* e a *E. Jeremias & C.^a Lda* (1914)²⁹, organizaram a sua produção em função da exportação de prancha de cortiça, a tendência predominante na época³⁰. Só a empresa catalã *L. Mundet & Sons*, que se instalou no Seixal (1905)³¹,

25 EMS; Fundo Sociedade Africana de Pólvora. Escritura de constituição da *Companhia Africana de Pólvora*, de 08 de Novembro de 1898.

26 Boletim do Trabalho Industrial, n.º 73 – Informações estatísticas sobre a indústria dos explosivos em 1911, p.7.

27 *Idem*, p. 5. Esta proibição estaria relacionada com as medidas de controlo, num período militarmente activo, em que se procurava fazer a chamada “Pacificação de Angola”.

28 AFONSO, Fátima, *Levantamento e identificação de unidades industriais da cortiça no concelho do Seixal: dados para a história da indústria corticeira na Margem Sul do Estuário do Tejo*, p. 3.

29 Em 1914, ambas as empresas estavam em laboração. AHMS; ACS/D/B/01/ Lv 064

30 PERDIGÃO, Azeredo, *A indústria em Portugal*, p. 145.

31 7.º Cartório Notarial de Lisboa. Notário David José Leandro Duarte Ribeiro. Escritura de compra de 29 de Agosto de 1905. Livro de Notas para escrituras diversas, n.º 938, fls. 104V–106.

associou à preparação da prancha de cortiça, o fabrico de rolhas, discos e papel de cortiça para filtro dos cigarros, mercê da ramificação dos negócios familiares que estendera até aos EUA.

Havia ainda os setores com herança em períodos passados. O setor da cerâmica de construção surgiu, em novos moldes, na *Empresa Cerâmica de Lisboa* (1903)³² e na Orey, Antunes & Comandita (1908)³³, que estabeleceram fábricas nas proximidades de Coina.

No setor dos curtumes havia 3 oficinas, uma na Arrentela e duas no Seixal. A primeira provinha do último quartel do séc. XIX e continuava na posse de Ayres da Silva. As outras duas, que fabricavam também sola, pertenciam a Manuel Joaquim Brito e a António Martins Coelho, premiado na Exposição Industrial de Belém de 1893. Outras tantas fábricas de sabão existiam no Seixal, embora só 2 estivessem em funcionamento.

Sete proprietários de estaleiros de construção/reparação naval, requereram, em 1904, a renovação das licenças camarárias para a ocupação de pequenas faixas de praia, onde exerciam a atividade³⁴, mas o Anuário de 1908 eleva esse montante para 17. De

32 AHMS; ACS/D/D/02/Lv 002 – Livros de Registos de Diplomas, Alvarás e Cartas de Nomeação (1875–1937), Alvará de 23 de Março de 1904. No novo processo de fabrico, misturava-se areia com cal e, sob a ação do vapor, produzia-se uma pasta com que telhas e tijolos se moldavam à prensa, indo secar em autoclaves alimentadas pelo vapor.

33 *Anuário Comercial Português*, 1908.

34 AHMS; CMS/B/A/03/Lv 012 – Livro de actas de sessão da Câmara, sessão ordinária de 10 de Outubro de 1904, fl. 285–286.

qualquer modo, os estaleiros eram, em 1904, a principal fonte de receita camarária³⁵.

A indústria de seca de bacalhau teve um crescimento acentuado. De 1903 a 1908, na Ponta dos Corvos, estabeleceram-se 5 empresas pertencentes a armadores de pesca na Terra Nova. Ao fazê-lo, conjugaram a redução dos direitos fiscais sobre a pesca e comércio do bacalhau (1901) e as condições naturais favoráveis a esta indústria: abundância de água e de sal³⁶, boa exposição solar e ventos propícios a uma boa seca³⁷.

As unidades de preparação e seca de bacalhau tinham uma estrutura funcional semelhante: armazéns de peixe verde e seco, parques de lavagem e recinto de secagem ao ar livre³⁸.

O setor moageiro continuava o seu esforço de adaptação à mecanização pelo recurso à energia do vapor e à diversificação de produtos, sem, no entanto, conseguir escapar ao processo de concentração em curso. O Moinho do Breyner constitui um bom exemplo. Explorado pela firma *Miguéis & Filho*, em 1901, tinha instalado a moagem a vapor³⁹, 4 anos mais tarde, possuía maquinaria para o

35 *Ibidem*, fl. 285–286.

36 Em 1915, José A. Almeida Lima ainda fazia exploração de sal na Quinta da Palmeira, Paio Pires (*Anuário Comercial Português*, 1915).

37 LEONE, João Carlos de Oliveira, *Duas palavras sobre o commercio marítimo em Portugal*, 1902, p. 24.

38 Também incluía as instalações destinadas ao pessoal que era recrutado para os trabalhos nas secas, e que em grande parte vinha de fora.

39 *Jornal Sul do Tejo*, 1901, 1.º ano, n.º 4, p.4.

fabrico de massas⁴⁰, mas, em 1911, já estava integrado na *Nova Companhia Nacional de Moagens*⁴¹.

Processo semelhante ocorreu com o Moinho Novo dos Paulistas, da Fábrica de Massas de Cesário Castor Melleiro, que, em 1907, também transitou para a alçada da mesma companhia de moagens⁴².

Manuel Joaquim de Oliveira, proprietário do moinho de Corroios, rendeiro dos moinhos da Torre e da Passagem⁴³ e também negociante de cereais conseguiu manter-se autónomo, por algum tempo.

O período em análise nada teve de catastrofista na indústria do concelho. Passado o início da década de 1890, as indústrias instaladas animaram-se e novos setores se implantaram na década seguinte. Só a moagem de cereais estava em reestruturação. A CLA realizou avultados investimentos em maquinaria tal como os acionistas da fábrica de pólvora. A CVA introduziu inovações tecnológicas no fabrico de garrafas.

1.4. DO FIM DA I GUERRA À DITADURA MILITAR

A I Guerra Mundial e suas sequelas teve efeitos contraditórios na indústria do concelho, sobretudo depois de 1919. Por um lado, proporcionou o aparecimento e crescimento da indústria de conservas

40 Boletim do Trabalho Industrial, n.º 2 – Relatório anual da 3ª Circunscrição, 1905, p. 66.

41 FERNANDES, Alberto do Couto – Farinhas, Moinhos e Moagens, p.241.

42 *Ibidem*, p.241.

43 AHMS; Correspondência Recebida, 1907, 19 de Agosto.

de peixe, a consolidação do setor corticeiro, por outro, dificuldades significativas nas principais fábricas/setores industriais.

A CLA que, até àquela data, se manteve como uma das principais contribuintes fiscais⁴⁴, nos anos 20 viu-se atingida pela crise. Por quebras nas vendas, reduziu a semana de trabalho para três dias⁴⁵ subaproveitando a capacidade tecnológica instalada e ao chegar a 1930, os encargos de exploração, mas sobretudo os juros dos empréstimos contraídos, originavam elevados prejuízos⁴⁶.

Também eles terão afetado a pequena *Fábrica de Lanifícios da Amora*, de cariz predominantemente manufactureiro (14 teares manuais de um total de 18)⁴⁷, propriedade da *Cruz, Arraiano & C.^a*. O setor têxtil enfraqueceu no pós-guerra.

A CVA viveu tempos de tal modo conturbados, que encerrou a laboração. Logo no início da guerra (verão de 1914) a fábrica parou, porque o preço do carvão subira, e a «situação era de um grande stock e de pequenas vendas» (Barosa, 1996:513) O mercado da garrafaria encontrava-se deprimido. Em 1917, o grupo Burnay vendeu os 50% de capital que detinha na sociedade.

Em finais de 1918, os conflitos laborais agudizaram-se, a fábrica paralisou⁴⁸, recorrendo à intervenção policial e à dispersão

44 AHMS; CMS/C/A/02/Cx011.

45 AHMS; ACS/D/B/01/Lvo82, 15 de Outubro de 1924.

46 AHMS; ACS/D/B/04/Cx035, 29 de Junho de 1931.

47 AHMS; ACS/C/C/01/Cx.002 – Documentos relativos a licenças para o exercício de actividades públicas (1904–1932).

48 *A Voz da Amora*, 5 de Janeiro e 1 de Junho de 1919.

dos operários por outras fábricas de vidro do país⁴⁹. Em 1919, contava com 700 trabalhadores⁵⁰.

No pós-guerra não recuperou a antiga importância e, em 1925, estava em franco declínio, em virtude de as vendas terem diminuído mais de 90%⁵¹. Dois anos depois, os seus bens de equipamento, avaliados 1.500 contos, estavam em leilão⁵².

A CAP, a quem continuava vedada a venda de pólvora em Angola, viu agravada a sua situação financeira optando pela dissolução, em 1920, e a venda da fábrica a Armando L. Rodrigues e a Francisco Camelo (1921), que criou a *Sociedade Africana de Pólvora, Lda* (SAP) (1922)⁵³. Esta sociedade obteve autorização do Estado para o comércio da pólvora em Portugal em alternativa ao mercado colonial.

Uma outra fábrica de pólvora negra foi instalada no C. Marinha (Amora), em 1918⁵⁴. Dois anos mais tarde, o seu proprietário, Artur de Sousa, registou-a como *Sociedade Industrial Lusitana*, enveredando, em 1927, pela produção de pólvora branca⁵⁵.

49 Campo Arqueológico da Amora – Fase preparatória – Conclusões, Setembro de 1982.

50 *A Voz da Amora*, n.º 63, 16 de Fevereiro de 1919, p.1.

51 AHMS; CMS/C/A/02/Cx025, 11 de Setembro de 1925.

52 *O Seixalense*, 30 de Janeiro e 12 de Junho de 1927.

53 EMS; Fundo Sociedade Africana de Pólvora. Escritura de constituição da Sociedade Africana de Pólvora, de 11 de Julho de 1922.

54 Alvará de Licença do Ministério do Interior, n.º 164 de 26 de Janeiro de 1918. Documento reproduzido. Acessível no EMS/CDI.

55 Alvará de Licença do Ministério do Comércio e das Comunicações, n.º 200 de 26/05/1927. Documento reproduzido. Acessível no EMS/CDI.

Também os setores do sabão, da construção/reparação naval e da moagem decaíram. O número de saboarias manteve-se, mas mudaram de proprietários, sinal, provável, de que não tinham resistido à concorrência da CUF, empresa preponderante do setor. O número de proprietários de estaleiros diminuiu para 6 e alguns trocaram o Seixal por outras localidades ribeirinhas.

Os moinhos continuaram a perder importância. Até o moinho de Corroios, propriedade do maior industrial moageiro do concelho em 1919, reduziu a atividade e foi encerrado em 1930. O Moinho do Breyner, apesar de integrado na *Nova Companhia Nacional de Moagens*, foi transformado em *Fábrica Nacional de Grudes, Pelos e Adubos*⁵⁶.

O setor da cortiça estava em franco crescimento. Três fábricas concentravam 603 operários, montante só superado, na margem sul, por Almada (908), onde existiam 15 estabelecimentos industriais⁵⁷.

A *Mundet* venceu a sua preponderância com a abertura de uma sucursal na Amora (1917)⁵⁸ para o fabrico de vedantes, cujas instalações ampliou (1926). Alterou a sua natureza jurídica para sociedade anónima por quotas (1922), passando a denominar-se *Mundet & C.^a Lda* e aumentou o seu capital social⁵⁹. Diversificou a gama de produtos fabricados e exportados.

56 AHMS; ACS/C/C/02/Cx 002 – Processo para concessão de alvará de licença à *Fábrica Nacional de Grudes, Pêlos e Adubos, Lda*, 1920.

57 AFONSO, Fátima, *Levantamento e identificação de unidades industriais da cortiça no concelho do Seixal: dados para a história da indústria corticeira na Margem Sul do Estuário do Tejo*, p. 3.

58 *A Voz d'a Amora*, 7 de Janeiro de 1917.

59 EMS, Fundo Mundet.

A corticeira *Wicander*, de origem sueca, e com fábrica em Sines, ter-se-á instalado no Seixal (1916)⁶⁰, adquirindo as fábricas da *E. Jeremias* e da *Arps*. Três anos depois, empregava 177 operários na preparação da cortiça e na produção de rolhas e quadros.

No pós-guerra, a *Mundet*⁶¹ e a *Wicander* protestaram contra o aumento do imposto sobre os produtos enviados para fora do concelho, mas a redução dos lucros não pôs em causa a sua sobrevivência.

Entre as pequenas empresas corticeiras de capitais portugueses que surgiram, afirmou-se a *C.^a de Agricultura de Portugal*, que instalou, no Seixal, uma fábrica de preparação e transformação de cortiça (1920).

O setor alimentar continuou representado pelas secas de bacalhau (2 novos estabelecimentos) e pelas conservas de peixe. Este sub-setor surpreende pelo elevado número de unidades industriais (6) que atraiu à Amora e ao Seixal em 1917/18. Duas das conserveiras já possuíam fábricas noutras localidades e marcas registadas. Os documentos deixam antever que a maioria estava mal apetrechada tecnologicamente, sem condições de higiene e segurança, e que somente o contexto de guerra as viabilizou.

Passada essa época e com ela a necessidade premente de alimentar milhares de bocas, emergiu a sobre capacidade de produção instalada, conduzindo ao seu encerramento, exceto a *Almeida & Pólvora, Lda.*⁶²

60 Ofício expedido pela Administração do Concelho ao proprietário da firma *C.G. Wicander*, 22/11/1916. Documento reproduzido. Acessível no EMS/CDI.

61 AHMS; CMS/C/A/02/Cx025, 14 de Setembro de 1926.

62 AHMS; ACS/D/B/04/Cx029, 3 de Março de 1920.

De 1915 a 1926, a indústria da cal ganhou destaque, em paralelo com a urbanização crescente das localidades à volta de Lisboa. Na Amora, os fornos de cal pertenciam às sociedades *Casimiro José Sabido & Irmão* e à *Sociedade Industrial Lusitana*⁶³ e, em Paio Pires, a 2 proprietários em nome individual, nomeadamente José O'Neil Pedrosa que, em 1920, tinha em construção 2 fornos para telha e tijolo e 3 de cal⁶⁴.

Da ditadura militar ao final da II Guerra Mundial

Os problemas e dificuldades que atingiram a maioria das indústrias concelhias na pós-guerra, prolongou-se pelo início da década de 1930, refletindo os efeitos da Grande Depressão de 1929.

Dificuldades de escoamento da produção provocaram a queda dos preços dos produtos arrastando a diminuição do lucro das empresas, os despedimentos, a redução do tempo de trabalho e a consequente redução salarial. A crise económica transformou-se em crise social, afectando também os rendimentos das finanças locais na medida em que os empresários invocando a crise que os afectava, requeriam a redução dos impostos.

A evolução da conjuntura económica internacional e as medidas tomadas pelo governo, nomeadamente a Lei do Condicionamento Industrial e a organização corporativa de alguns setores debelaram a crise

63 AHMS; CMS/C/A/02/Cx023.

64 AHMS; Livro de Registos de Diplomas, Alvarás e Cartas de Nomeação (1875–1937), 16 de Dezembro de 1920.

e reanimaram a economia. Criaram-se 26 novas empresas e surgiram novos setores industriais: bebidas, tintas, resinas e adubos orgânicos.

As empresas de lanifícios, além do condicionamento industrial estabelecido para o setor (1928), beneficiaram do reforço dos direitos alfandegários sobre os tecidos de lã estrangeiros (1929) e da criação da Federação Nacional dos Industriais de Lanifícios (1936), conseguindo sobreviver e contribuir, em 1938, para a “redução de 62% no valor e de 70% na quantidade das importações de tecidos estrangeiros, substituídos pela produção nacional» (ROSAS, 1986: 172).

Igualmente protegidas pelo condicionamento (1931) e pela cartelização corporativa, que limitava a concorrência setorial, as empresas corticeiras de maior dimensão aplicaram os seus lucros na construção de novos edifícios e intensificaram a mecanização do processo produtivo.

A *Mundet* (detentora de 6 fábricas) alargou o recinto de armazenagem de cortiça, remodelou a oficina de lavagem de rolhas⁶⁵, melhorou a serralharia no Seixal; e na Amora (1935) edificou 3 novos barracões⁶⁶, para produzir discos, bóias e palmilhas.

A *Wicander* cujos mercados englobavam apenas o norte da Europa e a América, em 1937, continuava em crise, laborando com redução de pessoal⁶⁷.

65 AHMS; CMS/C/A/04/Cx013 – Ofício da *Mundet & C.ª Lda* ao Presidente da Comissão Administrativa do Concelho do Seixal, 02/12/1929.

66 AHMS; CMS/C/A/05/Lv003 – Livro de Registo de Entrada de Requerimentos (1928–1935), 25/10/1935.

67 Direção Geral da Indústria; Relatório da 3.ª Circunscrição Industrial, 1937.

Apesar da crise, esta empresa (1940) alinhou ao lado da sua congénere, a *Mundet* (1939), na construção de um posto de transformação de energia elétrica⁶⁸, substituindo-a ou associando-a à produção de electricidade nas próprias instalações, ficando aptas a intensificar a mecanização do trabalho.

A *C.^a de Agricultura de Portugal* não seguiu esta orientação, embora tivesse edificado uma central elétrica privada (1930)⁶⁹.

Concorrendo com estas empresas e apesar das limitações impostas pelo Condicionamento Industrial à criação de novas unidades produtivas, a firma *Produtos Corticeiros Portugueses, Lda.* instalou-se na Amora (1935)⁷⁰, especializando-se no fabrico de discos. O aumento rápido do volume de negócios transformou-a numa das principais fábricas corticeiras do concelho, em 1940⁷¹. Nesse ano, comprou uma grande quantidade de terreno para a construção de oficinas e armazéns⁷².

A evolução desta indústria no Seixal condiz com a ilação de F. Rosas para o conjunto do país: «entre 1930 e 1940 o número de fábricas [de cortiça] mais do que duplica e o de operários passa de cerca de 9.000 para mais de 20.000» (ROSAS, 1983: 177).

68 A *Sociedade de Electrificação Rural e Urbana* (SEUR) estabeleceu-se no Seixal, em 1934.

69 *O Seixalense*, 6.º Ano, n.º 128, 25/05/1930, p.1.

70 *O Seixalense*, 11.º Ano, n.º 203, 01/03/1936, p.1.

71 Ofício do Presidente da CMS a António Montês, 8/03/1940. Correspondência expedida pela Administração. Documento reproduzido. Acessível no EMS/CDI.

72 AHMS; CMS/C/A/05/Lv005 – Livro de Registo de entrada de Requerimentos (1938–1940), 24/02/1939.

Mas ao invés do que era comum no país, no concelho do Seixal, em 1935, não existia qualquer “fabrico”⁷³ – unidade produtiva de cariz familiar. Durante a 2.^a Guerra Mundial assistiu-se ao seu retorno, fundando-se 2 no Seixal.

Das 4 sociedades corticeiras então criadas, só a firma *Abastecimentos Intercontinentais de Cortiça, Lda* (1945) dedicada à trituração de cortiça teria alguma dimensão. As novas unidades produtivas não representaram uma ameaça concorrencial para as maiores empresas corticeiras, que aumentaram e diversificaram a sua capacidade produtiva. A *Mundet* alugou as instalações da antiga *C.^a de Agricultura de Portugal* e a *Wicander* introduziu o fabrico de aglomerados compostos. Investiram em obras sociais, construindo, esta última, refeitórios e casas de habitação para o seu pessoal técnico e a *Mundet*, a Casa da Infância, que inaugurou (1943) com a presença do chefe de Estado.

A reorganização da indústria conserveira, iniciada em 1928 com o seu condicionamento, favoreceu a fábrica de conservas *Pólvora Lda*. Em 1935, a empresa ampliou e modernizou a fábrica, introduzindo a secção de vazio (fabrico de embalagens) e novos equipamentos para a produção de 4 milhões de latas de conservas de peixe⁷⁴.

Embora a indústria resinera estivesse condicionada desde 1927, terá sido o crescimento exponencial das exportações de resina (390%) de 1928 a 1938, causado pela guerra civil de Espanha e a suspensão

73 AHMS; ACS/D/B/01/Lv. 097 – Ofício do Administrador do concelho ao Director do Instituto Nacional de Estatística, 29/11/1935.

74 *Voz do Seixal*, n.º 173, 01/12/1935, p.2.

de compras da Alemanha aos EUA, que justificou a construção de uma fábrica de transformação de resina na Amora (1941–43).

Em 1938, constituíra-se a *Empresa Resineira do Sul, Lda*, sob a égide da firma *Resinagem Nacional, Lda* (com experiência no setor) para o comércio e destilação de resinas⁷⁵, rentabilizando a exploração dos pinhais do sul do país. Alguns anos depois, a fábrica transitou para a *União Resineira Portuguesa*.

Ainda no ramo químico, a SAP iniciou o fabrico de chumbo granulado para cartuchos de caça (1937)⁷⁶; a *Sociedade Portuguesa de Explosivos, Lda* (SPEL) (1928), herdeira da *Soc. Industrial Lusitana, Lda*, registou a seu favor o alvará de licença de pólvora branca⁷⁷ e a fábrica de tintas *Alvamar* instalou-se na Arrentela (1934).

Dentro do ramo alimentar, na década de 1930 estabeleceu-se, no Seixal, uma fábrica de refrigerantes⁷⁸ e requereu-se licenciamento para outras 2, o mesmo acontecendo em 1943.

Também a *Lisbon Fresh Water Suplly, Ltd* procedeu à abertura de um poço e à construção de um depósito de água na Amora (1936)⁷⁹ para a captação e armazenagem de água destinada ao abastecimento de navios atracados no porto de Lisboa.

75 *Voz do Seixal*, 01/02/1939, p.3. Escritura de constituição da *Empresa Resineira do Sul, Lda*.

76 *Voz do Seixal*, 11.º Ano, n.º 206, 30/04/1937, p.3.

77 Alvará de licença do Ministério do Comércio e Comunicações. Averbamento de 21/02/1929. Documento reproduzido. Acessível no EMS/CDI.

78 *Correio do Seixal*, 4.º Ano, 24/06/1931, p.2.

79 AHMS; CMS/C/A/05/Lv 004 – Livro de Registo de Entrada de Requerimentos (1935–1938), 05/03/1936 e 24/04/1936.

Quatro novos estaleiros se juntaram a outros 4 de proveniência anterior, destacando-se os Estaleiros Venâncio, fundados na Amora (1933)⁸⁰ e ainda em atividade.

A firma *Jerónimo Pereira Campos Filhos* (Seixal) fabricava telhas e tijolos e a *Soc. Industrial Lusitana* construiu um forno para a produção de cal.

A firma *A. Silva & Silva* (1943), com atividade comercial conhecida desde a década de 1930⁸¹, construiu e equipou oficinas de serração e carpintaria mecânica⁸², no Seixal. Consolidou a atividade industrial lançando-se na realização de empreitadas de construção civil⁸³. Outros 3 empresários estabeleceram oficinas de serração e um outro montou uma serralharia.

A *Sociedade Industrial Alegria, SARL*⁸⁴ e a *Sereia – Fábrica de Adubos Orgânicos, Lda*, instaladas, respetivamente, no Moinho Velho dos Paulistas (1938) e no Moinho do Breyner (1930/31) fabricavam adubos orgânicos e rações para animais. Por pressão da população⁸⁵ e por exigência das autoridades de fiscalização sanitária⁸⁶ modernizaram os

80 NABAIS, António J., *História do Concelho do Seixal: Cronologia*, p. 92

81 Entrevista de Carlos Carrasco e Fernanda Ferreira (EMS) a José Silva, 24/03/2003.

82 *Diário Popular*, 30/07/1945.

83 AHMS; CMS/C/A/05/Lv 005 – Livro de Registo de entrada de Requerimentos (1938–1940), 04/11/1939.

84 EMS/CDI; Correspondência da Administração, 04/03/1938; Edital, Outubro 1938.

85 Ofício da Junta de Paróquia de Arrentela ao Administrador do Concelho, 08/05/1930. Documento reproduzido. Acessível no EMS/CDI.

86 Ofício da firma *Sereia – Fábrica de Adubos Orgânicos, Lda* ao Administrador do Concelho 05/01/1933. Documento reproduzido. Acessível no EMS/CDI.

seus equipamentos reduzindo o mau cheiro e “emanações insalubres” oriundas de animais doentes, utilizados como matéria-prima.

Do pós-guerra II Guerra à década de 1960

Este período é marcado pela introdução no concelho da indústria siderúrgica e pela expansão da indústria química, duas indústrias de base, que, então, constituíam a aposta de modernização do setor industrial e de aceleração do crescimento económico do país.

A implantação da *Siderurgia Nacional, SARL* (SN), em Paio Pires⁸⁷, teve um significado nacional. O início da laboração em 1961, com a garantia do Governo, aos acionistas, do exclusivo de fabrico de gusa e aço, por 10 anos, tinha como objetivo a auto-suficiência do país em produtos siderúrgicos, uma das mais importantes importações nacionais. O impacto a nível laboral fez-se sentir de imediato na contratação de 3.000 trabalhadores, além dos efeitos de arrastamento sobre outras indústrias dependentes da metalurgia do ferro.

A *Unisotra - Sociedade Fabril de Matérias Plásticas, SARL* instalou-se no Seixal, em 1946/47. Os seus sócios⁸⁸, compreendendo a enorme versatilidade do plástico, foram diversificando a produção. Aos expositores para montras, bengalas para chapéus, faróis

87 O complexo fabril, parcialmente edificado em antigos terrenos agrícolas, ocupava uma área de 2,6 milhões m². Envolvendo uma grande componente tecnológica, requereu avultados investimentos da sociedade mista de capitais públicos e privados, presidida por António Champalimaud. CARRASCO, Carlos, CURTINHAL, Elisabete, FILIPE, Graça, «A Siderurgia – Um património nacional», in *Revista História*, n.º 60, Ano XXV (III Série) Out. 2003, p.62–64.

88 Henrique Sommer Champalimaud, Gordan Bailony e Luís da Costa Ivens Ferraz.

para carros e bóias para a pesca, produzidos numa primeira fase, acrescentaram o fabrico de brinquedos e artigos de utilidade doméstica, e, por fim, a produção de tubos de plástico com aplicação na construção civil, saneamento básico e abastecimento de água.

A qualidade dos tubos plásticos, comprovada pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil, justificou a construção de uma nova fábrica na Cruz de Pau (Amora), equipada com tecnologia alemã. Com ela, a *Unisotra* obteve um acréscimo de 58% no valor das vendas no biénio 1956–58, satisfazendo encomendas no mercado nacional e colonial e ocupando cerca de 150 trabalhadores, no início da década de 1960.

A *Quicor – Química Corticeira, Lda*, dedicada ao aproveitamento dos ácidos gordos extraídos da cortiça a transformar em cera de cortiça e suberoline, representava a novidade no setor corticeiro. Uma ideia em aprofundamento no Laboratório de Estudo e Ensaio da Cortiça⁸⁹.

A existência da *Quicor* foi, contudo, curta (1949/52). Dificuldades de escoamento da produção, instabilidade dos preços, fraca qualidade da matéria-prima e deficiências a nível tecnológico⁹⁰ justificaram o seu desaparecimento.

A *Socer – Sociedade Comercial de Resinas, SARL*⁹¹ ampliou as instalações da fábrica de resinas da Amora.

89 *Tribuna do Povo*, 11.º Ano, n.º 244, 15/01/1961, p.1–2.

90 *Tribuna do Povo*, 11.º Ano, n.º 244, 15/01/1961, p.1–2.

91 A *Socer* resultou da fusão da *União Resineira Portuguesa* com a *Companhia de Produtos Resinosos* e a *Companhia Industrial Resineira*, em 1953. *Livro de Ouro dos 100 mais da Exportação Portuguesa*.

Além dos novos setores, o tecido industrial concelhio consolidou-se nas áreas industriais já implantadas, destacando-se a indústria de preparação e transformação da cortiça, à qual cabem 13 empresas num total de 40 listadas para este período.

Era grande a diversidade entre elas. Duas eram “oficinas de trabalho familiar” denotando a aplicação de pequenos capitais. Outras duas, com experiência na preparação de cortiça, transferiram-se para o concelho do Seixal⁹². A *Sociedade Corticeira Concorco, Lda* (que mantém atividade industrial) fabricava granulado de cortiça, bastões e discos de cortiça aglomerada⁹³. Duas fabricavam quadros e rolhas ou quadros e aparas; e três fabricavam um só produto: aglomerados hidráulicos⁹⁴, granulados de cortiça e discos. Três eram as grandes empresas já conhecidas: *Mundet*, *Wicander* e *Queimado & Pampolim, Lda* na sequência da sociedade *Produtos Corticeiros Portugueses*.

No final da década de 1950, evidenciam sinais de sentido oposto. A *Mundet*, evidenciando dificuldades em colocar no mercado a produção de rolhas e discos, pôs termo ao arrendamento dos armazéns da Quinta da Trindade. Pelo contrário, a *Queimado & Pampolim* e a *Wicander* expandiram as suas instalações, construindo, ampliando ou remodelando antigos edifícios. Nesta última, a ampliação do

92 Boletim da Direcção-Geral da Indústria, n.º 531 de 12/11/1947.

93 Esta fábrica ocupou as instalações da firma *Abastecimentos Intercontinentais de Cortiça*, em Santa Marta de Corroios. Boletim da Direcção-Geral dos Serviços Industriais, n.º 537, 15/04/1959.

94 CMS; Divisão Administrativa de Urbanismo, Processo de Obras n.º146/B/48.

edificado fabril deveu-se à instalação de maquinaria para o fabrico de rolhas, juntas e cunhas para sapatos em cortiça aglomerada⁹⁵.

Outros setores continuavam em consolidação. A SAP associou ao fabrico de pólvora a produção de rastilho⁹⁶. A SPEL, que se transferiu para Santa Marta de Corroios (1953) depois da explosão que destruiu as instalações na Amora, produzia explosivos de aplicação civil⁹⁷ e militar⁹⁸.

No setor alimentar, a *Fábrica de Refrigerantes S. Pedro*, instalada no Seixal e explorada por José P. Ferrão, admitiu novos sócios (1959)⁹⁹, estendendo a clientela para lá dos limites do distrito de Setúbal. Manuel Rego de Almeida alterou o pedido de licenciamento de uma fábrica de refrigerantes, do Seixal para a Amora.

A *Lisbon Fresh Water* construiu um novo depósito de água, que comportava 300 m³ de água¹⁰⁰. A *Sociedade da Quinta da Atalaia, Lda* abriu 2 poços de 4m de diâmetro e edificou 3 reservatórios subterrâneos e um cais de acostagem¹⁰¹. Reforçou-se a capacidade de

95 O pedido de autorização de instalação de equipamentos mencionava 10 máquinas de rabanear, 25 brocas a pedal, 15 máquinas de lixar cabeças de rolhas, 8 garlopas, 3 máquinas de espaldar cortiça para sola e 1 triturador de cortiça. Boletim da Direcção-Geral da Indústria, n.º 482, 04/12/1946.

96 A empresa recebeu autorização para instalar a oficina de fabrico de rastilho, em 1939, embora só o tenha feito na década de 1940. Boletim da Direcção-Geral de Indústria, n.º 76, 22 Fevereiro de 1939.

97 *Tribuna do Povo*, 12.º Ano, n.º 267, 14/01/1962, p.2.

98 *Tribuna do Povo*, 11.º Ano, n.º 243, 01/01/1961, p.7.

99 A *Fábrica de Refrigerantes S. Pedro, Lda* dava continuidade ao licenciamento atribuído a Ângelo Rodrigues Valgôde (1943).

100 CMS; Divisão Administrativa de Urbanismo, Processo de Obras 97/B/52.

101 CMS; Divisão Administrativa de Urbanismo, Processo de Obras 148/B/48.

abastecimento dos navios que demandavam o porto de Lisboa em consonância com o crescimento do comércio internacional.

A *Sociedade Lisbonense de Pesca de Bacalhau* – uma das secas em atividade na Ponta dos Corvos – pretendia aumentar as instalações (1959).

Edificaram-se os lagares de azeite de André de Matos (1949)¹⁰² e o do Grémio da Lavoura de Almada e Seixal (1958)¹⁰³, que foram mecanizados.

O setor têxtil perdeu a *Fábrica de Lanifícios da Amora* e a CLA, que, além dos tecidos de lã, confeccionava mantas de viagens e cobertores, reduziu, para 150, o número de trabalhadores¹⁰⁴.

A *Fábrica de Têxteis Artificiais, SARL* apesar das dificuldades de instalação entrou em funcionamento (1947/8). Verticalizou a produção introduzindo a secção de fiação. Também possuía secção de tinturaria e estampanaria¹⁰⁵, equipadas com tecnologia estrangeira. Em 1956, podia fabricar diariamente 38.500 metros de tecido¹⁰⁶, que vendia em Portugal e nas colónias africanas.

O surgimento de novas empresas industriais e os trabalhos de construção da SN atraíram novos trabalhadores ao concelho refletindo-se na evolução demográfica. De 1940 a 1960 houve um acréscimo de 8.000 habitantes, atingindo, naquele último ano, 20.470

102 CMS; Divisão Administrativa de Urbanismo, Processo de Obras 13/B/49.

103 AHMS; CMS/B/A/03/Lv045 – Acta da Reunião Ordinária de Câmara de 06/06/1958.

104 Tribuna do Povo, 5.º Ano, n.º 97, 05/12/1954, p.8.

105 Boletim da Direcção-Geral dos Serviços Industriais, 2.º Ano, n.º 88, 06/09/1950.

106 *Jornal do Comércio*, 30/12/1956.

pessoas¹⁰⁷. Para evitar a falta de habitações, a vereação deliberou licenciar todos os projectos aprovados antes da publicação da Lei n.º 2.099. O impacto da urbanização crescente fez-se sentir nos subsectores industriais ligados à construção civil, fazendo surgir: 2 fábricas de tijolos, 2 oficinas de cantaria e 2 de serração e polimento de mármore, 2 fornos de cal, 4 serrações, 1 carpintaria, 1 serração e carpintaria, 1 oficina metalúrgica e 1 serralharia. Só 5 destas unidades industriais pertenciam a sociedades, sendo uma delas a firma *A. Silva & Silva*, que com a fábrica de tijolo¹⁰⁸ fortalecia a sua presença no setor.

Conclusão

De 1831 a 1961, foi grande a diversidade das indústrias que se instalaram no concelho do Seixal, mercê, sobretudo, da acessibilidade proporcionada pelo rio Tejo e da proximidade do porto de Lisboa, concentrando-se no arco ribeirinho Seixal–Arrentela–Amora.

Predominaram as empresas de pequena dimensão, mas as de maior relevância, excetuando a *C.ª de Vidros na Amora*, mostraram grande resiliência, e perduraram até ao final da década de 1980 ou para além dela. Fundadas com o fim de substituir produtos importados (menos as corticeiras e conserveiras), nasceram da aplicação de capitais nacionais privados ou associados a fundos públicos (SN). Dependiam, no entanto, da tecnologia e dos combustíveis

107 *15 Anos de poder democrático (1974–1989)*. Câmara Municipal do Seixal. CMS, p. 34.

108 O Requerimento para a construção desta unidade fabril foi apresentado na Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 10/03/1955.

estrangeiros e, nalguns casos, também da mão-de-obra especializada e de parte das matérias-primas. Debilidades que terão limitado o próprio investimento na indústria

No seu conjunto, a indústria no concelho do Seixal partilhou das grandes tendências da evolução da indústria nacional, tanto no surgimento e sua consolidação, aproveitando as conjunturas favoráveis e as medidas governamentais, como no desaparecimento, participando em processos de ordem geral como o movimento concentracionista a nível das moagens e dos oligopólios nos sabões, que acabaram por pôr termo à sua existência.

Atravessou etapas semelhantes às da industrialização do país. Ao “arranque” tímido dos anos de 1830 seguiu-se uma fase de crescimento lento, mas constante, até à I Guerra Mundial, marcado pela presença crescente da tecnologia do vapor. O abalo provocado pelas sequelas da guerra prolongou-se até início da década de 1930, depois recuperou e afirmou-se à conta do Condicionamento Industrial, da organização corporativa das indústrias e do plano de dinamização da economia materializado no I Plano de Fomento, mediante a construção da SN.

Cem Anos de História da Indústria na Rua do Freixo – Campanhã

1. Introdução

Ao longo dos tempos a localização da indústria, quer se tratasse de pequenas oficinas, quer de fábricas, foi determinada por elementos geográficos e morfológicos, bem como pelas novas infraestruturas e acessibilidades instaladas no espaço urbano. Na cidade do Porto, este aspeto é visível como o pretendemos demonstrar através de uma primeira abordagem de um estudo de caso específico: a rua do freixo, na freguesia de Campanhã.

A rua do Freixo reflete o processo de industrialização próprio de áreas servidas pelo Caminho-de-ferro, junto da Estação ferroviária, somando-se, ainda, a proximidade com, antigas Estradas e o rio Douro – via de acesso de mercadorias e matérias-primas.

O objetivo deste trabalho é expor, ainda que de forma sucinta, o processo de ocupação industrial, desta rua que passará a ter um papel estruturante com o funcionamento da linha férrea (e a sua Estação), estabelecendo a ligação com o centro da cidade, a alfândega, a marginal do Rio Douro e a Estrada da Circunvalação.

Até à década de 70 do século XX, esta rua constituiu uma *montra* do processo de industrialização iniciado em 1860. Nela, encontramos, ainda hoje, relevantes vestígios de edifícios fabris, testemunhos dos ciclos de desenvolvimento industrial ao longo dos últimos cem anos.

1.1. A FREGUESIA DE CAMPANHÃ NO CONTEXTO DE CRESCIMENTO DA CIDADE DO PORTO

A freguesia de Campanhã é delimitada a sul pelo Rio Douro, a Este e a Nordeste pelo município de Gondomar a Oeste pelas freguesias de Bonfim e Paranhos. Integra lugares como as Antas, Corujeira, S. Roque da Lameira, lugar de Contumil, Lomba, Godim, Vila Meã, Formiga, Nôeda, Freixo, S. Pedro, entre outros... A freguesia possui uma área de 8,13 km², o que corresponde a um quinto do território concelhio¹.

A proximidade do rio Douro permitiu a esta zona o desenvolvimento de atividades relacionadas com a agricultura e o comércio flúvio-marítimo. As *Memórias Paroquiais* de 1758, referem-nos a presença de moleiros detentores de 76 rodas que se estendiam ao longo dos cursos de água (rio tinto e Torto). Outra actividade era a pesca, sobretudo, sável e da lampreia. A presença do rio Douro foi determinante para o comércio, por ele fazia-se o transporte de passageiros e mercadorias, principalmente, vinho, cereais, pão e carqueja, e mais tarde, carvão vindo de S. Pedro da Cova, fatores determinantes para a localização da indústria na freguesia.

No século XIX, no seio das concretizações urbanísticas da cidade do Porto será lançado, em 1881, o Plano de Melhoramentos da Cidade, que ditará a ligação do centro comercial da freguesia de Santo Ildefonso com a zona oriental da cidade: Bonfim e Campanhã.

1 MEIRELES, Miguel Ferreira e RODRIGUES, Agostinho Vieira (coord.) (1991), *Campanhã: Estudos Monográficos*. Junta de Freguesia de Campanhã/Câmara Municipal do Porto, p.157.

Novas ruas são construídas, outras prolongadas e regularizadas, permitindo estabelecer, não só, a ligação entre o centro da cidade, através da *estrada do pão* ou de *Campanhã*, como facilitar as ligações com o rio, com a Alfândega e com a Estação Ferroviária de Campanhã².

Em 1875, é inaugurada a linha do Minho entre Campanhã, Nine e Braga e a Linha do Douro até Penafiel, bem como a linha do Porto à Póvoa de Varzim. A Estação ferroviária de Campanhã (inaugurada em 1875), constituiu, a partir de então, um importante núcleo de transporte de mercadorias e passageiros. Em 1877, entra ao serviço a ponte ferroviária Maria Pia e ainda as pontes sobre o Cávado em Barcelos e a Ponte Lima, em Viana de Castelo, permitindo uma articulação regional das linhas férreas. Em 1881, inaugura-se a linha para transporte de mercadorias entre Campanhã e a Alfândega, em Miragaia, e nesse mesmo ano inicia-se a construção da ponte Luíz I para unir o Porto e Gaia. A estes investimentos soma-se a abertura da Estrada de Circunvalação (1895), numa extensão de 16,43 km em redor da cidade e o início em 1884, da construção do Porto de Leixões, estrutura que virá a assumir um importante papel na vocação comercial da região.

Este conjunto de infraestruturas é resultante de uma verdadeira revolução nos transportes que tem o seu início em 1850, com a Regeneração. O seu impulsionador e inspirador é o engenheiro Fontes Pereira de Melo, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria. O dinamismo da política fontista imprimiu a construção

2 PINTO, Ricardo Jorge, *O Porto Oriental no final do século XIX: um retrato urbano*, Porto:

de grandes infra-estruturas, estradas e caminhos-de-ferro, uma rede decisiva para o desenvolvimento urbanístico, comercial e industrial do país, com reflexos nos os principais centros urbanos e suas regiões envolventes.

Do ponto de vista demográfico, a população no Porto aumenta em cerca de 46% entre 1838 e 1864. Este aumento resulta, em grande parte, da população vinda do campo para a cidade atraída pelo dinamismo comercial e industrial da cidade. A população que chega, inicialmente, ocupará os bairros mais antigos da cidade, mas no final do século “(...) começam a fixar-se nos bairros periféricos de Bonfim e Campanhã, na zona oriental (...). Na segunda metade do século, a evolução tecnológica e o crescimento de alguns ramos da indústria levaram à relocalização do emprego industrial, essencialmente em freguesias como Bonfim e Campanhã (...) área do Porto, que cedo adquiriu um carácter marcadamente industrial”³.

Entre 1864 e 1890, as áreas do Porto que registam um maior aumento da população foram as freguesias de Bonfim, Campanhã e Paranhos, fenómeno compreendido à luz do surto industrial, comercial e demográfico que se vive na cidade. No caso da freguesia de Campanhã, em 1864, esta possui 4.286 habitantes, e em 1890 este valor duplica para 9.908 habitantes⁴. Em 1900, Campanhã atinge os 12.707 e, em 1911, atingirá os 17.188 habitantes (ver fig.1: Gráfico com-

3 TEIXEIRA, M. C. (1998), *Habitação Popular na cidade Oitocentista: as ilhas do Porto*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/JNICT.p.19.

4 IBIDEM, p.24.

parativo do crescimento da população), valor, tanto mais significativo quanto a cidade regista um total de 191.890 habitantes. Feitos os cálculos, Campanhã possui, quase, 10% da população da cidade.

Para dar resposta à instalação desta população, nas últimas décadas de oitocentos e inícios de novecentos, surgem novas moradias e prédios. Os terrenos de freguesias, como de Campanhã, serão ocupados por uma “(...) construção “burguesa” das típicas casas oitocentistas forradas a azulejo e ostentando artísticos ferros forjados, adensando-se em torno da Estação do pinheiro, ou nas «ilhas» e «pátios». Quintais e pequenos lotes disponíveis são subdivididos até ínfimas áreas de alojamento, a alugar aos recém-chegados da província em busca de postos de trabalho no comércio e na indústria.”⁵

2. O Freixo: Freguesia de Campanhã

A rua do Freixo, situa-se na freguesia de Campanhã, na vertente sul, via recortada e íngreme que liga a rua do Heroísmo à Estrada da Circunvalação e as margens do rio Douro. Cartografada em 1892 por Telles Ferreira, esta via é descrita na altura da seguinte forma: “(...) Desde o

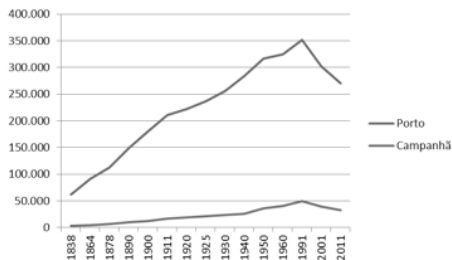


Fig. 1 Gráfico comparativo do crescimento da população do Porto e da sua freguesia de Campanhã, entre 1838 e 2011.

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (1971);

A Cidade do Porto: Súmula Estatística (1864–1968).

Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

5 MEIRELES, M.F.; RODRIGUES, A.V. (Coord) (1991), *Campanhã: Estudos Monográficos*. Porto:

caminho de ferro até à quinta do Esteiro encontram-se as magníficas veigas de S. Roque da Lameira, através das quais se vai projectada a estrada, em boas condições em planta como em perfil. Deste ponto até ao rio começa a descer com declive, superior a 6%, terminando no cais marginal, (...) mesmo junto à fábrica de sabão de Novaes. (...)”⁶

No âmbito do Plano de melhoramentos de 1881, a rua do Freixo será alargada e regularizada⁷, estabelecendo um eixo de ligação entre o centro da cidade, a Estação Ferroviária e o rio Douro. Ela atravessava lugares como Pinheiro de Campanhã, Nôeda, Preza d’Agra, Rego Lameiro junto das margens do rio Douro e ainda o lugar de Esteiro de Campanhã, junto ao rio Tinto. O traçado da rua percorre propriedades da família Novais, transportando-nos desde a rua da Estação até aos caminhos de serventia das quintas históricas que compõem o território da freguesia de Campanhã, em especial a quinta do Freixo, a quinta da Revolta, a quinta do Allen e a quinta da Bonjóia.



*Fig. 2. Traçado da rua do Freixo e povoamento da região envolvente – 1982.
Fonte: Planta Cartográfica de Telles Ferreira 1892. AHMP-CMP.*

6 Direcção das Obras públicas. Estrada da Circunvalação à cidade do Porto. *Peças escritas* D.CMP-02-001. AHMP/CMP

7 PINTO, Jorge Ricardo (2007), *O Porto Oriental no final do século XIX: um retrato urbano*. Porto (1875–1900). Porto: Edições Afrontamento, p.80

2.1. A INDÚSTRIA NO FREIXO – UMA ARTÉRIA DA FREGUESIA DE CAMPANHÃ

A década de 1860 o Porto, reflete as tendências nacionais para um crescimento do sector industrial mais rápido, do que o verificado no setor agrícola⁸. Assiste-se ao nascimento de novas unidades fabris, principalmente no sector têxtil, assim como unidades de carácter oficial: tecelagens, tinturarias, curtumes, velas de sebo, sabão, açúcar, destilação, fósforos, unidades sem grande investimento de capital.

Esta realidade é visível em Campanhã, desde 1860. Jorge Ricardo Pinto no seu trabalho dedicado ao Porto Oriental no século XIX aponta: *“Na área da Formiga/China/Rêgo Lameiro e Presa Velha (perto da rua do Freixo) verifica-se a presença de um conjunto de fábricas (...) que incluem uma saboaria, duas fábricas de Cal e a já referida fábrica de curtumes. A saboaria, de Martins & Alexandrino, emprega seis homens, na sua maior parte galegos. A fábrica de cal do lugar da China tem apenas*



Fig.3. Rua do Freixo e Esteiro de Campanhã em 1892 por Telles Ferreira.

Fonte: Planta Cartográfica de Telles Ferreira 1892 – AHMP/CMP

⁸ ROLLO, M. F., *Engenharia e História: Percursos Cruzados*, p.2. Disponível em: <http://in3.dem.ist.utl.pt>. Consulta em 16 de Outubro 2012.

um concorrente em toda acidade – a Sobrinhos & C^a, no lugar do Ouro – e empregam três operários cada, para lidar com o forno”⁹.

Aqui, encontramos a Companhia de Fiação Portuense, na rua de Montebello, uma tinturaria de algodão no Campo 24 de Agosto, uma unidade de produção de fitas, em São Vitor, com duas oficinas e 12 operários. Encontramos, ainda, uma fábrica de tabacos a *Manilha*, fundada em 1875, na atual rua de Coelho Neto, com 277 operários; e a *Boa-fé*, de Vieira & Irmão, na atual rua de Alves Veiga, fundada em 1865 e com 80 operários. Nesta zona instalou-se, também, uma fábrica de fósforos de Mattos & C^a, uma oficina de produção de bolachas, biscoitos e bolos, na rua de São Lázaro com 11 operários e uma destilação em São Vitor¹⁰, com 3 alambiques e 4 operários. Para elas concorrem um operariado de largas centenas de pessoas que vem alimentar este “motor” do crescimento urbano entre finais do século XIX e inícios do XX.

Já na freguesia de Campanhã e junto aos terrenos da rua do Freixo e sua envolvente, desde 1860 a 1875, que encontramos saboarias, curtumes e destilações. A partir de 1875 com a abertura do caminho-de-ferro, a rua do Freixo será procurada, para a instalação, nem sempre bem sucedida, de refinações de açúcar, depósitos de carvão, cereais, serrações... De acordo com as licenças concedidas, estabelecem-se moagens, uma unidade de lavagem de lãs, uma fábrica de

9 PINTO, Jorge Ricardo (2007), *O Porto Oriental no final do século XIX: um retrato urbano*. Porto (1875–1900). Porto: Edições Afrontamento. p.150

10 *Ibidem*.

louça esmaltada, uma marcenaria a vapor, uma unidade dedicada à produção de garrafas em vidro... Nas primeiras décadas do século XX, soma-se uma Subestação de distribuição de eletricidade, uma Central termoelétrica, e nos anos 40 uma fábrica de carboneto de cálcio.

Podemos afirmar que a indústria que se instala nesta parte da cidade vem à procura de terrenos disponíveis, atravessados por linhas de água (rio tinto e torto, águas da Presa d'Agra), mas vem, sobretudo, à procura da linha férrea como meio de transporte de matérias-primas e mercadorias.

2.2. CURTUMES, LAVAGEM DE LÃS E SABOARIAS

O tratamento dos couros e curtumes em Campanhã é uma atividade com grandes tradições, utilizando desde cedo as suas linhas de água para o processo de curtimenta dos couros. Em 1861, encontramos junto ao rio Tinto uma unidade de curtumes que já empregava o vapor¹¹, fato que a diferencia num sector, tradicionalmente muito arcaico, nas suas técnicas e métodos.

Mais tarde, nas proximidades do rio Tinto, no lugar do Esteiro de Campanhã, instala-se uma unidade de lavagem de lãs. Sobre este sector devemos recorrer ao Inquérito Industrial de 1881 para a cidade do Porto, onde encontramos a referência de “(...) *quatro*

11 CORDEIRO, J.M.L.(2006), *A Indústria Portuense no Século XIX*. Dissertação de doutoramento em História Contemporânea. Universidade do Minho. p.244

*unidade de lavadores de Lã, possuindo tanques e eiras de seca*¹². Nestas unidades lavavam-se as lãs sujas vindas, sobretudo, de Trás-os-Montes, sendo destinadas à exportação. A fábrica do Esteiro seguia de perto este modelo. Em 1920, o seu proprietário é Henrique Augusto Guedes, encontra-se a construir uma chaminé para a sua fábrica, e em 1932, na sequência de um incêndio, remodelará a fábrica. Estiveram envolvidos neste projeto o engenheiro Jorge Vieira Bastian e o arquiteto Júlio J. Brito¹³.

O negócio da lavagem de lãs, sofrerá, porém, uma forte quebra a partir dos anos 40, obrigando a firma de Henrique Augusto Guedes e Filhos Lda. a investir no fabrico do sabão, construindo, para tal, um novo edifício em 1954¹⁴. Localizada no outro lado da rua do Freixo no n.º 880, (lateral com a Estrada da Circunvalação), a fábrica será explorada pela Socipole, herdeira da marca de sabões SISOL, mantendo-se em laboração até aos nossos dias.

As saboarias escolhem preferencialmente locais com águas e boa exposição solar. Será nos centros urbanos: Lisboa e Porto que ao longo das décadas de 60, 70 e 80 do século XIX vemos nascer novas saboarias na sua maioria produzindo sabão amarelo, rosa, azul ou raiado.

O Freixo foi o terreno escolhido pelos investidores da saboaria, após a abolição do monopólio régio do sabão pela Cortes, em Julho de

12 MINISTERIO DAS OBRAS PUBLICAS, COMMERCIO E INDUSTRIA, *Inquérito industrial*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881. p.195

13 Licença 758/1932. AHMP/CMP

14 Licença 355/1952. AHMP/CMP

1858. Um dos primeiros investidores neste sector será o visconde do Freixo, Joaquim Afonso Vellado que logo em 1858 lançará uma unidade de sabão,“(…) *construiu a sua fábrica de raiz (...), com dois pisos e duas caldeiras a vapor de 10 CV cada e uma máquina que punha em acção uma serralharia e uma bomba onde intervinha directamente em seis caldeiras de ferro aonde se processava a cozedura*”¹⁵. Em 1866 constituirá “(…) *huma sociedade em comandita (...)* que se denominará *Companhia de Saboaria do Porto (...)* e que a *fabricação do sabão será na fábrica do Freixo (...)* a *direcção da fábrica he encarregada a hum socio gerente, que será o outorgante Barão do Freixo (...)* terá a *companhia hum só mestre, salvo porém, se o trabalho exigir hum segundo mestre*¹⁶ (...) *A vizinhança mais próxima da fábrica he a outra fabrica da Boavista e unidade confronta pelo Norte com Maria Pinto, e a sul com a extinta saboaria da Boavista*”¹⁷. Podemos afirmar que esta iniciativa de António Afonso Vellado faz parte do arranque da industrialização do Freixo.

Tendo em consideração os documentos consultados, foi instalada, uma outra saboaria localizada na Quinta do Freixo, que em 1894 passará para a posse da Companhia Aliança Fabril, mais tarde adquirida e remodelada pela CUF – C^a União Fabril, de Lisboa.

Em 1881, o Inquérito industrial de 1881, dá notícia da saboaria de Martins & Alexandrino, no Rego Lameiro que empregava 6

15 ALVES, Jorge F. (1994), *Os Brasileiros: Emigração e Retorno no Porto Oitocentista*. Porto. p. 307

16 Cartório Notarial do Porto, Série Po 1^a, Liv.702. Fundo ADP

17 Autos de requerimento para concessão de licença , nº2075–1971.Fundo ADP

homens, *possuía um mestre galego*¹⁸, produzindo sabão em barra amarelo e raiado. À frente dos destinos desta unidade encontraremos Roque Maria Martins e José Cardoso Lima. Em 1909 mudam as instalações da unidade fabril para a rua do Freixo n^{os} 1333 a 1341, ocupando os antigos armazéns da Real Companhia Velha. Em 1935, realizam sucessivas obras de ampliação e modernização da unidade fabril. Nos anos 60, esta empresa familiar cujo socio maioritário é Cardoso Sampaio Lima, participará na constituição de outras sociedades, mantendo-se sempre no mesmo ramo.

2.3. A INDÚSTRIA DO VIDRO

Localizada também no Lugar de Rego Lameiro, encontramos, nos inícios do século XX, uma fábrica de vidro pertencendo aos proprietários da fábrica de garrafas da Amora, o Concelho de Seixal. Trata-se de uma atividade impulsionada pelo trato do Vinho do Porto, (nos inícios do século XIX já se teria instalado uma unidade nas margens do rio Douro, em Gaia), que virá a instalar-se no Freixo, nas proximidades do rio Douro.

Em 1923, será vendida sob a denominação de *Fábrica de Garrafas Rio Douro*, a Raul da Silva Barbosa e Domingos Almeida, que detinham uma sociedade comercial sob a denominação de Barbosa & Almeida, Ld^a. Em 1930, a Barbosa & Almeida, na sequência da

18 PINTO, Jorge Ricardo (2007), *O Porto Oriental no final do século XIX: um retrato urbano*. Porto Edições Afrontamento. p.150

entrada de novos sócios, instalações constituídas por grandes pavilhões onde funcionavam fornos de vidro, a secção de composição, de empalhamento e armazenamento. Nos seus principais clientes conta-se a Companhia Velha, a Ramos Pinto, a Porto Calém, entre outros¹⁹. O aumento das exportações de vinho do Porto nas décadas de 60 e 70 e a proibição da venda de bebidas a granel – com a exigência do seu engarrafamento – foram fatores que reforçaram fortemente a posição desta empresa no mercado vidreiro²⁰ e determinaram o investimento, cada vez maior na modernização da sua unidade fabril.

2.4. A INDÚSTRIA METALÚRGICA

Outro núcleo relevante na rua do Freixo será o da metalúrgica. Aqui, se instalam duas emblemáticas unidades fabris: a fábrica de Louça Esmaltada de John Minchin & Mário Navega e uma extensão da metalúrgica *Duarte Ferreira*, nascida no Tramagal.

A História da fábrica de esmaltagem remonta a finais do século XIX quando *John Minchin Junior* instala nos terrenos junto de Rio Tinto, na rua do Freixo nº 989 uma fábrica de Louça Esmaltada segundo o modelo de fabrico inglês, sob a firma C^a Metalúrgica do Norte.

Em 1914, a fábrica funcionaria em pleno e o seu processo de fabrico consistia na laminagem de ferro ou ferro fundido que seria

19 MENDES J. Amado (2002), «Vidro e vidro de embalagem». in *Revista CEPESSE*, nº13, Out. 2002. Porto: Edições Afrontamento. p.83

20 *Ibidem*.

cortado “(...) coberto com uma ou mais camadas de porcelana para assim dar mais duração aos diversos artigos de usos doméstico e outros que nesta fabrica são produzidos.”²¹

O crescimento da empresa, levará à sua transferência para um local mais amplo situado nas proximidades da Estação ferroviária de Campanhã. O novo edifício fabril, com entrada pela rua do Freixo, virá a ocupar a travessa e a rua de Nôeda sendo ao longo das décadas de 30, 40 e 50 do século XX, sucessivamente, ampliado e beneficiado. Este investimento foi possível gra-

ças à entrada do novo sócio Mário Navega, genro de J. Minchin, que virá a destacar-se pela sua gestão comercial desde a década de 30. A afirmação da Fábrica de Esmaltagem J. Minchin & Mário Navega, deve muito ao consumo do mercado interno da sua louça esmaltada, mas sobretudo à exportação para o mercado colonial de todo o tipo de louça esmaltada e, mais tarde, ao sucesso da sua louça em inox.

Esta unidade fabril, chegou a empregar mais de trezentos trabalhadores distribuídos pelos escritórios, armazéns, funilaria, esmaltagem, embalagem. Todavia a perda dos mercados coloniais e as

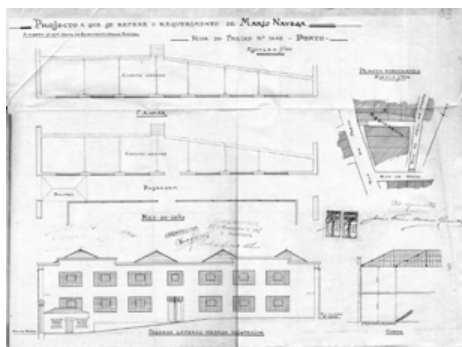


Fig. 4. Projeto das instalações da Fábrica de louça Esmaltada J. Minchin/Mário Navega na Rua do Freixo.

Fonte: Licença de obras 1929/1263 .AHMP/CMP. F

movimentações políticas que ocorrem no sector metalúrgico após o 25 de Abril de 1974, ditaram o encerramento, definitivo, desta unidade.

No que diz respeito ao sector metalúrgico, importa, ainda nomear uma outra empresa que procurará, a partir de 1935²², a rua do Freixo para instalar uma extensão da sua fábrica: a empresa metalúrgica *Duarte Ferreira & Filhos*, nascida no Tramagal. Esta adquire, em 1933, os edifícios deixados pela fábrica de J. Minchin Junior, para armazenar máquinas agrícolas charruas e sementeiras. A partir de 1934, esta metalúrgica diversificará a sua produção, nomeadamente, com o fabrico de guindastes para o Porto de Lisboa e de Leixões, materiais para navios e ainda motores de gasógeno²³. O desenvolvimento desta empresa insere-se num vasto conjunto de medidas governamentais que tem como concretização formal a *Campanha de Trigo*, peça fundamental para a compreensão da política económica do Estado Novo. A Campanha marcará, não só os seus objetivos em torno da produção cerealífera, mas, mais ainda “(...) marcou o lançamento e a conquista do mercado interno pelas indústrias químicas de adubos e metalúrgica de maquinaria e das alfaias agrícolas (...)”²⁴ como será o caso da Duarte Ferreira.

22 Licença de Obras 1444/1935. AHMP/CMP

23 PAIS, J. M.; LIMA, A. M.; GAMEIRO, M. M., «Elementos para a História do Fascismo nos Campos: a Campanha do Trigo: 1928–38», in *Análise Social Vol. XIV*, 1978 – 2º. p.345

24 BRITO, J.M. Brandão, «A industrialização em Portugal (no pós guerra 1947–1973)» in J.M. Brandão Brito e M.F. Rollo, «Indústria/industrialização» *Dicionário de História do Estado Novo*, Vol I Dir. Fernando Rossas e J.M. Brandão de Brito – Bertrand Editora, 1996

2.5. A DISTRIBUIÇÃO E PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

Um dos locatários da rua do Freixo, a partir de 1919, será a UEP – *União Eléctrica Portuguesa*, cujos equipamentos industriais ficarão protegidos pelos seus altos portões e muros de pedra.

A União Eléctrica Portuguesa – UEP será a responsável pela distribuição da energia elétrica produzida no Alto do Lindoso (Ponte da Barca) pela empresa espanhola Electra del Lima. Esta energia começará a ser rececionada e distribuída para o Porto e Gaia a partir da subestação do Freixo, que entrou em funcionamento em 1922.

A ocupação dos terrenos da vertente do Freixo pela UEP inicia-se com a construção da casa das bombas de água e a Subestação, próximo da marcenaria a vapor de António Nascimento. Segue-se, em 1926, a construção da Central Termoelétrica do Freixo – central de produção de reserva de energia para os períodos de estio ou quebras de produção.

O funcionamento deste novo equipamento industrial será complementado pela instalação de escritórios, armazéns, oficinas gerais, refeitório, posto médico, e a partir de 1946, por uma unidade eletrometalúrgica dedicada à produção de Carboneto de Cálcio, a EIF – Empresa Industrial do Freixo e construída na vertente norte do Freixo²⁵.

25 SAMPAIO, Maria da Luz (2008), *A Central do Freixo: Um projecto termoeléctrico para a região do Porto*. Tese de Dissertação de Mestrado em Estudos Locais e Regionais. FLUP. p. 117

Este é um momento crucial para a cidade do Porto e, também, para os concelhos limítrofes, especialmente Gaia e Matosinhos que recebem energia elétrica para iluminação pública, estendendo-se progressivamente à indústria, e mais tarde à população.

A UEP nos anos 30, reforça a potência da sua Central com um novo grupo gerador, aumenta progressivamente a extensão das suas linhas e, simultaneamente, a sua carteira de clientes realizando contratos de fornecimento de energia junto dos municípios: Porto, Gaia, Matosinhos, Coimbra e, ainda, junto de várias indústrias. Esta empresa, será responsável por uma rede em alta tensão ao longo do litoral Norte, ligando os mais importantes centros urbanos: Braga, Porto, Coimbra e Setúbal.

Esta é uma iniciativa, no âmbito das medidas de eletrificação do território nacional, que se inicia com a instalação das primeiras instalações e concessões para o aproveitamento de rios de água, muito especialmente quedas de água de rios, levando à construção de pequenas centrais hidroelétricas. A partir dos

anos 40, este processo segue de perto os incentivos ao processo de industrialização, onde se insere o trabalho legislativo do engenheiro José Nascimento Ferreira Dias Júnior, "(...) a quem se ficaram dever as leis nº 2002 e 2005 respetivamente, da eletrificação do País e do



Fig.5. Central Termoelétrica do Freixo e terrenos envolventes.

Fonte: UEP (1969), 50 Anos de Actividade da União Eléctrica Portuguesa. Porto: UEP, p.12

*Fomento e Reorganização Industrial*²⁶. Nestas propostas industrialistas, a eletrificação apresentava-se “(...) como uma condição fundamental para o processo de modernização/industrialização do País (...) partindo sempre do principio de que a produção de electricidade terá de ser de origem hidráulica devendo as centrais térmicas reservar-se para funções complementares, nomeadamente, durante o verão, para aproveitar os carvões pobres de origem nacional”²⁷.

2.6. AS MOAGENS DO FREIXO

No lugar de Pinheiro de Campanhã, junto ao caminho-de-ferro será construída, em 1914, a unidade de moagem, a Ceres. O seu nascimento deve-se ao sucesso dos negócios de João Ferreira de Figueiredo, comerciante de cereais e farinhas da cidade do Porto. Este empresário dispõe na altura de capitais suficientes para avançar com este novo projeto: uma unidade de moagem apetrechada com o sistema de moagem de cilindros (sistema Austro-húngaro), localizada nos terrenos Lugar de Pinheiro de Campanhã. A nova unidade beneficiará da passagem da linha férrea para alfândega, assim como da proximidade da Estação Ferroviária de Campanhã.

Em 1926, apesar dos condicionalismos impostos ao sector da moageiro, a moagem Ceres ganha uma posição no mercado da

26 ROLLO, M. F., *Engenharia e História: Percursos Cruzados*, p.17 Disponível em: <http://in3.dem.ist.utl.pt>. Consulta em 16 de Outubro 2012

27 *Ibidem* p.17–18

produção de farinhas de trigo possuindo um quota de rateio de trigo que lhe permite chegar à década de 1950 e iniciar um conjunto de remodelações no interior da sua unidade fabril. Em 1963 vê aprovado pelo Ministério da Economia o reapetrechamento dos equipamentos e a remodelação do edifício.

Um outro local marcado pela história da moagem industrial será a Quinta do Freixo, uma das históricas quintas na região oriental da cidade. Em 1875, o seu proprietário é o alemão, *Gustav Alexandre Peters*, que, possui uma destilaria de cereais junto à margem do rio Douro. Em 1886, a sua Firma *Peters & Companhia* venderá as máquinas e utensílios da sua unidade fabril a José Maria Rodrigues Formigal²⁸, e este instalará, no local, uma moagem a vapor.

Alguns anos, mais tarde, em 1890²⁹, Gustav Peters venderá, uma outra parcela à recém criada Companhia de Moagens Harmonia e, em 1893³⁰, venderá, ainda uma outra parcela à sociedade a *Silva & FONSECAS*, terrenos junto à Ribeira de Abade, na freguesia de Valbom, Gondomar, onde esta sociedade irá explorar, também, uma fábrica de Moagem: A Concórdia.

Nos alvares do século XX, nas margens do rio Douro, e em torno da Palácio do Freixo, encontramos um importante núcleo de moagens industriais a laborar, somando-se, ao longo do rio Tinto e Torto um conjunto de moinhos e azenhas.

28 Cartório Notarial do Porto Serie PO 10º Lv 73. Fundo. ADP

29 Cartório Notarial do Porto. Serie PO 10º Lv91. Fundo ADP

30 Cartório Notarial do Porto. Serie CNPT01/Out. 1893. Fundo ADP

Importa referir que até 1890 o negócio moageiro estava em expansão. A livre importação de cereais, aliado à disponibilidade de capitais e à introdução novas de tecnologias permitem o lançamento de novos projetos empresariais. As novas moagens da segunda metade do século XIX possuem caldeiras, de origem francesa ou inglesa, consumiam carvão e introduzem novos sistemas de moagem (originários, sobretudo, da Alemanha), constituindo um sector de grande experimentação tecnológica.

3. O crescimento da indústria 1930–1960

Ao longo das décadas de 30 a 60 do século XX, que assiste-se a um período de crescimento acelerado da economia portuguesa. De 1945 a 1960, verifica-se um incremento na formação de capitais disponíveis para investir nas indústrias transformadoras, ao qual se associa o lançamento pelo Estado dos Planos de Fomento que definem, claramente os rumos da industrialização.

Em 1945 é publicada no Diário do Governo a Lei nº 2005 de Fomento e Reorganização Industrial, através do qual o governo desejava avançar com uma estratégia de industrialização do País, reorganizar as indústrias já estabelecidas, promover a criação de novas atividades capazes de absorver a mão-de-obra e obter um maior equilíbrio da balança comercial. Defendia-se neste quadro legislativo, no qual se insere também a lei nº 2002 de eletrificação nacional, a ideia de um desenvolvimento económico assente na concentração e modernização da indústria.

O país no pós-Guerra *acabaria por encetar um processo de desenvolvimento económico e social e a década de 1950 ficaria*

marcada pelo arranque sistemático do planeamento económico (*I Plano de Fomento, 1953/58*) e pelo triunfo definitivo da ideia de industrialização. Neste contexto Portugal irá desenvolver um conjunto de sectores incorporando a componente da engenharia de várias especialidades e a absorção de transferências de tecnologias vindas do exterior. “*O I Plano de Fomento apontava como principais objectivos: o fomento da agricultura, o aumento da produção da energia hidráulica, a conclusão das industriais de base já em curso, a instalação da siderurgia, o desenvolvimento das vias de comunicação e meios de transporte, o incentivo ao desenvolvimento da refinação do petróleo, da produção de adubos e da marinha mercante*”³¹. A década de 60 “(...) ficará marcado pelos elevados surtos migratórios e de emigração verificados”³². Embora se registe uma melhoria global das condições de vida, a fuga dos campos, aumentou, afectando sobretudo o interior do País e os meios rurais ou pouco urbanizados, dirigindo-se para as cidades ou, então, para o exterior”. Estes movimentos, mais patentes em cidades como Lisboa e Porto, obrigavam a um esforço de planificação dos espaços urbanos, orientados pelos respectivos Planos Directores, concebidos em bases modernas. No Porto, teremos o Plano Regulador da Cidade de Antão Almeida Garrett ao qual se sucederá, em 1962, o Plano Director de Robert Auzelle. O pretexto para a revisão do Plano Regulador deveu-se à necessidade de

31 ROLLO, M. F., *Engenharia e História: Percursos Cruzados*, p.25. Disponível em: <http://in3.dem.ist.utl.pt>. Consulta em 16 de Outubro 2012

32 *Ibidem*, p.25.

definir um vasto plano de melhoramentos, apoiados pelo Estado, e que tinham por objetivo a melhoria das condições de alojamento de uma parte importante dos seus habitantes e moradores nos bairros antigos e nas tradicionais “ilhas”, aos quais se juntaram, rapidamente os problemas de trânsito e os da expansão da cidade.

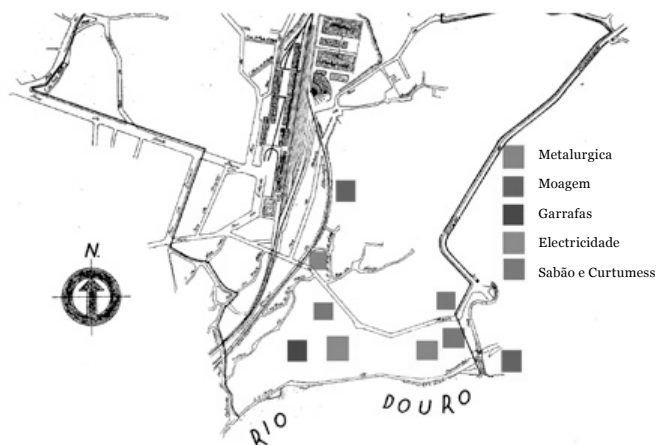


Fig.6. Planta da freguesia de Campanhã com a distribuição da indústria ao longo da rua do Freixo e sua envolvente. Fonte: Planta da freguesia de Campanhã, finais do século XIX. Fundo cartográfico. AHMP/CMP.

Nos inícios do século XX, a população na freguesia de Campanhã ronda os 24.000 habitantes, e em 1960, atingirá o número de 40.035 habitantes³³. Vivem em pequenas moradias de dois a três pisos, mas sobretudo, em *Ilhas* que se estendem entre a rua do Heroísmo, rua padre António Vieira, Rua da Lomba, Travessa do Freixo,

lugar de Pinheiro, rua de Nôeda. Após a II Guerra Mundial e com um enquadramento social e político muito distinto, iremos assistir na década de 50 e por iniciativa do próprio município, à construção de bairros sociais na freguesia, entendidos como uma oferta habitacional com melhores condições de higiene e salubridade e para quais muitos transitaram, deixando as Ilhas. Chegados aos anos 60, a população de Campanhã conta com 40.000 habitantes.

Para a fixação da população na freguesia muito contribuiu não só as unidades industriais, mas também, os pequenos negócios de comércio a retalho ou de venda direta que se estendem ao longo da rua do Freixo e na rua envolvente, imprimindo uma nova dinâmica à freguesia de Campanhã. E se uma parte destes trabalhadores vive perto da fábrica, outros deslocavam-se, diariamente, vindos de S. Roque da Lameira, Rio Tinto, Valbom, Atães, Jovim, Foz do Sousa, Maia... Eles são funileiros, forneiros, serralheiros, carpinteiros, carregadores, fogueiros, electricistas, motoristas, lavadeiras, não esquecendo a quantidade de ferroviários.

Na região do Freixo estão em funcionamento um conjunto de unidades de moagem, vidreiras, metalúrgicas, esmaltagens, saboarias..., que produzem para o mercado interno, e exportam, sobretudo para as colónias africanas.

4. O declínio os anos 70 e 80

Chegados à década de 70, a crise petrolífera de 1973 e a mudança de regime operada em 1974, a perda dos mercados coloniais e as movimentações políticas nos anos seguintes terão como consequência grandes mudanças no panorama industrial do país.

Na rua do Freixo e sua envolvente nas décadas de 70 e 80 ocorrem grandes mudanças na atividade industrial. Em 1969, a Barbosa & Almeida devido à falta de terrenos para expandir as suas instalações e aos constrangimentos de circulação no Freixo, muda-se para uma nova e moderna unidade na freguesia de Avintes, concelho de Vila Nova de Gaia. No Freixo, a fábrica será demolida, dando lugar às instalações da empresa Mota e Engil.

Em 1975, a União Elétrica Portuguesa – UEP, integrada na recém criada EDP, irá progressivamente desativar a sua moderna Estação de Comando, assim como todos os seus serviços, cessando, desde logo, o fabrico do carboneto de Cálcio.



Fig. 7. Fachada principal da Central Termoelectrica do Freixo (ano de 2006)

A fábrica de Esmaltagem Mário Navega, muito dependente dos mercados coloniais, em especial Angola, apresentará sérios problemas de liquidez logo a partir de 1976, encerrando, definitivamente, em 1988.

A empresa metalúrgica *Duarte Ferreira & Filhos* será intervencionada pelo Estado em 1975, e apesar dos vários esforços para levar a cabo o relançamento da empresa, o encerramento das fábricas do Tramagal e do Freixo ocorre na década de 80. A empresa será extinta, finalmente na década de 90.

Nos terrenos da Quinta do Freixo, a fábrica da CUF, será vendida em 1989, vindo, posteriormente, a encerrar. Encerraram, ainda, a Fábrica de *Moagem Concórdia* e a fábrica da *Empresa Carborífera do Douro*, que se localiza nos terrenos da antiga fábrica de moagem de António Maria Rodrigues Formigal.

A partir da década de 1980, assistimos ao desaparecimento da actividade industrial, ocorrem falências, trespasses, mudanças no sector elétrico, metalúrgico... Nos inícios do século XXI, restam em funcionamento duas fábricas de moagem: a Ceres, junto à Estação Ferroviária de Campanhã e a nova unidade da companhia de moagens Harmonia, bem como duas saboarias: a do Freixo (herdeira da antiga saboaria do Rego Lameiro) e a Socipole.



Fig. 8. Entrada para "Ilha" na rua do Freixo.(ano de 2011)

5. Conclusão

A rua do Freixo, que estabelece a ligação entre a rua do Heroísmo (via que liga a freguesia de Campanhã ao centro da cidade), a estação ferroviária e a marginal do rio Douro, constitui um exemplo concreto do processo de industrialização diretamente interligado com o desenvolvimento urbano. Por seu lado, o desenvolvimento da indústria favoreceu a fixação da população, e, por outro lado, uma urbanização ligada com as dinâmicas comerciais de circulação de mercadorias e produtos, impulsionado pela linha férrea e pela proximidade de uma via fluvial.

A intensificação da dinâmica da fixação da indústria esteve, também, associada à disponibilidade de terrenos na região, na sua maioria quintas de grandes dimensão e ainda à existência de uma mão-de-obra de feição rural oriunda de zona de S. Pedro de Campanhã, Azevedo, Valbom, Rio Tinto, Gondomar,... à qual se juntava uma população que virá residir para a zona oriental da cidade em *Ilhas* e pequenas moradias.

Ao longo da artéria do Freixo podemos realizar um percurso com mais de cem anos de história, por entre as saboarias que nascem com fim dos monopólios régios. Pelos edifícios fabris que se ergueram fruto da disponibilidade de capitais de uma burguesia comercial e industrial que investe em modernas moagens e inovadoras metalúrgicas... Aqui, encontramos, o resultado da importação de técnicas e tecnologias, como os processos de esmaltagem ou de produzir farinhas, através de modernos processos de moagem. Aqui, os altivos muros, as fachadas de azulejo biselado, os ferros forjados das janelas e dos portões, testemunham o investimento de burgueses, de brasileiros, ou de pequenos comerciantes e proprietários.



*Fig.9. Portão de Entrada para a Central Termoelétrica
– rua do freixo – Campanhã (ano 2011).*



*Fig.9. Portão de Entrada para a Central Termoelétrica
– rua do freixo – Campanhã (ano 2011).*

Na atualidade, deparamo-nos com um antigo casario, abandonado, envelhecido ou à venda, onde o fio da história nos trás à memória um operariado, que outrora, descia e subia a íngreme a vertente do Freixo, deslocando-se por caminhos rurais e pelas novas artérias da cidade novecentista.

O paradigma da industrialização no qual assentava o desenvolvimento urbano desde a década de 1860/70 em especial na freguesia de Campanhã desapareceu.

A reconversão desta região é um processo incontornável. Um processo com vários enunciados: reutilizar o edificado ou construir de novo? E este velho edificado participará no processo de regeneração urbana? A resposta a estas questões carecem de uma reflexão, sob pena, de no caso da rua do Freixo, se circunscrever, apenas, à renovação banal e especulativa de mais uma artéria da cidade.

Um processo com vários enunciados: reutilizar o edificado ou construir de novo? Um processo que contemplará este património – feito de mais de cem anos de história - chamando-o a ter um papel no processo de regeneração urbana? E quais serão as novas funções deste território? A resposta a estas questões carecem de uma reflexão, sob pena, de no caso da rua do Freixo, se circunscrever, apenas, à renovação banal e especulativa de mais uma artéria da cidade.



As Guerras Mundiais e o Sector Conserveiro Portimonense

1. As Primeiras Fábricas Conserveiras

A instalação das primeiras fábricas modernas de conservas no nosso país inicia-se no século XIX, pela iniciativa de industriais estrangeiros, nomeadamente franceses, atraídos pela abundância de peixe no litoral português. A maioria dos autores aponta como início da indústria conserveira moderna em Portugal, a constituição, em Vila Real de Santo António, em 1865, de uma fábrica de conservas de atum em azeite. Igualmente consensual é a fundação da primeira fábrica de conserva de sardinha¹, em 1880, na região de Setúbal². Daqui em diante a expansão do sector viveu um ritmo acelerado. Os industriais portugueses, atentos à novidade e percebendo que o negócio podia ser lucrativo, desde logo pelo baixo investimento e pelo fraco nível de tecnologia que exigia, começam também a apostar na criação de fábricas de conservas, em várias zonas do País. E é neste contexto que se

1 Esta primeira fábrica dedicou-se à produção de sardinha em azeite.

2 Sobre esta problemática consulte-se Edmundo Correia Lopes, «A indústria de conservas de peixe», in *Indústria Portuguesa*, nº 224, Outubro de 1946, pp. 717–720; Hernâni de Barros Bernardo, “A localização da indústria conserveira. Alguns problemas geográficos”, in *Indústria Portuguesa*, nº 224, Outubro de 1946, pp. 701–707; e António Manuel Pinto Barbosa, *Sobre a Indústria de Conservas em Portugal*, Lisboa, 1941.

inserem os inícios da indústria conserveira portimonense. O progresso e desenvolvimento da região de Portimão vão estar intimamente ligados à evolução e expansão da indústria das conservas.

As várias investigações arqueológicas que, ao longo dos anos, têm sido feitas sobre as diferentes comunidades que habitaram quer os espaços portimonenses, quer as regiões circundantes, têm permitido constatar a crucial importância que o mar desempenhou na economia e organização dessas populações. A pesca e os recursos marinhos foram, desde sempre, as actividades de maior relevo nas zonas ribeirinhas, não só pela necessidade de alimentação das gentes, mas também devido às possibilidades de aproveitamento dos próprios produtos recolhidos, para trocas e transacções comerciais. A salga e a salmoura surgem, neste contexto, como formas ancestrais e quase imemoriais de conservação do pescado³. Contudo, o final do século XIX trouxe grandes mudanças e desenvolvimentos à tarefa de conservação do peixe.

A excelente localização geográfica de Portimão, e a riqueza do mar no litoral algarvio, atraíram à região vários estrangeiros que difundiram novos métodos de conservação. A riqueza dos produtos marinhos e a importância crescente do porto portimonense fizeram da região “o primeiro centro da vida económica do Algarve”⁴. Depressa se assistiu a uma forte implantação de pequenas fabriquetas

3 Veiga Ferreira, *Algumas considerações sobre as fábricas de conservas de peixe da antiguidade encontradas em Portugal*, pp. 9 e seguintes.

4 Joaquim Ferreira Moutinho, *O Algarve e a Fundação Patriótica d'uma Colónia Industrial e Agrícola*, p. 77.

de conservas, que embora ainda recorressem a métodos bastante rudimentares, constituíram os inícios da indústria de conservas em Portimão. Não obstante, segundo Edmundo Correia Lopes, a indústria de conservas de tipo moderno surgirá apenas, na região portimonense, pela mão de João António Júdice Fialho, rico industrial e proprietário, tido como “o maior industrial nacional e mesmo ibérico da indústria conserveira”⁵. Luiz Mascarenhas afirma mesmo que nas suas fábricas havia “tudo o que modernamente em machinismos e instalações industriais modernas têm inventado para reduzir o trabalho manual”⁶.

Assim, a 5 de Julho de 1892⁷, partindo da iniciativa de Júdice Fialho, é implantada a primeira fábrica de conservas de peixe, em azeite, em Portimão: a *Fábrica S. José*. A esta vir-se-iam juntar⁸ a Fábrica de Ferragudo, em Março de 1904, e a Fábrica S. Francisco, em Maio do mesmo ano. Em 1902, entrava também em laboração uma outra Fábrica, chamada de S. Francisco, propriedade de um industrial originário de Andaluzia, D. António Feu Marchena⁹. Estes dois homens, Júdice Fialho e António Feu, seriam, por longos anos, os mais

5 Edmundo Correia Lopes, «A indústria de conservas de peixe» in *Indústria Portuguesa*, nº 224, Outubro de 1946, p. 718, e *Boletim de Pesca*, nº 10, Lisboa, Março de 1946, p. 46.

6 Luís Mascarenhas, *Indústrias do Algarve*, 1915, p. 14.

7 *Boletim de Pesca*, nº 10, Lisboa, Março de 1946, p. 46.

8 Joaquim António Nunes, *Júdice Fialho e a evolução Histórica de Portimão*, pp. 10–11.

9 A sociedade Feu Hermanos foi fundada em Ayamonte, em 1889, por uma família catalã com destacada reputação na Andaluzia. Na sequência da expansão da empresa, António Feu Casanova decide apostar também em Portugal, entregando várias unidades fabris ao cuidado dos seus dois filhos: D. António Feu Marchena e Cayetano Feu Marchena. Para informações mais detalhadas consulte-se o Arquivo Feu Hermanos guardado no Arquivo Histórico do Museu Municipal de Portimão.

importantes industriais conserveiros de Portimão. Fomentadores de “modelos de produção vertical”, dispunham de estaleiros, de frota pesqueira e de transporte, e de propriedades agrícolas, de onde vinham as matérias-primas essenciais à produção de conservas e à reparação das embarcações, como o azeite e a madeira, encontrando-se, assim, relativamente protegidos face às oscilações dos mercados¹⁰. Joaquim Rodrigues diz-nos, contudo, que “à semelhança de outros centros conserveiros a mecanização em Portimão era igualmente muito reduzida,”¹¹ predominando o processo manual e o trabalho de sol a sol.

Segundo os dados que recolhemos, a Fábrica Delory, propriedade da firma *Société des Établissements F. Delory*, estaria também entre as primeiras fábricas que se constituíram em Portimão no início do século XX. Obviamente, sabemos que o leque de industriais conserveiros e de fábricas era bastante mais vasto. Contudo, o acervo documental, onde estariam registadas mais detalhadas informações sobre esta questão, perdeu-se devido a um incêndio¹². Situação que torna mais complicada a investigação sobre estes primeiros tempos da indústria conserveira portimonense.

10 Joaquim Rodrigues, *A Indústria de Conservas de Peixe no Algarve (1865–1945)*, p. 76.

11 *Idem, Ibidem*, p. 78.

12 O incêndio do Arquivo do Patacão fez com que se perdessem os documentos relativos à 5ª Circunscrição Industrial, ou seja, o distrito de Faro, ao qual Portimão pertence.

2. A I Guerra Mundial e a Expansão do Sector Conserveiro Portimonense

Até aos alvares da I Grande Guerra, o desenvolvimento do sector conserveiro portimonense foi harmonioso. No comércio externo, a Grã-Bretanha constituía simultaneamente o principal mercado para as produções e o principal fornecedor de folha-de-flandres¹³ para a indústria local. De acordo com José Cordeiro, Portugal era, nas vésperas da guerra, o primeiro produtor mundial de conservas, e 55% do total da produção nacional de conservas de sardinha, em 1915, seria proveniente do Algarve¹⁴. Os melhoramentos das técnicas de pesca, os vários *cercos americanos* e as *armações pesqueiras* de Júdice Fialho e *Feu Hermanos*, a abundância de peixe e o facto dos principais armadores portimonenses serem também os maiores industriais, eram tudo factores que concorriam para o lugar cimeiro de Portimão na indústria das pescas e conservas algarvias.

Contudo, a estável realidade do sector das conservas portimonense ia ser alterada com as novas necessidades de mercado de uma Europa em guerra. Mais do que em qualquer outra indústria, o desenvolvimento da indústria conserveira, foi notável, passando esta rapidamente a ocupar o segundo lugar nas exportações nacionais. Esta

13 Sacuntala de Miranda, *Portugal: o círculo vicioso da dependência (1890–1939)*, p. 106 e seguintes.

14 José Manuel Lopes Cordeiro, «Algumas características da indústria portuguesa de conservas nas vésperas do segundo conflito mundial», in *Separata dos Cadernos do Noroeste*, vol. 8 (1), Braga, s.n., 1995, p. 27.

repentina expansão provocou uma espécie de *febre industrial*, cuja euforia se expressou na proliferação e disseminação de pequenas unidades industriais ao longo do rio Arade.

Os anos de 1914 a 1923, foram anos de um verdadeiro *boom* conserveiro em Portimão, o que dinamizou bastante a vida na Vila¹⁵, e atraiu as populações das serras e aldeias vizinhas. Ao mesmo tempo que a elite conserveira portimonense se definia e assumia como grupo de pressão e poder, a massa operária ia também aumentando consideravelmente. A Vila de Portimão revelou-se, nesta época, uma das regiões mais florescentes no que concerne à indústria conserveira. Vários cidadãos abastados, empolgados pelos lucros dos tempos de guerra, decidem tentar a sua sorte e investir também na indústria das conservas¹⁶, contribuindo assim para a rápida multiplicação do número de fábricas em laboração na região.

PARÓQUIAS	1802	1864	1878	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950
PORTIMÃO										
<i>Famílias</i>	-	1 285	1 540	1 723	2 016	2 349	2 220	3 508	3 840	4 315
<i>Pop. Residente</i>	2 961	5 531	6 318	6 819	7 972	9 837	9 133	14 712	14 679	16 684
<i>Homens</i>	-	2 669	2 999	3 295	3 823	4 732	4 595	7 102	6 896	7 923
<i>Mulheres</i>	-	2 862	3 319	3 524	4 149	5 105	4 538	7 611	7 783	8 761
<i>Analfabetos</i>	-	-	4 862	5 638	5 909	7 216	6 837	10 434	8 148	8 073

15 Manuel Teixeira Gomes, natural de Portimão e eleito Presidente da República em 1923, eleva Portimão a Cidade apenas a 11 de Dezembro de 1924.

16 Consultem-se os periódicos da altura, onde são referidas celebrações de várias escrituras e constituição de novas fábricas e firmas. Ver por exemplo o *Arauto dos Interesses Algarvios*, nº 31, 18/02/1915, p. 3.

PARÓQUIAS	1802	1864	1878	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950
ALVOR										
Famílias	-	518	538	650	721	718	585	862	820	1 034
Pop. Residente	1 346	2 162	2 287	2 391	3 031	3 109	2 884	3 379	3 303	3 751
Homens	-	1 114	1 184	1 220	1 496	1 596	1 516	1 672	1 647	1 853
Mulheres	-	1 048	1 103	1 171	1 535	1 513	1 368	1 707	1 656	1 898
Analfabetos	-	-	2 028	2 240	2 747	2 545	1 907	2 753	2 422	2 500
MEXILHOEIRA GRANDE										
Famílias	-	387	479	532	608	682	682	721	838	1 023
Pop. Residente	678	1 741	2 062	2 419	2 751	2 985	2 941	3 004	3 437	3 262
Homens	-	933	1 038	1 245	1 409	1 492	1 511	1 534	1 828	1 741
Mulheres	-	808	924	1 174	1 342	1 403	1 430	1 470	1 609	1 521
Analfabetos	-	-	1 803	2 220	2 521	2 693	2 586	2 590	2 599	2 232

Tabela 1: Censos da População do Concelho entre 1802 e 1950

Fonte: Joaquim António Nunes, *Portimão, Estudos Algarvios*, n.º 3, Lisboa, Casa do Algarve, 1956.

As conservas mais exportadas, para as frentes de guerra, eram as de sardinha em azeite ou em molhos, sendo Portimão, ao lado de Olhão, um dos principais centros produtores e exportadores de todo o Algarve¹⁷. No início da década de 1920, quer o número de fábricas, quer as suas produções continuavam em expansão. Em 1921, de acordo com o jornal *O Portimonense*¹⁸ existiriam 27 unidades fabris em Portimão.

Impulsionado pelo contexto de guerra, o parque industrial portimonense expandiu-se pela Vila e seus arredores, nomeadamente no Parchal, Ferragudo, e na Mexilhoeira Grande. Contudo, muitas das

17 Joaquim Rodrigues, *A Indústria de Conservas de Peixe no Algarve (1865–1945)*, p. 149.

18 *O Portimonense*, n.º 3, 10/12/1921, p. 3.

unidades emergentes não tinham o apetrechamento, nem o know-how ou as condições técnicas das fábricas já implantadas na Vila. A urgência nas instalações e na produção impediram o normal crescimento da indústria conserveira. Várias das unidades fabris, “improvisadas nas instalações, sem organização eficaz e sem suporte financeiro suficiente (...)”¹⁹, finda a guerra não subsistiriam. Já não parecia a indústria organizada e aparelhada dos primeiros tempos, mas uma indústria de ocasião, apostada no maior lucro, mesmo que isso significasse a descida, ou mesmo o esquecimento da qualidade dos produtos. “A maioria dos conserveiros portugueses pôs absolutamente de parte todos os princípios de higiene (...) tendo unicamente como objectivo fabricar muito e vender depressa, porque então tudo se vendia para os países em luta, começou a encher-se as latas com qualquer espécie de peixe”²⁰. Como era de esperar, neste contexto, o incremento do sector conserveiro foi proporcional ao descrédito e desconfiança dos seus produtos no mercado externo e nacional, pela falta de zelo empregue no seu fabrico. “Encheram-se latas de sardinha com tudo: cabeças de sardinha, talos de couve, serradura... E então ninguém reclamou ao Governo! A trampolinice criminosa, fazia-se, contando com o afundamento do barco, para roubar a companhia de seguros!”²¹

19 Citado por Joaquim Rodrigues, *A Indústria de Conservas de Peixe no Algarve (1865–1945)*, p. 167, a partir de Antero Nobre, História breve da Vila de Olhão da Restauração, p. 160.

20 Citado por Joaquim Rodrigues, in *idem*, a partir do *Boletim do Trabalho Industrial*, nº 113, p. 139.

21 Citado por Joaquim Rodrigues, in *idem*, a partir de Da Cunha Dias, *Conservas de Peixe. Subsídios para o estudo de um problema nacional*, pp. 177–179.

Os lucros eram, de facto, brutais. De acordo com o levantamento de Duarte Abecassis²², em 1914 o preço médio de uma tonelada de conserva de sardinha rondava os 91\$00, mas em 1925, vemos o preço por tonelada atingir já 4.194\$00. Uma subida de cerca de 4.500%. Sem dúvida, que a enorme multiplicação das unidades de produção foi também estimulada pelo eufórico clima de confiança comercial. A Vila

de Portimão encheu-se de casas comerciais e bancárias que facultavam fácil acesso ao crédito e forneciam todas as condições a quem se decidia arriscar no negócio²³. Imensos agentes de casas bancárias, de companhias de seguros, portuguesas e estrangeiras, agentes de navegação, firmas de importação e exportação, e consolados de vários países, povoaram a Vila. Contudo, estas relações financeiras, desenfreadas e não calculadas a longo prazo, foram fatais para vários dos industriais aventureiros assim que a euforia, propiciada momentaneamente pelo contexto bélico, começou a regredir.

É preciso voltar a sublinhar que a guerra proporcionou um enorme desenvolvimento à Vila de Portimão, que além das



Fig. 1: Corte e tratamento da madeira.

Fonte: *Jornal da exposição «Da Madeira ao Barco, Os Estaleiros de Portimão»*, edição da Câmara Municipal de Portimão, Outubro de 2003.

22 Consulte-se Duarte Abecassis, *Estudo Geral Económico e Técnico dos Portos do Algarve*, 1926.

23 Joaquim Rodrigues, *A Indústria de Conservas de Peixe no Algarve (1865–1945)*, pp. 154–155.

exportações de conservas, viu também as exportações de todos os produtos agrícolas tradicionais aumentarem. Lembremos, neste ponto, Adelino Mendes: “o Algarve é um dos grandes abastecedores dos exércitos aliados. A França e a Inglaterra devoram as suas conservas de peixe. E o seu figo amontoa-se já nos armazéns dos exportadores, à espera da hora em que há de seguir para os mercados ingleses e franceses. E vende-se tudo caro.”²⁴



Fig. 2: Estaleiro de São Francisco (Anos 50)

Fonte: Jornal da Exposição «Da Madeira ao Barco, Os Estaleiros de Portimão», Edição da Câmara Municipal de Portimão, Outubro de 2003.

3. A Crise Do I Pós-Guerra e a Necessidade de Reestruturação do Sector nos Anos 30

O derrapar da indústria conserveira principiara, contudo, anos antes do final das hostilidades, sem que muitos industriais se apercebessem, cegos que estavam com o volume dos lucros e das

²⁴ Adelino Mendes, *O Algarve e Setúbal*, p. 116.

exportações. Para a maioria dos industriais arrivistas, a riqueza e o florescimento dos seus negócios fora apenas uma miragem, uma prosperidade artificial.

A partir de 1924, quando o comércio externo de conservas começou bruscamente a descer, a prosperidade dos tempos de guerra entrou em declínio. As maiores empresas aguentaram a crise, enquanto que os industriais e as fábricas de ocasião foram desaparecendo paulatinamente. O ano de 1925 foi um ano de verdadeira crise para todo o sector conserveiro portimonense. A imprensa local dava conta de centenas de desempregados, situação motivada não só pela crise da indústria conserveira no pós-guerra, mas também pela escassez de pescado que se verificou simultaneamente nesse ano.²⁵

Alertados para o crescente clima de crise, os industriais conserveiros pugnavam pela reorganização da sua indústria. Logo após o 28 de Maio de 1926, a movimentação dos interesses conserveiros constituiu uma forma de pressão constante sobre o novo poder instituído.

Neste contexto, e já em 1928, o governo de José Vicente de Freitas publicou dois importantes decretos, condicionando as indústrias pesqueira e conserveira. “Estas medidas de condicionamento industrial, precocemente aplicadas à indústria conserveira, surgiram como um instrumento de política industrial anti-crise, que se manteria até à publicação de regulamentação para esta indústria”²⁶. O condicionamento industrial foi adoptado definitivamente com a publicação do

25 Ver *Jornal de Portimão*, nº2, de 09/08/1925 e nº 36, de 11/04/1926.

26 Maria João Raminhos Duarte, *Portimão. Industriais conserveiros na 1ª metade do século XX*, p. 114.

decreto-lei nº 19 354, de 31 de Janeiro de 1931, o qual confirmava as restrições anteriores e alargava as medidas a todos os equipamentos e estabelecimentos fabris. Qualquer alteração ao regime de condicionamento estava dependente de autorização ministerial. Posteriormente, com a publicação de nova legislação este regime tornou-se ainda mais restritivo.



Fig. 3: Estaleiro de São José (1999)

*Fonte: Jornal da Exposição «Da Madeira ao Barco, Os Estaleiros de Portimão»,
Edição da Câmara Municipal de Portimão, Outubro de 2003.*

Contudo, pelo menos nos primeiros tempos, esta medida de condicionamento contentou a elite conserveira, uma vez que defendia os interesses dos industriais há mais tempo estabelecidos no sector.

4. A Visita de Oliveira Salazar

Investindo na sua expansão comercial, encontramos em 1929, vários industriais portimonenses a apresentar os seus produtos na Exposição Portuguesa de Sevilha²⁷. Contudo, o sector conserveiro da Cidade de Portimão padecia, à semelhança do que ocorria no resto do país, de algumas enfermidades. Muitos conserveiros pediam por isso a intervenção do Estado, considerada como a única forma de pôr a indústria conserveira na ordem. Esta situação levou Oliveira Salazar, enquanto Ministro das Finanças, a realizar uma visita pelos principais centros conserveiros do país, de modo a fazer *in loco* um diagnóstico dos mais prementes problemas da indústria conserveira. Uma das regiões visitadas foi a Cidade de Portimão²⁸.

Na sequência das suas visitas e dos dados que recolheu, Oliveira Salazar elabora um estudo, *Notas sobre a Indústria e o comércio de conservas de peixe*²⁹, concluído a 7 de Dezembro de 1931, no qual fez o diagnóstico da indústria conserveira, examinando os vários aspectos da deficiente organização industrial e comercial, e da vida do operariado no sector conserveiro. O interesse do Ministro das Finanças por este sector explicava-se, desde logo, pelo importante peso que os valores das conservas tinham nas exportações

27 Maria João Raminhos Duarte, Portimão. *Industriais conserveiros na 1ª metade do século XX*, p. 115.

28 «Visita Ministerial», In *Comércio de Portimão*, nº 276, 29/11/1931, p. 1.

29 António Oliveira Salazar, *Notas sobre a indústria e o comércio de conservas de peixe*, Lisboa, Tipografia Astória Artes Gráficas, 1953.

nacionais e pela indispensabilidade de se assegurar o equilíbrio do déficit comercial português. A pesca e a conserva, sublinhava o Ministro das Finanças, representavam dois sectores interdependentes com um enorme peso na economia nacional. “A pesca é uma das nossas maiores indústrias; as conservas são um dos maiores, e por vezes, o maior valor da nossa exportação”³⁰.

Através de uma análise atenta das *Notas* de Salazar temos conhecimento de como se encontrava a indústria conserveira nos princípios dos anos 30. Tendo sido Portimão uma das zonas visitadas, utilizaremos como fonte estas *Notas*, para identificar as grandes linhas do sector conserveiro portimonense na década de 30.

Em primeiro lugar, Salazar evidencia o carácter precário das produções conserveiras, dependentes da aquisição nem sempre regular da matéria-prima, o peixe. Qualquer irregularidade a nível das pescas afectava a laboração nas fábricas conserveiras. E deste carácter irregular e intermitente da indústria provinha o carácter irregular do trabalho de boa parte dos indivíduos nela empregados. Este facto gerava uma massa de população flutuante, sempre em risco de cair na miséria. Muitos trabalhadores optavam por isso por complementar o seu trabalho fabril com o trabalho rural.

Relativamente à assistência patronal, Salazar diz que esta era bastante rudimentar, não existindo sequer em muitas das regiões visitadas. Contudo, sabemos que em Portimão foram construídos bairros operários, como o *Bairro Oliveira Salazar* (1936), o *Bairro Pontal*

30 *Idem, Ibidem*, p.5.

(1943), o *Bairro dos Pescadores* (1950); dois *Bairros Económicos* (1955 e 1958); e várias creches junto às fábricas de conserva, para auxiliar as populações trabalhadoras e evitar que caíssem em profunda miséria.

Em segundo lugar, é de destacar a simplicidade técnica requerida pela indústria de conservas, com instalações pouco exigentes e uma maquinaria de preço relativamente baixo. Características que permitiam o recurso, sem qualquer prejuízo, a mão-de-obra não qualificada e elevadas taxas de força de trabalho feminina. O recurso a mão-de-obra infantil era também uma constante. Mulheres e crianças, pelos baixos salários que recebiam, eram vistos pelos industriais como importantes mais valias na sua incessante busca de lucro.

Os mercados consumidores são também um ponto importante. Salazar indica os principais mercados consumidores da conserva de peixe nacional. “As conservas portuguesas aparecem à venda, pode dizer-se, nas cinco partes do mundo – nas colónias portuguesas, nos países europeus, asiáticos, americanos do Norte e do Sul. Mas os principais mercados são a França, a Bélgica, a Alemanha, a Inglaterra, a Itália, os EUA, o Brasil e a Argentina”³¹. E avisa que nem todos os mercados têm exigências iguais, pelo que cabe às indústrias conserveiras tentar satisfazer todos os pedidos de forma a evitar que a concorrência (nomeadamente de franceses, italianos, noruegueses, marroquinos, japoneses e canadianos) as derrube. Um outro grave problema com que o sector conserveiro se debatia, nesta altura, era a concorrência interna entre os próprios produtores nacionais. Esta

31 António de Oliveira Salazar, *Notas sobre a...*, p. 25

situação só evidenciava a desorganização do sector industrial conserveiro português, e a *deseducação* do mercado nacional.

Em suma, havia inúmeros problemas e falhas que, nestes anos 30 precisavam de ser resolvidos. Impunha-se organizar e disciplinar a indústria conserveira. E diz-nos Salazar: “A intervenção mínima da lei, considerado o problema em abstracto, estaria na definição rigorosa dos tipos de fabrico (...); na estandardização; na garantia (...) da qualidade (...); na fiscalização (...) absoluta (...) e (...) naturalmente no desenvolvimento ou no aperfeiçoamento de um *princípio de organização efectiva*”³². “Numa palavra: parece-me que desde já, ainda que fique livre o mercado interno à concorrência, se deveria ir para a organização do comércio externo, *monopolizando-o todo num centro exportador de conservas*, formado pelos industriais interessados na exportação, desde que as suas instalações e o seu fabrico correspondam às condições que forem determinadas. A fórmula cooperativista talvez fosse aqui de aconselhar, porque permitiria uma remuneração fixa ao capital, (...) e uma distribuição de lucros proporcional às vendas de cada um”³³. “É natural que várias empresas que não se encontram em condições satisfatórias de trabalho, tenham de remodelar-se ou de fundir-se, concentrando-se nas instalações melhores e mais bem localizadas (...)”³⁴.

32 *Idem, Ibidem*, pp.33–34.

33 *Idem, Ibidem*, pp.35–36.

34 *Idem, Ibidem*, p.38.

Salazar apresentou algumas soluções generalistas para os vários problemas da indústria, mas traçou claramente o rumo a tomar. A reorganização da indústria conserveira deveria centrar-se prioritariamente na exportação e na resolução dos problemas inerentes ao mercado externo e à concorrência e, para tal, a intervenção do Estado era imprescindível e inadiável.

No final de 1931, estava concluído o estudo de *Bases para a constituição da Cooperativa Nacional de Conservas*, que definia a constituição de uma sociedade cooperativa que abrangesse obrigatoriamente todos os industriais de conservas do país. “Os objectivos desta cooperativa seriam regular e organizar a produção e a sua venda, assim como promover e assegurar a assistência ao operariado”³⁵.

Contudo, a efectiva organização da indústria iniciou-se em Agosto de 1932, “através de um verdadeiro código da indústria contido em novos decretos, estabelecendo as normas que passavam a regular a produção e o comércio de conservas. Nesta legislação pré-corporativa foi instituído o *Consórcio Português de Conservas de Sardinha* (CPCS). A criação deste Consórcio iniciou uma intervenção autoritária do Estado na indústria conserveira”³⁶. As conservas de peixe, pela importância que, desde cedo, se lhes reconheceu, foram o primeiro sector a ser submetido aos esquemas da disciplina corporativa.

As primeiras medidas do *Consórcio* foram: estabelecer um preço mínimo para as vendas efectuadas fora do país, e implementar

35 Maria João Raminhos Duarte, *Portimão...*, p. 117.

36 *Idem, Ibidem*, p. 119

um período dito de *defeso*, ou seja um determinado período do ano, entre três a quatro meses, em que as pescarias estavam interditas, de forma a permitir uma reprodução *tranquila* das espécies marinhas. Ambas as medidas, como se perceberá foram alvo de severas críticas por parte quer de industriais, quer de operários. Uns reclamavam a redução dos lucros, outros temiam ficar periodicamente desempregados. O CPCS criou ainda, nestes primeiros tempos, o “serviço de depósito de mercadorias em regime de Armazéns Gerais e de crédito a curto prazo por desconto de warrents”³⁷, medidas há longo tempo ambicionadas pelos industriais.

A partir de 1935, a engrenagem industrial complicou-se. O *Consórcio* foi substituído pela *União dos Industriais e Exportadores de Conservas de Peixe*, que se denominaria também Consórcio Português de Conservas de Peixe. Este novo organismo tentou regularizar as relações comerciais e resolver o problema do chumbo nas conservas, situação que tinha já levado a que muitas das exportações para mercados mais exigentes, como o norte-americano, fossem devolvidas. Portimão foi uma das regiões do país onde se detectou este problema do chumbo.

No geral, a intervenção do Estado no sector conserveiro foi bem vista, contudo, a adesão dos conserveiros portimonenses à ideia corporativa esteve longe de ser espontânea ou voluntária.

Em 1936, foram feitas alterações na estrutura corporativa salazariста e criaram-se mecanismos mais eficazes de controlo das entidades

³⁷ *Idem, Ibidem*, p. 123.

patronais, organismos de coordenação económica, e grémios, tutelados pelo Instituto Português de Conservas de Peixe. A iniciativa dos conserveiros ficava totalmente dependente das decisões estatais, sentindo-se o agravamento de um processo burocrático, sempre sujeito a pressões e manipulações dos grandes industriais do sector.

Todas as matérias-primas subsidiárias das conservas, como por exemplo, a folha-de-Flandres, o azeite, o óleo e os combustíveis, eram distribuídos através de grémios pelas empresas consoante a sua capacidade de produção. Este princípio foi contestado pelos industriais, que acusavam a lei de desigual, uma vez que privilegiava os mais fortes, os que tinham uma fábrica maior. “Exemplo paradigmático desta situação era o domínio da produção e exportação conserveira de Portimão, pelas firmas de Júdice Fialho e Feu Hermanos”³⁸.

5. O Aproximar Da II Guerra Mundial

Próximos os anos do II conflito mundial, o panorama da indústria de conservas não era dos melhores, além da concorrência marroquina e argelina; dos efeitos de arrastamento da crise de 1929; e da eclosão da Guerra Civil de Espanha, havia ainda a questão da própria desorganização do sector. Ao longo dos anos 30, a indústria conserveira nacional atravessou diferentes ciclos que acompanharam, *grosso modo*, as grandes oscilações das crises internacionais.

Todo o ano de 1937, se caracterizou na região portimonense, por fracas capturas de peixe, o que provocou paralisações parciais das

38 Maria João Raminhos Duarte, *Portimão...*, p. 126.

fábricas e uma quebra significativa nas produções e exportações³⁹. No ano seguinte, a situação agrava-se. Além da crise interna da indústria, que o corporativismo não resolvera, a concorrência das conservas estrangeiras prejudicava cada vez mais o sector conserveiro português.

Contudo, no ano de 1939, a dinâmica da guerra voltava a mobilizar a indústria conserveira, dando-lhe novo alento e iniciando um outro período, um dos mais marcantes e importantes momentos na história do sector conserveiro portimonense. Em 1940, Portimão ocupou o segundo lugar nacional de produção e exportação de conservas⁴⁰.

O domínio da produção e exportação conserveira de Portimão, continuou a pertencer às firmas de Júdice Fialho e *Feu Hermanos*, registando este centro conserveiro, de acordo com Joaquim Manuel Vieira Rodrigues, a maior concentração no binómio produção-exportação⁴¹.

Apesar das dificuldades inerentes à guerra (combustíveis, matérias-primas, transportes), o centro conserveiro de Portimão posicionou-se como um dos grandes centros exportadores de conservas do país, experimentando durante os anos da II Guerra, um período de grande prosperidade económica. Os principais problemas que se vinham debatendo, e que ameaçavam produzir uma situação de grave crise, nomeadamente, as questões ligadas ao apetrechamento tecnológico, e à regularização e organização do comércio

39 *O Conserveiro*, nº 45, de 31/08/37, p. 38.

40 Joaquim Rodrigues, *A Indústria de Conservas de Peixe no Algarve (1865-1945)*, vol. II, p. 132.

41 *Idem, Ibidem*, p. 81.

exportador, com o deflagrar de um novo conflito à escala mundial, seriam descuidados, como já havia sucedido anteriormente, esquecendo-se durante algum tempo a necessidade imperiosa de resolver os problemas pendentes.

O regime corporativo, apenas artificialmente assegurava a sobrevivência do sector conserveiro, os problemas não estavam resolvidos, e logo a seguir ao fim do conflito, emergiriam de novo, acarretando consequências e efeitos catastróficos. A própria manutenção do condicionamento industrial fez com que algumas empresas, com uma estrutura produtiva inadequada, vissem garantida a sua sobrevivência por mais alguns anos. Era um mero arrastar de problemas, que nunca foram resolvidos, apenas circunstancialmente remediados.

6. A II Guerra Mundial e o Sector Conserveiro Portimonense

Como seria de esperar, a conjuntura de guerra dificultou os fornecimentos de matérias-primas como a folha-de-flandres, o azeite, o óleo e os combustíveis. Além das limitações impostas pelos países fornecedores, mercê do esforço de guerra com que se defrontavam, os industriais conserveiros ainda enfrentavam questões como o açambarcamento, a inflação, a especulação dos comerciantes e intermediários, e as extremas dificuldades nos transportes e fretes. As dificuldades de aquisição de matérias-primas e a redução pontual das vendas eram, contudo, compensadas com a elevação constante do preço das conservas, cada vez mais valorizadas pelo contexto de guerra. “A II Guerra Mundial viu reduzir-se os mercados para as conservas portuguesas e decrescer a exportação, embora o valor médio da tonelada

das conservas exportadas tenha crescido de forma significativa⁴². Os grandes consumidores, continuavam a ser, tal como sucedera na I Grande Guerra, os exércitos nos campos de batalha, quer do lado do eixo, quer do lado dos aliados.

Entre 1940–1945, o centro de Portimão foi o maior produtor de conservas de sardinha em azeite em todo o Algarve⁴³. O ciclo expansionista que a indústria conserveira portimonense conheceu durante o período da guerra foi tal, que se assistiram a movimentos migratórios de várias populações de camponeses e aldeões que, motivados pelas notícias de imenso trabalho nas fábricas de conserva, abandonam a serra e o trabalho da terra e acorrem à Cidade de Portimão. Na imprensa local há mesmo referência à vinda de artífices e comerciantes de outros pontos do país. Embora este fenómeno constitua um importante elemento para a prosperidade do sector conserveiro nestes anos, pois não havia braços que chegassem para laborar nas fábricas, o certo é que o acréscimo repentino da população portimonense acabou também por causar problemas de habitação e salubridade⁴⁴.

ANO	1939	1940	1941	1942	1943	1944	1945	1946	1947
QUANTIDADE	6.756	10.089	3.743	3.597	4.829	4.595	3.867	4.490	6.038

Tabela 3: Exportação de Conservas de Peixe pelo centro de Portimão (1939–1947)

Fonte: Joaquim Rodrigues, *A Indústria de Conservas de Peixe no Algarve (1865–1945)*, vol. II, p. 133.

42 Joaquim Rodrigues, *A Indústria de Conservas de Peixe no Algarve (1865–1945)*, vol. II, p. 91.

43 *Idem*, *Ibidem*, p. 77.

44 Joaquim Rodrigues, *A Indústria de Conservas de Peixe no Algarve (1865–1945)*, p. 166.

O *boom* que se viveu, além de aumentar brutalmente a produção das fábricas existentes, motivou o aparecimento de novas unidades produtivas, a maioria delas verdadeiramente improvisadas, sem grande apetrechamento técnico, e sem quaisquer condições de higiene, à semelhança do que tinha já ocorrido aquando da I Guerra Mundial.

O clima de euforia, perante os tempos que corriam, e a ganância dos industriais em fabricar muito e vender depressa, só podia originar uma vergonhosa descida da qualidade das conservas produzidas, situação que desprestigiou o sector conserveiro portimonense e nacional. Do descrédito resultarão a falta de compradores, óbvias dificuldades de exportação e, conseqüentemente, graves perturbações em todo o sector das conservas, após o final do conflito. Em Portimão, várias fábricas reduzirão o volume das produções e dispensarão trabalhadores, e algumas delas serão mesmo forçadas a encerrar. De facto, não se desenvolvendo as grandes estruturas do sector, todo o crescimento que se verificava no decurso do período bélico era uma prosperidade artificial: o sector cresce sem modernização e desordenadamente. Com o fim do conflito, as exportações estagnam e o sector entra abruptamente em crise.

Durante a II Guerra Mundial, contudo, a indústria conserveira, apesar do estatuto de neutralidade de Portugal, depara-se com algumas restrições, impostas pelos aliados. Tentava-se, desesperadamente, sufocar as forças do eixo, impedindo o abastecimento de um conjunto de bens essenciais ao seu esforço bélico. Obviamente, para Portugal, que ao abrigo da sua posição de neutralidade, esperava capitalizar o máximo de vantagens económicas e comerciais com ambos os campos, esta situação não era, de todo, agradável.

Tinha início, a partir de 1940, uma nova fase, em que os interesses dos neutros não eram tidos em conta, era a fase da *guerra económica*⁴⁵. Todas as actividades bancárias, financeiras ou comerciais; os transportes, terrestres ou marítimos; as exportações e importações; todos os tipos de movimentação dentro da metrópole ou nas colónias passam a estar sujeitas ao controlo, fiscalização e autorização britânicos. É nesta altura que é implantada uma vasta panóplia de esquemas e mecanismos de controlo de todas as actividades económicas portuguesas pelas autoridades britânicas: o sistema de *navicerts* e *shipnavicerts*; licenças de importação; as exigências de certificados de origem não inimiga para as matérias importadas; o racionamento e fixação de quotas de importação, estrategicamente abaixo das necessidades portuguesas, de forma a evitar reexportações para o inimigo e impedir a constituição de reservas; a obrigatoriedade de apresentação dos valores dos stocks das produções internas, principalmente daquelas valorizadas pelo contexto bélico; a vigilância acirrada dos mares pela Royal Navy, com a possibilidade de intercepções navais, e a criação de *listas negras*, onde passavam a figurar todos os negociantes, empresas e navios que recusassem sujeitar-se às fiscalizações e inquéritos britânicos.

O Ministry of Economic Warfare e os consulados britânicos em Portugal tentaram ao máximo limitar, porque impedir totalmente era quase utópico, as relações comerciais de Portugal com o inimigo, de

45 Sobre esta temática consulte-se para maior esclarecimento Fernando Rosas, «Sob os ventos da Guerra: a Primeira crise séria do Regime (1940–1949)» in *História de Portugal, O Estado Novo*, vol. VII.

modo a privá-lo de matérias-primas vitais à sua indústria de guerra. As autoridades londrinas irão conseguir, por meio de aliciamentos, subornos e pressões, montar uma extensa rede de controlo sobre todas as actividades comerciais portuguesas, lícitas ou ilícitas.

Importa ainda referir, brevemente, um outro condicionamento, chamemos-lhe assim, a que Portugal esteve sujeito durante este segundo conflito mundial: a *guerra preemptiva*, também levada a cabo pelas autoridades britânicas (United Kingdom Comercial Corporation) como instrumento complementar do sistema de bloqueio. Este tipo de *guerra* consistia em comprar todos os produtos valorizados pelo contexto bélico, para os retirar do mercado, evitando que chegassem às mãos do inimigo. Onde fosse possível, toda a linha de produção era controlada, através do estabelecimento de empresas britânicas em Portugal, ou mesmo da criação de empresas portuguesas fantoche. Entre os produtos *confiscados*, destacamos, por óbvias razões, as conservas de sardinha.

Mesmo com todas as restrições e dificuldades que o sector conserveiro teve que enfrentar (dificuldades no transporte dos produtos exportados; sistema de quotas limitando os valores das exportações; *navicerts* e *shipnavicerts*; bloqueio comercial a países do eixo imposto pelos aliados...), são inegáveis os enormes lucros obtidos. Contudo, apostados que estávamos em satisfazer os, cada vez maiores, pedidos dos países beligerantes e atordoados pelos brutais rendimentos, continuámos a produzir conservas como sempre havíamos feito, não apostando num melhor apetrechamento a nível tecnológico. Com o findar da guerra, o rudimentar apetrechamento da nossa indústria; a concorrência gerada pelos baixos preços praticados por produtores

internacionais muito melhor equipados a nível tecnológico; o desaparecimento dos *mercados estratégicos* que haviam feito a riqueza dos nossos *negócios de guerra*; e a incapacidade de escoar, por vezes, grande parte das produções, entravam o sector conserveiro e impedem-no de assegurar um ritmo de desenvolvimento continuado.

A vulnerabilidade que o sector conserveiro reflectia, pela não resolução de problemas acumulados durante décadas (frota mercante insuficiente e arcaica; falta de mão-de-obra especializada; deficiências tecnológicas...), irá desencadear um desfecho dramático: numerosas fábricas são forçadas a despedir pessoal, a diminuir os períodos de laboração, quando não mesmo a encerrar as portas e declarar falência.

7. O Operariado Conserveiro.

Algumas Linhas De Análise ⁴⁶

Desde o aparecimento das primeiras fábricas, ainda no século XIX, o êxodo rural das populações campesinas vizinhas de Portimão, atraídas pelas possibilidades de emprego num novo sector que rapidamente surgia e pela perspectiva de um quotidiano melhor, foi um factor constante e crescente.

Contudo, como já referimos no capítulo anterior, o trabalho nas indústrias conserveiras mercê das características do próprio sector (a dependência essencial do mar; a existência ou não de pescado; e o

⁴⁶ Para a realização deste ponto seguimos de perto o Capítulo XII: O Operariado Conserveiro, de Joaquim Rodrigues, in *A Indústria de Conservas de Peixe no Algarve (1865–1945)*, vol. II, pp. 209–362.

carácter sazonal das actividades), tornava os postos de trabalho bastante inseguros e instáveis.

De entre as diferentes categorias profissionais, destacamos os soldados, homens responsáveis pela fabricação das latas de conservas, que graças ao grau de especialização das suas funções gozavam de uma garantida regularidade de trabalho, mesmo no Inverno. Daqui decorria também o seu poder organizativo e reivindicativo. Joaquim Rodrigues considera que “serão precisamente os soldados que protagonizarão as principais manifestações grevistas”⁴⁷ do sector conserveiro.

As condições de vida e de trabalho do operariado, regra geral, eram péssimas. Longas jornadas de trabalho, quer de dia e quer de noite, sem direito a descanso semanal, recebendo salários baixos, e sujeitos a péssimas condições de higiene e salubridade. Por isso, desde cedo, os operários vão reivindicar melhores condições e ajudas por parte de associações, sindicatos, e do próprio Estado.

Em Dezembro de 1924, reunia-se o 1º Congresso dos Operários Conserveiros, em Setúbal. Ao longo de seis sessões foram discutidas várias questões que se queriam ver melhoradas e resolvidas. Um dos principais problemas apontados foi a crescente mecanização verificada na indústria conserveira, que conduzia ao despedimento de vários trabalhadores. Segundo diziam os operários, os seus interesses e problemas não eram tidos em conta, os patrões apenas se preocupavam com uma cada vez mais rápida obtenção do produto, de forma a capitalizarem maiores lucros. Outra questão tratada foi

47 Joaquim Rodrigues, *A Indústria de Conservas de Peixe no Algarve (1865–1945)*, vol. II, p. 211.

o horário de trabalho. Os trabalhadores queriam que se abolisse o trabalho de empreitada, se fixasse um horário de oito horas, e que o trabalho começasse a ser pago ao dia e não à tarefa.

Entre 1925 e 1933, a indústria conserveira vive um período de grave crise, pelas razões por nós já referidas: anos de falta de pescado no mar; descrédito internacional e nacional no sector devido às trifulhices que se fizeram durante a guerra; grave crise internacional motivado pelo crash da bolsa de Nova Iorque em 1929, e todos os problemas daí advenientes.

O chamado defeso constituía, neste quadro, um grave problema. “Em Portimão, em consequência do período de defeso, as fábricas ou encerravam, ou reduziram o pessoal, não indo além de três dias de trabalho, e os cercos, na sua maioria, não iam ao mar.”⁴⁸ Em 1932, devido à escassez do pescado, algumas fábricas conserveiras tinham já despedido um vasto número de trabalhadores, adensando-se a quantidade de pessoas que viviam na maior pobreza. O sector operário viveu nestes anos um período dramático. Perante este quadro, não é de espantar que sejam frequentes as notícias sobre a saída de trabalhadores conserveiros algarvios para Espanha e Marrocos⁴⁹.

Os operários, muitos deles desempregados, passavam fome, e não podiam, nem queriam, ficar parados, a sufocar lentamente. Por isso, ao longo dos anos 20, 30 e 40, mesmo com toda a repressão do regime salazarista, assistem-se a várias manifestações e períodos de greve.

48 *Idem, ibidem*, p. 231.

49 *Idem, ibidem*, pp. 242–242.

Por seu lado, os industriais insatisfeitos com tanta desordem, viam na disciplina e fiscalização do operariado as principais prioridades da reorganização que pretendiam para a indústria conserveira.

Aquando da criação do Consórcio Português de Conservas de Peixe, a que já aludimos anteriormente, esteve presente uma preocupação social em relação ao operariado e aos seus problemas. O Consórcio criara mesmo uma Comissão de Assistência aos operários das fábricas, cuja missão seria encontrar tarefas para os trabalhadores no período de defeso e distribuir subsídios aos operários desempregados. Contudo, as verbas de que se dispunham eram muito reduzidas, ficando estas medidas muito aquém do esperado pelas classes trabalhadoras.

No ano de 1933, a crise na indústria agravava-se, mercê da diminuição das exportações e da escassez das pescas. Contudo, com a publicação, também neste ano, do Estatuto de Trabalho Nacional, um dos pilares jurídicos do Estado Novo, iniciava-se uma nova fase de relacionamento do regime com o operariado, que muitos esperavam que trouxesse as urgentes melhorias à condição dos trabalhadores conserveiros. O que acabou por não suceder.

Em 1934, era publicado o decreto-lei nº 24.402 que pretendia organizar melhor a questão dos horários e salários de trabalho. Determinava-se assim um horário de oito horas, com descanso semanal, geralmente ao Domingo, e impunha-se o pagamento das horas extraordinárias, com uma percentagem acrescida de 50% ao valor normal. A 15 de Setembro do mesmo ano, um despacho proibia também o trabalho de menores em postos ligados à soldadura ou em máquinas

que trabalhassem a gás⁵⁰. Contudo, na prática, a concretização destas medidas deixou muito a desejar.

Na lógica corporativa estado novista, da colaboração essencial entre trabalho e capital, surgem os Contratos Colectivos de Trabalho. Estes contratos ainda que não satisfizessem inteiramente as aspirações de operários e industriais, tiveram em conta muitas das suas reivindicações, quer ao nível da disciplina de trabalho, do horário, descanso semanal, férias, e novas admissões de pessoal, quer ao nível da assistência. No entanto, as denúncias do incumprimento de muitas cláusulas dos contratos não tardaram, e segundo o autor que estamos a seguir, feitas as contas, as condições de trabalho do operariado também não melhoraram, tendo-se mesmo registado um aumento da taxa de exploração.

Neste contexto, as iniciativas de alguns industriais portimonenses, Júdice Fialho e Feu Hermanos, no que toca a questões assistenciais adquirem ainda maior relevo. Cayetano Feu Marchena teve aqui um papel primordial. Na sua fábrica existia um refeitório para cerca de noventa crianças, e mesas que serviam para as operárias amamentarem os seus recém-nascidos⁵¹. Em 1936, a construção do primeiro bairro operário de Portimão, Bairro Oliveira Salazar, simultaneamente primeiro bairro nacional destinado aos trabalhadores da indústria conserveira, foi também um marco importante, mas em pouco minorou o flagelo do operariado portimonense. Dois anos

50 Joaquim Rodrigues, *A Indústria de Conservas de Peixe no Algarve (1865–1945)*, vol. II, pp. 257–258.

51 *Boletim Informativo da Casa do Algarve*, 3ª série, nº 3, Janeiro–Março, 1954, p.5.

depois, vemos novamente Cayetano Marchena envolvido na criação de cantinas operárias, onde toda a família podia comer uma refeição completa a preços bastante reduzidos.

Segundo Maria João Raminhos Duarte, a “abertura de bairros, cantinas, creches, escolas e colónias infantis pelas principais empresas e pelos grémios não teve apenas uma dimensão de assistência social, mas constituiu um modo de fidelizar os operários às fábricas e aos valores ideológicos do Estado Novo”⁵².

Mesmo durante os períodos de conflito bélico, os negócios de guerra não eram capazes de assegurar postos de trabalho para toda a classe operária. A escassez de capturas que se vivia em todo o litoral algarvio, apenas fazia subir os preços da tonelada de conserva.

Portimão sofria, tal como o resto do país, as consequências do alastramento dos conflitos: aumento do custo de vida e dos preços, especulação e açambarcamento dos produtos essenciais à alimentação das populações, e conseqüentemente, fome, revolta e miséria.

Basicamente, quem lucrava eram os industriais.

8. Considerações Finais

As pescas e as conservas foram durante largos anos o principal suporte económico, social e populacional da Cidade de Portimão. As épocas de prosperidade e de crise tiveram, por isso, repercussões visíveis no progresso e evolução da cidade.

52 Maria João Raminhos Duarte, *Portimão...*, p. 142.

A conserva, produto essencialmente de exportação, de pouca elasticidade na procura, vivia ao sabor das conjunturas. Com exceção dos contextos de guerra, onde atingia uma surpreendente valorização, tratava-se de um produto vulnerável, condicionado sempre pela dependência da matéria-prima, o peixe.

Os surtos provocados quer pela I quer pela II Grande Guerras geraram verdadeiros booms conserveiros, com características de ocasião e improvisação. Findas as conjunturas de euforia, as fábricas mais débeis não resistiam.

Quanto à questão do operariado, que também tratámos, eram demais evidentes os problemas sociais de todo o conjunto dos trabalhadores conserveiros, sempre sujeitos à sazonalidade e ao volume das capturas. Algumas medidas e leis foram sendo implementadas, mas na prática, o desrespeito dos industriais pelas cláusulas estipuladas mantinha as populações operárias na miséria.



Industrialização e Socialismo em Sesimbra no final do século XIX

Sesimbra conheceu um processo de industrialização na segunda metade do século XIX, com a instalação de três fábricas de conservas de peixe, a primeira das quais na década de 1880, e as outras na década seguinte. Mas o modelo industrial também chegaria à vila piscatória através de uma nova tecnologia de pesca, as armações “valencianas”, com modelos empresariais e laborais, e ritmos de trabalho, típicos da indústria, empregando mão-de-obra assalariada, num regime remuneratório misto, com uma componente fixa (equivalente ao salário mínimo de subsistência) e uma componente proporcional ao valor das capturas.

Esta população assalariada, parte da qual imigrada sazonalmente de outros pontos do País, aderiu francamente à propaganda socialista veiculada através do jornal *A Federação*, órgão oficial da Federação das Associações de Classe, e officioso do Partido Socialista. Ficou registada nas páginas deste periódico a iniciativa de dois pescadores sesimbrenses, Manuel Caetano Ferreira Júnior e José Dias Júnior, que nos dias 12 e 13 de Setembro de 1896 contactaram aquela organização, pois «vão organizar ali a associação de classe marítima e piscatória, para o que vieram pedir a coadjuvação dos membros da Federação das associações de classe. No dia 27 do corrente realizar-se-á ali uma sessão preparatória, indo de Lisboa alguns companheiros para

indicarem qual o caminho a seguir. Os nossos amigos e companheiros de Sesimbra levaram muitos folhetos de propaganda socialista”¹.

Na sequência das conferências de propaganda realizadas em Sesimbra pela Federação das Associações de Classe, constituíram-se vários destes organismos: dos Operários Marítimos, das Operárias Conserveiras e Costureiras, dos Almocreves, e de Ofícios Vários (onde se incluíam os soldados conserveiros, que só em 1898 constituíram uma associação exclusiva da classe).

Desencadeou-se também um sustentado movimento reivindicativo, que se prolongaria para além da revolução republicana e mesmo até 1924, data da última grande greve piscatória de Sesimbra. Pescadores sesimbrenses participam no Congresso Operário de 1897 e, nesse mesmo ano, uma operária de Sesimbra assume lugar de destaque na fundação da Federação Socialista do Sexo Feminino. A própria vestimenta tradicional dos pescadores, de barrete e cinta, muda radicalmente para um modelo «operário», onde o boné e a boina assumem um significado progressista.

Fábricas de Conservas

Na década de 1880 deu-se a instalação da primeira fábrica de conservas de peixe em Sesimbra, segundo o novo método desenvolvido no início do século por Nicolas Apert: Tratava-se duma grande unidade da Companhia Nacional de Conservas localizada na marginal de Sesimbra. Na década seguinte instalar-se-iam mais duas unidades fabris deste tipo,

1 Jornal A Federação nº 142, de 20 de Setembro de 1896

das firmas *Marques Pereira & Figueiredo* e *Covas & Filhos*. Em 1904 construiu-se na vila sesimbrense uma nova grande unidade conserveira, um investimento da empresa francesa *Ousille & Ce*.

De acordo com o modelo laboral já implantado na vizinha cidade de Setúbal, o trabalho menos qualificado era realizado por mulheres, enquanto o trabalho especializado de fabrico e de soldadura das latas, era realizado por homens, sendo estes por regra melhor remunerados, além de terem garantia de trabalho permanente, pois nos períodos de escassez de peixe eram ocupados no fabrico da latas de conservas.

O primeiro conflito laboral conhecido, numa fábrica conserveira de Sesimbra, ocorreu em Maio de 1897, referindo-se na imprensa que as operárias da *Fábrica Nacional de Conservas* se encontravam em conflito com a entidade empregadora². Em Janeiro de 1899 dá-se uma greve dos operários soldadores da fábrica da firma *Marques Pereira & Figueiredo*, exigindo «garantias iguais às de Setúbal»³. Em Abril do mesmo ano ocorre uma greve dos soldadores na *Fábrica Nacional de Conservas*⁴. Em Maio de 1899 a firma *Marques, Pereira & Figueiredo* despediu todo o pessoal⁵. Em 5 de Dezembro de 1889,

2 O jornal *A Federação* de 30 de Maio de 1897 escreve: «Continuam sem trabalho algumas companheiras que se empregavam na Fábrica Nacional de Conservas, mantendo nobremente a sua generosa resolução. Podem servir de exemplo a alguns companheiros que fugiram da associação logo que o tiranete lhes bateu o pé».

3 Jornal *A Federação* de 18 de Janeiro de 1899. A 20 de Janeiro, o jornal *A Vanguarda* noticia que está terminada esta greve dos operários soldadores, e que foram atendidas as reclamações.

4 Jornal *A Vanguarda* de 6 de Abril de 1899; a 11 de Abril o mesmo jornal noticia que terminou a greve, com vitória dos soldadores.

5 Jornal *A Vanguarda* de 10 de Maio de 1899.

a imprensa noticia uma reunião da Associação de Classe dos Soldadores, para apreciar a situação dos operários da fábrica *Marques Pereira & Figueiredo*, «os quais, com pequenas intermitências, não trabalham há seis meses»⁶. Em Abril 1900, após a morte de três pescadores em greve, por um destacamento de *Infantaria 11* de Setúbal, as instalações da Associação de Classe dos Soldadores de Sesimbra são encerradas e seladas⁷. Em Junho de 1907 o accionista Leon Delpout (da fábrica *Marques Pereira & Figueiredo*) recorre à fábrica de Sesimbra para soldar latas, devido a greve na sua fábrica de Setúbal, mas o conflito acaba por se estender também a Sesimbra⁸. Em Março de 1908, os soldadores da mesma fábrica estão sem trabalho⁹. Em Março de 1909 ocorreu nova greve dos soldadores da Companhia Nacional de Conservas¹⁰.

Armações Valencianas

O modelo industrial também chegaria à vila piscatória através de uma nova tecnologia de pesca, a das “armações à Valenciana”, com modelos organizacionais e ritmos de trabalho típicos das empresas industriais, empregando uma mão-de-obra assalariada, pouco

6 O *Jornal de Sesimbra* nº 5 de 10 de Dezembro de 1899; nesta data decidem contactar, em Setúbal, o accionista Leon Delpout, de quem obtêm promessa de receber trabalho, segundo o jornal *A Federação* de 17 de Dezembro de 1899.

7 Numerosas referências em quase toda a imprensa de Lisboa, durante os dias subsequentes.

8 *Jornal A Vanguarda* de 11 Junho 1907.

9 *Jornal A Vanguarda* de 15 de Março de 1908.

10 *Jornal A Vanguarda* de 27 de Março de 1909.

qualificada e paga num sistema misto de salário fixo e de uma percentagem no produto bruto da pesca, a que se somavam ainda, como pagamentos adicionais: as “rodadas”, pagas aos homens que transportavam o peixe nas barcas para os locais de venda, e o “maquino”, ou porção de peixe para alimentação do pescador. A maioria das armações à Valenciana armava apenas durante metade do ano, nos meses mais livres de vendavais; algumas, no entanto, pescavam todo o ano, beneficiando dum maior esforço de pesca em troco da elevada probabilidade de sofrer danos devido aos temporais.

Estas armações à Valenciana davam sequência às antigas armações redondas, sendo ambos aparelhos de pesca fixos, localizados muito próximo da costa, encaminhando os cardumes para uma armadilha, da qual o peixe era depois recolhido pelos pescadores. Apesar das semelhanças, as armações à Valenciana são mais complexas e mais eficientes na captura dos cardumes. Outra grande diferença entre ambas era a do modelo empresarial que lhes estava associado. As velhas armações regiam-se pelo modelo do pré-liberal, sendo a pesca exercida por armadores-mandadores, que podiam ser co-proprietários de uma mesma armação, para a qual contribuía com componentes parciais da mesma (redes); estes proprietários ou co-proprietários das armações redondas eram também eles pescadores, participantes activos na faina da pesca: tratava-se de um modelo com raízes nas corporações medievais. Já as armações valencianas desenvolviam-se num modelo claramente capitalista, promovidas por sociedades por quotas ou anónimas, de investidores muitas vezes absentistas.

O trabalho nas armações, sendo embora trabalho piscatório, distancia-se do modelo do pescador ou da companhia de pesca que

se deslocam em barcos para pesqueiros mais ou menos longínquos. Cada companhia de uma armação à Valenciana (cerca de 40 pessoas), vivia permanentemente no arraial ou no calhau da armação¹¹, dormindo e tomando as refeições ali, devendo participar duas vezes ao dia no levantamento do peixe aprisionado nas redes, que se situavam muito próximo, junto à costa. Era um trabalho que exigia poucas qualificações, constando de trabalho braçal de transporte de materiais e levantamento das redes.

A “liberdade” de estabelecimento de empresa, introduzida pelo liberalismo, também se traduziu, na ocupação intensiva da costa sesimbrense, chegando a existir 23 destas armações concessionadas a empresas de Sesimbra – enquanto que as armações redondas conhecidas não tinham ultrapassado o número de sete, que era quantas existiam em 1849.¹¹

O súbito crescimento das armações valencianas ocupava pescadores sesimbrenses, mas também atraiu a Sesimbra muitos trabalhadores de fora da Vila – camponeses da freguesia rural que ocupavam parte do ano nesta actividade, mas igualmente de fora do concelho: “malteses” e “adventícios”, através de migrações internas muito semelhantes às que caracterizavam alguns trabalhos agrícolas, como as ceifas do trigo ou as mondas do arroz, por exemplo.

11 O “arraial” consistia numa zona mista de edifícios e pátio que servia de dormitório e de armazém para os apetrechos e embarcações, e localizavam-se ou na vila de Sesimbra, ou no Portinho da Arrábida; o “calhau” consistia de instalações para os mesmos fins, mas de natureza mais precária, alcandoradas nas encostas rochosas, na proximidade das respectivas armações.

A instalação da primeira fábrica de conservas em Sesimbra – certamente atraída pela abundância e qualidade da sardinha que aqui se pescava – contribuiu para o aumento do número de armações à Valenciana, mas também o movimento inverso se verificou, com a maior abundância de sardinha a atrair novas fábricas.

A primeira grande greve dos pescadores das armações valencianas dá-se em Novembro de 1896. Apesar de já estar constituída em Sesimbra a Associação de Classe dos pescadores das armações, a greve declarada em 19 de Novembro de 1896 teve uma natureza espontânea: a companha de uma armação declarou em greve de solidariedade para com três companheiros despedidos, e até à sua readmissão. Esta acção, porém, não estava desligada da propaganda operária socialista: os três pescadores foram despedidos pelo mandador Manuel Rodrigues do Giro, da Sociedade de Pescarias Lisbonense, por terem começado a levantar “problemas”, ou seja, a pronunciar-se activamente sobre os direitos que assistiam à classe.¹²

Outros conflitos laborais dos pescadores de Sesimbra ocorreram em 3 de Fevereiro de 1897 (manifestação de mil pescadores em Lisboa, contra o encerramento da Associação Marítima)¹³, Março de 1897 (greve dos pescadores das armações *Lagosteira, Greta e Ilhéu dos Alhos*)¹⁴, 11 de Abril 1900 (confronto, na praia de Sesimbra, entre pescadores em greve e um destacamento de *Infantaria 11* de Setúbal,

12 Jornais *A Vanguarda, O Paiz e o Século*, de 24 a 27 de Novembro de 1896

13 Jornais *A Vanguarda, O Paiz e o Século*, de 4 e 5 de Fevereiro de 1897

14 *Jornal A Vanguarda* de 7 de Março de 1897.

em protecção de fura-greves; o destacamento disparado sobre os pescadores, provocando três mortos)¹⁵, Março de 1912 (greve da armação *Agulha* em 23 de Março, e da *Cova* em 30 de Março)¹⁶, Abril de 1912 (a armação *Cozinhadouro* junta-se à greve da *Agulha* e da *Cova*)¹⁷, Junho de 1912 (greve das armações de Sesimbra)¹⁸, em Julho de 1912 (pescadores das armações de Sesimbra recusam a matrícula)¹⁹ e Dezembro de 1913 (companha da armação *Moeda* em greve)²⁰.

15 Numerosas referências em quase toda a imprensa de Lisboa, durante os dias subsequentes.

16 *Jornal O Socialista* de 26 de Maio de 1912.

17 *O Jornal O Socialista* de 26 de Maio de 1912, diz ter a greve ficado «solucionada com honra para a classe marítima». No mesmo jornal, na edição de 11 de Setembro de 1912, são apresentadas as contas da «manutenção dos grevistas» das três armações, através de um fundo especial da Associação Marítima: «Esta greve, que em nada afectou os fundos associativos, foi mantida única e exclusivamente pela solidariedade de todos os companheiros das outras armações, porquanto cada companha concorreu diariamente com um caixote e cinco quinhões de peixe do que pertencia à mesma companha. (...) Rendeu 4:783\$370 o peixe vendido dos caixotes e quinhões (...) para pagamento às companhas em greve despendeu-se a importância de 3:517\$480. Convém notar que o número de grevistas socorridos semanalmente pela Associação Marítima era aproximadamente de 90, visto alguns arranjamem, quando as circunstancias o permitiam, outros misteres. Da mesma verba há a deduzir a importância de 30\$300 por 4 funerais de companheiros, o subsídio de 20\$000 para os companheiros grevistas da fábrica Delpeut, de Setúbal, e a importância de 20\$000 para benefício do material tipográfico do jornal operário «A República Social», o que perfaz a importância de 70\$300 que, junta à importância gasta com a greve, perfaz o total de 3:587\$780. Ficou, portanto, um saldo positivo de 1:195\$590.»

18 *Jornal O Socialista* de 9 de Junho de 1912, que diz que a greve «continua insolúvel pela teimosia dos armadores Loureiro e Carlos Correia».

19 *Jornal O Socialista* de 9 de Julho de 1912, que diz que os armadores «entenderam que não deviam acatar as condições do acordo ultimamente estabelecido.»

20 *Jornal O Socialista* de 9 de Março de 1913 – num artigo do dirigente socialista Mário Nogueira, lê-se: «Há já 3 meses que a companha da armação *Moeda* se encontra em greve, em virtude do seu proprietário ter despedido uns camaradas (...) O proprietário tentou contratar uma nova companha

Sinais da vitalidade deste movimento associativo são a integração de uma delegação de Sesimbra no cortejo do 1º de Maio de 1897, em Lisboa, e a primeira comemoração do 1º de Maio em Sesimbra, no ano de 1899, onde participaram diversas individualidades do PS, bem como a participação de uma Sesimbrense, Olinda da Conceição, na fundação da entidade pioneira do associativismo feminino em Portugal, a Federação Socialista do Sexo Feminino, constituída em Junho de 1897. Sob a direcção da propagandista Margarida Marques, e com base no Grémio Socialista dos Anjos, esta Federação englobava, na realidade, muito poucas associações, e não é claro que tenha durando muito tempo. Em todo o caso, afirmava-se como organização pioneira do movimento feminista em Portugal. Olinda da Conceição foi efusivamente acolhida pelas socialistas lisboetas: foram-na receber à chegada, de barco, a Lisboa, e foi muito ovacionada na ocasião da sua apresentação na cerimónia oficial, tendo sido convidada para a respectiva mesa.

na Costa da Caparica, o que não levou a efeito, por os camaradas daquela localidade se recusarem a atraiçoar os seus companheiros (...) Procurou então contratar trabalhadores do campo, no que não só praticou uma ilegalidade, como também jogava a vida daqueles homens por estes não serem da profissão (...) Não conseguiu contratar ninguém.»

Contributos para o Conhecimento do Encontro entre o Espaço e a Indústria.

O capítulo que o presente livro dedica ao tema “Cidade, Transformações Sociais e Territorialização da Indústria” é constituído por oito contributos que reúnem resultados de investigações com preocupações analíticas e monográficas sobre a história da actividade industrial em Portugal. Os contributos aqui em causa distinguem-se ainda pelo relevo dado ao estudo do enraizamento socioespacial da actividade industrial, procurando vários dos autores contribuir com o estudo da relação entre espaço industrial e dinâmica de formação de relações sociais e políticas.

Magda Pinheiro, em “Palavras e problemas de uma história dos subúrbios”, equaciona as condições de possibilidade de um projecto científico construído, como o título do texto sugere, em torno de uma história dos subúrbios, aqui perspectivada com base no caso dos Concelhos da Margem Sul de Lisboa. Propondo uma análise da génese dos conceitos de arrabalde, subúrbio e metrópole no contexto em causa, o texto fornece um conjunto de coordenadas demográficas, sociais e territoriais significativas para a compreensão das lógicas de localização das actividades económicas, das infraestruturas de transportes e dos quadros residenciais, bem como sobre os ritmos da

sua implantação local, entre inícios do século XIX e finais do século XX. Situando o processo de suburbanização da margem Sul do Tejo à luz de alguns marcos teóricos de referência sobre outros contextos mundiais, a análise demonstra a complexidade social e territorial de que se revestem os concelhos de Almada, do Barreiro e do Seixal à medida que o século XX se afirma e abre pistas para a compreensão do subsequente processo de transformação que decorre da desindustrialização e da criação de novas centralidades.

Maria Alfreda Cruz, em “As comunidades operárias na legibilidade geográfica da margem Sul do Estuário do Tejo”, prolonga as interrogações elaboradas no texto anteriormente citado e fornece-nos um retrato do mesmo contexto territorial. Centra, no entanto, a sua atenção nos papéis específicos desempenhados pela indústria corticeira, pela política de industrialização pesada e pela respectiva articulação com a política de transportes, para documentar os processos demográficos, migratórios e económicos que contribuem para formação das comunidades operárias da Margem Sul. O texto aqui em causa termina, igualmente, com uma reflexão sobre o quadro de transformações em curso no contexto em análise, a que acrescenta um elenco dos impasses e desafios que se colocam ao seu processo de desenvolvimento.

Por sua vez, Fátima Sabino, em “Indústria e Industrialização em Portugal nos Séculos XIX e XX: contributo para um conhecimento geral e aplicado ao concelho do Seixal”, fornece-nos um retrato pormenorizado dos marcos fundamentais do processo de industrialização do concelho do Seixal, situando-o por referência aos movimentos gerais do país, e da composição do respectivo tecido empresarial e

fábrica. Releva, em particular, o processo de constituição de um tecido empresarial denso e diverso, que beneficiará da proximidade aos eixos de comunicação dependentes do rio Tejo e do porto de Lisboa para o seu desenvolvimento, e cuja estruturação e transformação se revelarão muito articuladas com as opções de política económica do país, algo que será válido para compreender os processos de fixação de empresas, mas também os respectivos encerramentos.

Joana Dias Pereira, em “A produção social da solidariedade operária: o caso de estudo da península de Setúbal numa perspectiva comparada”, apresenta uma proposta de análise sobre as vinculações sociais dos processos de enraizamento territorial no mundo do trabalho operário, relevando a importância da acção do Estado – e das condições que proporcionou à iniciativa privada – no desenvolvimento da concentração da actividade industrial que marcará, progressivamente, a região em estudo a partir da segunda metade do século XIX. Não sendo incompatível com padrões mais difusos de desenvolvimento da actividade industrial, marcados por lógicas de tipo oficial, a concentração fabril articular-se-á com a formação de contextos residenciais operários configurados em torno da debilidade das condições espaciais. Tais contextos, não obstante a fragilidade das relações salariais, serão domínio de afirmação de uma rede de relações sociais densa, que terá no associativismo operário, e no trabalhos de socialização política e reivindicativa por este realizado, expressão significativa.

João Augusto Aldeia, em “Industrialização e socialismo em Sesimbra no final do século XIX”, analisa o processo de industrialização sesimbrense, estruturado em torno da actividade fabril conserveira, estudando, em particular, a relação que se estabelece entre este,

a acção sindical e o movimento socialista. Tomando por referência a imprensa da época, com especial destaque para a sindical, é assinalada a importância da implementação de uma nova tecnologia de pesca, “as armações à Valenciana”, e da intensificação das relações capitalistas, esboçando-se uma cronologia da conflitualidade laboral local.

Ana Prata, em “As guerras mundiais e o sector conserveiro portimonense”, prolonga o interesse analítico pela actividade piscatória e o sector conserveiro, estudando o desenvolvimento do sector em Portimão, um contexto muito relevante na afirmação do sector no país. Portimão e a sua actividade conserveira crescerão impulsionados pelos abastecimentos aos exércitos Aliados durante a Primeira Guerra, mas verão o seu dinamismo abalado pelo seu final e pelas vicissitudes da actividade económica no sector conserveiro, da sua dependência da falta de qualificação do negócio mas também das próprias flutuações da captura do pescado. O eclodir da Segunda Guerra Mundial voltará a garantir um novo fôlego à cidade e ao sector, que crescerão demográfica e economicamente, sem que, contudo, os diagnósticos e opções de regulação entretanto efectuados pelo Estado Novo se tivessem traduzido na resolução dos respectivos impasses económicos, o que significará, uma vez finda a guerra, a falência de muitas empresas e o crescimento do desemprego. Com uma lógica de acção empresarial configurada em torno da realização de lucro rápido, o operariado empregado no sector será sistematicamente marcado pela grande debilidade das suas condições de vida.

Maria da Luz Sampaio, em “Cem anos de história da indústria na rua do Freixo (Campanhã)”, analisa, por sua vez, a dinâmica da actividade industrial numa rua da zona oriental da cidade do Porto,

a rua do Freixo, propondo-se inventariar os processos e os ritmos de ocupação a que esteve sujeita. Produto da expansão da cidade para Oriente e do conjunto de infraestruturas urbanas que decorrem da acção da Regeneração, a rua do Freixo será marcada pela actividade em domínios específicos da indústria, como as saboarias, o vidro, a metalurgia, a produção de energia e as moagens, num quadro social, demográfico e económico que possuirá capacidade para aumentar o seu dinamismo até aos anos 1960. A intensa actividade económica, empresarial e social que caracterizará a rua conhecerá, a partir dos anos 1970, um sério declínio, sendo o futuro do património que nesta ainda permanece motivo de interrogação maior.

Frédéric Vidal, em “Os operários na cidade: identidades profissionais e relações de vizinhança em Alcântara no início do século XX”, propõe-se restituir um problema clássico da sociologia e história urbanas, o da relação entre proximidade social e proximidade espacial. Tomando por referência o caso de Alcântara, em Lisboa, no início do século XX, o texto suscita a questão do entendimento das clivagens sociais e simbólicas que se podem identificar num bairro e equaciona ainda o problema das fontes para a respectiva investigação. Contexto em rápido crescimento demográfico, o início do século XX transforma-o num bairro de forte vocação produtiva industrial, mas também num bairro com vocação residencial de matriz operária, ainda que esta pertença operária seja necessariamente complexa e albergue margens de variação com algum significado. A análise incide, em particular, sobre esta última dimensão e desdobra-se num estudo sobre os registos de baptismo e de nascimento em duas ruas do bairro, na primeira e quarta décadas do século XX, captados a

partir das profissões declaradas. O resultado da análise sugere várias pistas interpretativas de interesse que restituem a importância de uma leitura não excessivamente homogeneizante da paisagem social das ruas em questão. Aflora-se, por outro lado, a importância específica de enraizamentos urbanos com carácter alternativo na constituição de redes relacionais com propriedades diferenciadas.

Procurando conhecer, em contexto, as relações entre espaço e industrialização, o presente conjunto de análises fornece coordenadas com interesse para a dinamização da investigação sociológica e histórica. Será, nesse sentido, muito importante que os respectivos conteúdos possam ser lidos atentamente e que, a partir destes, se continue a precisar a natureza das questões formuladas.

